

Joana Plaza Pinto

ESTILIZAÇÕES DE GÊNERO  
EM DISCURSO SOBRE  
LINGUAGEM

Orientador: Prof.Dr. Kanavillil Rajagopalan

2002

Joana Plaza Pinto

**ESTILIZAÇÕES DE GÊNERO EM  
DISCURSO SOBRE LINGUAGEM**

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Lingüística

Orientador: Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

2002

1

**UNICAMP**  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BE  
Nº CHAMADA T/UNICAMP  
P658e  
V \_\_\_\_\_ EX \_\_\_\_\_  
TOMBO BCI 50431  
PROC 16-837100  
C \_\_\_\_\_ DX  
PREÇO R\$11,00  
DATA 20/08/02  
Nº CPD \_\_\_\_\_

CM00172180-1

BIB ID 252307

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

P658e Pinto, Joana Plaza  
Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem / Joana Plaza Pinto. -  
- Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Kanavillil Rajagopalan  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Es-  
tudos da Linguagem.

1. Atos de fala. 2. Identidade de gênero. 3. Corpo. 4. Metalinguagem. I.  
Rajagopalan, Kanavillil. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto  
de Estudos da Linguagem. III. Título.

Este exemplar e a redação final da tese defendida por \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e aprovada pelo Conselho Deliberador em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Viviane Veras

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Paulo da Moita Lopes

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Silvana Serrani-Infante

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Suzy M. Lagazzi Rodrigues

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Campinas, 20 de março de 2002.

*A questão não é fazer um catálogo de erros, mas aprender a possuir o passado, lembrar como pensávamos de determinado modo pela primeira vez, e continuamos pensando, e a dificuldade que tínhamos em agir pensando daquele modo. Essa é, parece-me, a única maneira de aprender a ser o passado e ao mesmo tempo não o ser, pois cada novo esforço em compreender o que foi pensado e feito cria um novo passado e um novo futuro.*

(A. Nye)

Para o Grupo Transas do Corpo,  
nós que queremos sempre mudar o modo como  
pensamos para não termos dificuldades para agir.

Para a Albineiar e o Gil,  
e para a Lucimeri e o Paulinho,  
que sempre acreditaram em ser o passado  
e ao mesmo tempo não o ser.

Para o M. André, a Luísa e a Beatriz,  
que criam comigo todos os dias  
novos passados e novos futuros.

## **Agradeço**

à FAPESP, pelo financiamento e avaliação desta pesquisa.

ao Prof. Dr. Jacques Derrida, pela disponibilidade em me receber na EHESS.

à Profa. Dra. Cláudia T. Guimarães de Lemos, da Psicolinguística, e ao Prof. Dr. Wilmar R. D'Angelis, da Linguística Antropológica, cujas orientações nas qualificações de área foram cruciais para algumas definições importantes deste trabalho.

à Rose, à Beth, ao Rogério e ao Cláudio, e a todas as acolhedoras e competentes funcionárias da biblioteca do IEL, pelo apoio de sempre.

às Profa. Dra. Suzy M. Lagazzi Rodrigues e Profa. Dra. Silvana Serrani Infante, por terem acompanhado o desenvolvimento do trabalho na banca de qualificação, e me ajudado repensá-lo.

à Profa. Dra. Viviane Veras e ao Prof. Dr. Luiz Paulo de Moita Lopes, e novamente às Profas. Dra. Suzy M. Lagazzi Rodrigues e Dra. Silvana Serrani-Infante, por terem aceito o convite à leitura e ao debate na banca de defesa.

## **Agradeço especialmente**

às mulheres e aos homens que se dispuseram a conversar comigo sobre suas vidas, nos ajudando a compreender como pensamos e assim nos ajudando a agir.

ao Rajan, pela confiança e respeito constantes, e, principalmente, pela radicalidade bem humorada, modelo para meus estudos linguísticos – e para minha vida.

à minha amiga Daniela, em Campinas, e minha amiga Luizinha, em Paris, pelos apoios especiais me oferecidos em momentos fundamentais da minha vida: casa, comida, informações, e muita solidariedade.

a toda a família Plaza Pinto e família Valente Plaza, pelas marcas de identidade.

a toda a família Martins dos Santos, pelas identificações e pelas diferenças.

a Eliane, Gelva, Kemle, Lenise e Rurany, por me integrarem na experiência revolucionária que é o feminismo no Brasil.

a Chica, Elisandra, Fábio, Gláucia, Júlio, Juracilda, Lívia, Luiza, Manoel, Marcelo Elias, Márcio Renato, Odislene, Oto, Regina Nogueira, Roberta, Sheila e Wilmar, pelas amizades que duram.

## **Sumário**

<b>Introdução</b>	<b>15</b>
1. Apresentação geral	17
2. O problema	23
<b>Ante-começo</b> ou prólogo dedicado a algumas questões éticas	<b>43</b>
3. A questão da neutralidade	45
4. Dimensão ética	59
Capítulo 1	
<b>Atos de fala e identidades</b>	<b>67</b>
5. Performatividade e corpo	69
6. Identidade performativa	89
7. Identidades de gênero	101
Capítulo 2	
<b>Discurso sobre linguagem</b>	<b>121</b>
8. A problemática da metalinguagem	123
9. Metalingüístico: um efeito dos atos de fala	141
Capítulo 3	
<b>Dinâmica das estilizações de gênero</b>	<b>149</b>
10. Pesquisando discurso sobre linguagem: decisões metodológicas	151
11. Como fazer identidades de gênero com palavras	165
12. Corpo que fala: considerações finais	205
<b>Résumé</b>	<b>217</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>219</b>
<b>Bibliografia consultada</b>	<b>229</b>
<b>Anexos</b>	<b>235</b>

## Resumo

A partir das interpretações que Derrida (1990) e Rajagopalan (1989; 1990; 1992a; 1996a; 1996b; 2000a; 2000c) fazem da teoria dos Atos de Fala de Austin (1976; 1998), e partindo por outro lado da teoria de gênero de Butler (1998; 1997; 1998), esta tese analisa, no processo performativo de significação, as estilizações das identidades de gênero na relação com a própria linguagem. Como primeiro passo, este estudo reflete teoricamente sobre a problemática da identidade a partir dos conceitos de ato de fala, de metalinguagem e de gênero. Em seguida foi feita uma análise qualitativa de entrevistas de longa duração com duas mulheres e dois homens, jovens universitários, evidenciando como as estilizações de gênero organizam identidades plurais, e, ao mesmo tempo, organizam identidades bipolares opostas pela obrigação/embargo da prática da violência lingüística.

# **Introdução**

1 .

## Apresentação geral

**E**ste trabalho é uma discussão sobre como o discurso sobre linguagem, sendo performativo, opera as estilizações de gênero, postulando identidades. Está inscrito teoricamente na teoria dos atos de fala austiniana (Austin, 1976, 1998), a partir das interpretações que Rajagopalan (1989; 1990; 1992a; 1996a; 1996b; 2000a; 2000c) e Derrida (1990) fazem desta teoria. Segue igualmente a teoria de gênero elaborada por Butler (1997; 1999). A

hipótese de trabalho é a de que a temática ‘linguagem’ e seus derivados não é estranha ao discurso cotidiano, ainda que esteja nele imbricada de tal modo que não seja possível discerni-lo como estrutura à parte. Ao mesmo tempo, esse discurso metalingüístico opera a auto-imagem de falante e o valor simbólico atribuído à atividade discursiva nas suas relações de gênero.

O objetivo desta pesquisa é buscar entender, no processo performativo de significação, a condição do sujeito que fala, sua relação com sua própria linguagem e com identidades de gênero, e, desse modo, objetivamos especificamente discutir as marcas das estilizações de gênero presentes no discurso ordinário sobre linguagem.

Neste ponto devo dizer que usar o termo ‘estilizações’ me permite então suspender o problema das “coisas” que estão representadas nas expressões lingüísticas, e passar aos atos que são realizados pelo corpo que fala no estabelecimento, criação, recriação e eventual subversão das relações de poder. O termo ‘stylization’, utilizado por Butler (1999, 43-44) para definir gênero, é uma nominalização do verbo ‘stylize’, que pode ser definido como “fazer conformar a um dado estilo, tornar convencional”. Esse termo portan-

to tem menos a ver com estilo subjetivo (como no uso em português de ‘estudos estilísticos’), e muito mais com normas sociais rígidas para convencionar práticas e comportamentos sociais.

Inicialmente, os objetivos desta pesquisa tinham um alcance mais amplo, pois procuravam entender, baseada numa visão performativa da linguagem, o papel do discurso dos/as falantes em relação às situações de fala tendo em vista sua condição de sujeito de fala. No entanto a abrangência dessa primeira formulação mostrou-se um tanto ambiciosa, considerando-se, em primeiro plano, que a complexidade do saber metalingüístico ordinário é tal que os problemas sobre linguagem, língua e comunicação são variados e muitas vezes incomparáveis, como as hipóteses a respeito da quantidade de palavras de uma língua, ou da sua sintaxe, ou a comparação entre línguas, ou o imaginário sobre a eficácia de atos de fala.

O fato de o discurso metalingüístico ordinário estar atravessado por marcas das relações sociais estabelecidas entre falantes não é em si uma grande surpresa, considerando o posicionamento teórico que tomamos nesta pesquisa quanto à definição de linguagem. Ou seja, uma visão performativa da linguagem considera o dizer e o fazer como integrantes inseparáveis do discurso, negando

radicalmente a separação entre mundo e linguagem. Desse modo, foi feito um recorte vertical – o problema da identidade – para permitir uma análise do funcionamento da linguagem sem perder de vista as conseqüências éticas, sociais e culturais do discurso cotidiano sobre linguagem.

A reformulação dos objetivos deste trabalho devem-se, em segundo plano, a uma avaliação teórica de um outro campo: os estudos de gênero. *Gender problem*, como ficou conhecida essa problemática formulada primeiramente por feministas anglo-americanas, tem ganho cada vez mais espaço nos debates acadêmicos no Brasil, especialmente nas áreas da sociologia, da educação e da saúde pública. Trazidos e melhor representados no Brasil por estudiosas feministas ligadas a grupos ativistas de mulheres, os estudos de gênero têm procurado acentuar o caráter social das diferenças ditas sexuais, e expor a relação entre os gêneros como uma complexa rede de poderes, naturalizados e levados bem além do biológico pela distinção entre feminino e masculino, e ao mesmo tempo fragmentados pelas repetições, modificações e recusas da incessante constituição das identidades de gênero.

Uma questão direciona o cumprimento dos objetivos apresentados: como o discurso sobre linguagem articula as marcas das estilizações de gênero, operando a relação dessas identidades com a auto-imagem de falante e de atividade lingüística?

Para responder a essa pergunta, este estudo se propõe refletir teoricamente sobre a problemática da identidade a partir dos conceitos de ato de fala, de metalinguagem e de gênero. Para firmar a posição teórica adotada, uma revisão bibliográfica destes conceitos se fez necessária, além de uma reflexão crítica sobre as consequências éticas dessa posição teórica e de análise. Procurarei igualmente fazer uma análise de trechos discursivos, relacionando o impacto das identidades de gênero nas noções ordinárias sobre o ato de falar. Para tanto, apliquei e analisei entrevistas de longa duração, procurando evitar frases descontextualizadas, de tal forma a levar em conta a irredutabilidade do ato de fala e a insaturação de seu contexto. Esta difícil tarefa significa expor que qualquer recorte selecionado contém limites irreparáveis, mas podem nos ajudar a pontuar amostras para discussão.

2 .

## O problema

*Comment traiter par un discours homogène des phénomènes hétérogènes?*

(A. Culioli)

**D**evemos começar nos perguntando do que afinal trata este estudo. E essa pergunta inaugural se repete todo o tempo: *do que trata este estudo?* A natureza do problema que me proponho discutir é de fato possível de ser delimitada, apreendida? Quero tratar aqui de uma parte do que convencionamos chamar

‘metalinguagem ordinária’; mas é possível defini-la de maneira apreensível, de maneira que ela se torne, se mostre, se deixe transformar em um objeto de estudo? O termo ‘metalinguagem’ pode ser tomado como um abismo de acepções, de conceitos, de usos, de vícios, todos eles firmemente argumentados para se imporem nos questionamentos de quem se inicia no campo. Que fio condutor tomar para o conjunto complexo e heterogêneo da problemática da metalinguagem?

Procurando responder a essa pergunta, tão presente, acabei por fazer tantas outras – para provar que meu ofício é perguntar – que mostram não somente a presença do problema (afinal, científico?) de se saber sobre o que se reflete, mas com muito mais força o problema de se saber se vale a pena refletir sobre seja lá o que for. O que há para se dizer sobre a metalinguagem que não foi dito, ou foi dito de outra maneira e mereça agora tomar uma outra forma?

Essas perguntas podem ser melhor respondidas com a recuperação da história do surgimento deste trabalho, o percurso da tomada de um certo aspecto da metalinguagem ordinária como objeto de estudo, e o estabelecimento da relação entre este aspecto e a problemática da identidade de gênero.

A situação que inicialmente me chamou a atenção para a metalinguagem ordinária foi o mal-entendido. Observando e anotando as situações nomeadas pelos/as falantes como mal-entendidos, foi possível também testemunhar a transformação das seqüências desses mal-entendidos em espécies de colóquios problematizadores sobre linguagem, língua e comunicação humanas. Os/as falantes, quando possibilitados/as de perceber a divergência entre as significações construídas no decorrer de suas falas, acabavam por dar espaço, circunstancialmente grande ou pequeno, para o que poderia tê-los/as levado a tal situação<sup>1</sup>. Mas o mal-entendido não se mostrou lugar privilegiado para essa metalinguagem ordinária. Experiências em comunicação intercultural podem levar os/as falantes a refletirem não só sobre linguagem e comunicação num sentido amplo,

---

<sup>1</sup> Em situações de mal-entendido é comum que os/as falantes envolvidos/as não percebam a divergência de interpretação entre suas falas e prossigam a conversação sem interrupção. Tive a oportunidade de desenvolver um pouco mais sobre o mal-entendido, especialmente no que diz respeito aos pressupostos do seu tratamento fundados numa noção tradicional de referência, na minha dissertação de mestrado (Pinto, 1998).

mas até mesmo sobre as línguas sintática e fonologicamente definidas.

As ansiedades que irrompem nessas situações conflitantes condicionam os/as falantes a desdobrarem suas perguntas sobre língua, linguagem e comunicação em um discurso que procura explicar porque essa ou aquela situação específica ocorreu, ao mesmo tempo em que procura tornar tal explicação uma afirmação genérica sobre linguagem. No mesmo sentido, a explicação pretende naturalizar comportamentos e estabilizar identidades, de modo a garantir um sistema de relações (lingüísticas, sociais, culturais) provisoriamente estável que permita afastar o conflito emergido e distribuir hierarquicamente as forças de poder disputadas pela situação conflitante.

Reddy (1996), também preocupado com situações de comunicação inadequadas do ponto de vista dos/as falantes, procurou detectar como o problema da comunicação inadequada se colocava para os/as falantes. Em outras palavras, como os/as falantes descreviam e interpretavam as situações conflitantes a que estavam expostos/as. Reddy exhibe uma lista de cerca de duzentas expressões sobre linguagem em inglês. São frases que devem seu uso a momentos em

que os/as falantes estão voltados/as para sua própria situação de comunicação:

(1.) Tente me passar melhor o que você está pensando.

(2.) Você ainda não me deu uma idéia clara do que você quer dizer.

(3.) Insira aquelas idéias em qualquer outro lugar no parágrafo.<sup>2</sup>

Em momentos frustrantes do esforço comunicativo, os/as falantes revelam, em frases como as anteriores, as formas em que a

---

<sup>2</sup> Mantive a tradução feita por Cristina Magro para as expressões listadas por Reddy. Escolhi entre várias as que me foram possíveis de perceber como as mais comuns no uso do português do Brasil. No entanto, todas as ocorrências listadas em inglês aparentam ser candidatas ao seu uso correspondente em nossa língua.

comunicação se apresenta a eles/as. Uma dessas apresentações é a que podemos ver acima: a transmissão de idéias/pensamentos/sentimentos através das palavras, que Reddy nomeou de *metáfora do tubo*. A noção de que o significado está/é colocado nas palavras e de que temos que retirá-lo delas é uma opinião corrente entre falantes, ainda que muitas vezes não se chegue a formulá-la explicitamente. É na atividade lingüística, quando as mais diversas expressões são usadas para explicar dado momento da conversação, que essa opinião, entre outras, aparece.

Evidentemente não só a comunicação é tema para essa metalinguagem cotidiana. Por motivações diversas, os/as falantes emitem opiniões a respeito da estrutura de ordem das línguas, da origem ou dos sentidos possíveis para uma palavra, das implicações da conversação intercultural, entre outras. Sequências como as seguintes exemplificam essas opiniões:

- (4.) Dá para não se meter? Eu estou tentando ter um diálogo com ele; di-álogo, de dois, não três.

(5.) No país em que se fala mais de uma língua deve ser difícil para as pessoas se entenderem.

(6.) O inglês é muito mais econômico do que o português. O que em português custa duas páginas de escrita, se pode dizer em uma página em inglês.

Falantes, a partir de seus vários pontos de vista, ou seja, a partir de sua língua materna, de suas disponibilidades sintática e lexical ou de suas impressões a respeito do parentesco entre palavras, esperam poder explicar determinado impasse lingüístico que vivenciam ou vivenciaram. Falantes sentem-se aptos/as a proferir tais afirmações porque são, de certa forma, pressionados/as pela atividade lingüística, nos mais diversos momentos, a se defrontar com a própria linguagem. Ou acreditam, como em (4.), que um aspecto da língua pode justificar sua posição numa determinada situação de

comunicação. Vejamos o trecho de um diálogo registrado no projeto NURC:

(7.)

L1: Este ponto de vista foi alcançado através de reflexões comuns, não apenas minha e dele, mas minha, dele, dos alunos, dos demais profissionais que conosco trabalham. De maneira que não poderia ser realmente diferente esta posição nossa ao encarar os diferentes aspectos da vida social. Pode diferir a forma de se definir, com palavras este ou aquele objetivo, mas os objetivos são realmente comum. (Castilho & Preti, 1987, 131)

A palavra é, para este/a falante, um meio para exprimir o que está fora da palavra, de tal modo que duas ou mais palavras podem definir um mesmo referente. Essa noção do que é uma palavra

tem suas raízes fundadas na mesma idéia recolhida por Reddy de que “falamos para transmitir idéias”, ou seja, da metáfora do tubo.

Outro aspecto importante sobre essa metalinguagem cotidiana “obrigatória” é apontado por Habermas (1988). Ele discute o retorno que os/as falantes fazem aos atos de fala<sup>3</sup> inadequados, podendo-se separar três aspectos diferentes da validade sobre os quais os atos de fala convencionais podem ser contestados pelos/as falantes: a verdade (8.); a precisão (9.); e a sinceridade (10.).

(8.) Você não pode afirmar que o Brasil tem rei;  
presidente não é a mesma coisa que rei.

---

<sup>3</sup> A noção que Habermas utiliza de ‘atos de fala’ é estreitamente pragmática, no sentido leve de ‘ato de fala’ como ‘ação simples e imediata executada pela fala’, do tipo batizar, inaugurar, etc. Faço essa ressalva aqui porque pretendo defender adiante uma noção mais radical de ato de fala, implicando nela a linguagem em todos os seus aspectos.

(9.) Um louco gritava no meio da rua que batizava todos em nome de Deus, mas logo foi levado por policiais.

(10.) Você vem me falar de necessidade de solidão, mas você quer mesmo é ficar sem mim.

Cada uma dessas contestações a atos de fala parecem derivar de outras afirmações freqüentemente proferidas por falantes a respeito do funcionamento dos próprios atos de fala: a) não se pode dizer qualquer coisa sobre qualquer coisa. b) não é qualquer um que pode dizer/fazer qualquer coisa. c) a intenção “está atrás das palavras”.

Essas opiniões são apenas amostras das possibilidades que os atos de fala abrem ao discurso cotidiano sobre linguagem. As conversações conflituosas abrem para a volta metalingüística aos atos de fala, pois impelem cada falante a buscar dar uma aparência de substância às relações de poder em cada ato de fala, mascarando-as com uma explicação generalizante e naturalizante.

Diferentes aspectos sobre a linguagem estavam sendo colocados em questão no levantamento das asserções metalingüísticas listadas. Primeiro, vimos no trabalho de Reddy as idéias gerais sobre linguagem, ou seja, porque falamos (para passar idéias?), como nos comunicamos (através das palavras?), como fazemos palavras significar coisas. Segundo, vimos uma pequena amostra sobre aspectos gramaticais, sintáticos, etimológicos, semânticos. Finalmente, pudemos confrontar alguns valores pragmáticos da atividade lingüística, ou seja, ações e efeitos simples relativos à fala.

Esses rápidos levantamentos mostram a heterogeneidade dos aspectos que podem ser tema de uma metalinguagem cotidiana originada em situações de comunicação inadequadas para os/as falantes. Como vimos, diferentes autores podem se ater a algum desses aspectos, de acordo com os interesses específicos de seus trabalhos. Uma das perguntas iniciais que coloquei foi justamente a de se saber que fio condutor tomar para o conjunto heterogêneo dos fenômenos chamados 'metalinguagem'. Parece-me que o primeiro passo a se dar é delimitar o aspecto a ser trabalhado, baseado numa postura teórica sobre metalinguagem, e mais genericamente sobre linguagem.

O aspecto que pretendo tomar nesta pesquisa são os valores atribuídos aos atos de fala operados no discurso da metalinguagem ordinária, partindo de uma visão performativa de linguagem.

Estas linhas podem resumir uma decisão com nuances, que merece ser esclarecida numa retomada da história deste estudo. Conforme iniciei relatando, este estudo começou com a observação de uma metalinguagem decorrente de mal-entendidos. Desta observação seguiu-se a coletânea de alguns exemplos de autores e autoras cujas preocupações sobre linguagem iniciavam-se de algum modo com a notação da inadequabilidade (Authier-Revuz, 1995; Cameron, 1994, 1995, 1998; Coates, 1999; Habermas, 1988; Livia, 1999; Reddy, 1996; Tannen, 1988; Wood, 1999). Paralelamente, estive empenhada em compreender as conseqüências de uma visão performativa da linguagem para os exemplos com os quais me defrontei. Com uma análise da trajetória do termo 'performativo' nos trabalhos de Austin, Rajagopalan (1989) procura mostrar que, após o abandono da dicotomia 'constativo/performativo', o termo 'performativo' para Austin torna-se predicado para qualquer enunciado, e portanto para a linguagem em geral. Definir a própria linguagem como performativa, se tomado radicalmente, traz à tona a idéia de

que todos os enunciados, todo o discurso, tudo o que dizemos faz. Mas 'fazer' não é um verbo intransitivo, e é preciso algum complemento para a continuidade da argumentação. Ao longo deste trabalho, pretendo ir esclarecendo, na análise e definição de problemas específicos, o entendimento do que seja uma visão performativa radical da linguagem. No entanto, é necessário agora explicitar que o objeto do verbo 'fazer' será aqui delimitado no termo 'identidade', reformulando assim a resposta à pergunta inicial: sobre metalinguagem, pretendo tratar do conjunto de valores que ela articula, partindo da visão de que linguagem opera identidades.

Os valores que se articulam na linguagem dão solo às interpretações cotidianas da performatividade, que por sua vez estão intrincadas na materialidade do ato de fala. Essa imbricação dos fenômenos que são temas da metalinguagem cotidiana se deve às relações de poder emergidas na e pela situação concreta de conversação. O termo 'poder', que será utilizado diversas vezes durante este trabalho, refere-se exclusivamente à interpretação que Butler (1999) faz da teoria foucaultiana:

Power encompasses both the juridical (prohibitive and regulatory) and the productive (inadvertently generative) functions of differential relations. (Butler, 1999, 39).

Essas relações estão enterradas na rede de estilizações que forma a totalidade dos recursos da marcação assídua e repetida da identidade do/a falante. Dentre as diversas relações de poder presentes na atividade de linguagem estão as relações de gênero. Do conjunto das identidades inteligíveis operadas pela linguagem em sua performatividade, as identidades de gênero serão o centro do meu debate, a partir de uma discussão proposta na última década por Butler (1997, 1998, 1999)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A escolha de Butler como referência nesta tese não é eventual, e duas são as razões. Primeiramente, sua obra *Gender trouble* (1999), publicada pela primeira vez em 1990, frutificou especiais contribuições aos estudos lingüísticos, tendo sido freqüentemente referenciada (Costa, 1994; Cameron, 1995; Bucholtz, 1999; Bucholtz, Liang & Sutton, 1999; Lakoff, 2000). Chama bastante atenção o fato de que o debate central do livro é a relação entre identida-

Para preparar o espaço mais adiante para uma discussão mais aprofundada sobre o que entendo aqui por *identidade* e por *gênero*, inicio com as perguntas inaugurais das teorias de gênero: o que é o masculino? o que é o feminino? As respostas dadas a essas perguntas, nas complexas repetições e renovações das estruturas sociais emergidas durante a conversação cotidiana, constituem o que se convencionou chamar representações de gênero. É o que vemos em expressões comuns como as seguintes:

(11.) Fale como homem, rapaz!

(12.) As mulheres falam mais que os homens.

---

de e gênero, inaugurando uma cadeia de discussões nesta última década. Em segundo lugar, esta obra, em conjunto com um outro livro da autora, *Excitable speech* (1997), estreita de maneira radical a relação entre performatividade e a reconceitualização da expressão 'identidades de gênero'.

Esse tipo de enunciado relaciona determinada prosódia a uma representação de um conjunto de corpos masculinos, e determinado tipo de retórica a uma representação do conjunto de corpos femininos. Esses tipos de representações estão relacionadas ao conceito de *papéis sexuais*, no esforço dos estudos marxistas de compreender as diferentes experiências disponíveis para corpos masculinos e corpos femininos nas sociedades como um sistema de divisão do trabalho.

Bourdieu (1996), por exemplo, analisa a diferença entre homens e mulheres de classes sociais dominadas na aceitação do estilo de fala da classe dominante. Ele afirma que a adoção do estilo dominante é uma negação da virilidade pois a própria aquisição desse estilo pede uma certa docilidade, disposição imposta à mulher pela divisão sexual do trabalho. Ele diz:

[Essa docilidade tende] a orientar no sentido de disposições elas próprias percebidas como afeminadas. (Bourdieu, 1996, 77)

Nessa afirmação, o autor aponta o valor simbólico dessa oposição entre virilidade e docilidade. As “disposições percebidas como afeminadas” remetem à representação social do feminino, o que significaria que os corpos afeminados estão submetidos à permissão ou à proibição organizada pela divisão sexual do trabalho. No entanto esta organização não é submetida às leis da anatomia, ao contrário, a anatomia é mais um argumento naturalizante do que um fundamento das assim chamadas divisões sexuais de trabalho.

A teoria de gênero problematiza justamente a idéia de uma organização simples em torno do “sexual”. Ainda que a anatomia seja um componente importante a ser analisado, como veremos adiante, deve-se levar em consideração antes de mais nada que gênero é uma estilização do corpo. Não a anatomia, mas o discurso que se organiza em torno desta. No entanto, essa ressalva inicial em separar gênero e anatomia, e não aceitar sua identificação simples, é um esforço para não nos deixar cair na armadilha da naturalização do gênero, ou seja, na associação simétrica e constante entre determinadas características chamadas femininas a as mulheres, e as chama-

das masculinas e os homens. Investigar a problemática de gênero significa

to understand the discursive production of plausibility of that binary relation [men/women] and to suggest that certain cultural configurations of gender take the place of “the real” and consolidate and augment their hegemony through that felicitous self-naturalization. (Butler, 1999, 43)

Gênero assim compreendido é um efeito do discurso, cuja violência está em se apresentar como real, natural, binário e hierarquizado. Esse efeito é produzido, mantido, recusado e eventualmente modificado nos discursos disponíveis em nossa sociedade. O fato de que as estilizações de gênero compreendem o discurso de gênero, em todo seu valor simbólico, sua performatividade e sua materialidade, torna uma análise do discurso ordinário sobre linguagem um

lugar privilegiado para a avaliação da auto-imagem do/a falante tendo em vista sua identidade de gênero.

Dessa forma, me resta o principal, pensar nas questões que direcionam esse estudo. Para efetivar uma investigação da identidade de gênero operada pelo discurso ordinário sobre linguagem, devo perguntar: como o discurso sobre linguagem se articula com as identidades de gênero dos sujeitos?

A possibilidade de responder a essa questão surge de uma posição no tratamento da linguagem. No capítulo 1, procurarei discutir essa posição – a saber, a visão performativa da linguagem como operadora de identidades, especificamente as de gênero. No capítulo 2, estarei empenhada em debater o conceito tradicional de metalinguagem e confrontá-lo com uma linguagem performativa, de maneira a analisar o discurso sobre linguagem, no capítulo 3, como operador também de identidades de gênero.

Entretanto, antes de iniciar esse caminho argumentativo que tracei, devo me deter algumas páginas no debate sobre ética. O interesse no desinteresse por conflitos de poder implicados na pesquisa lingüística atravessaram meus estudos neste últimos quatro anos. Não por acaso: falar sobre linguagem é um agir porque é uma

promessa sobre o próprio agir, e essa promessa é sempre decisão, escolha. Tenho que me furtar, por falta de conhecimento e experiência, da discussão sobre a genealogia dessas escolhas. Meu interesse é discutir suas conseqüências e sua visibilidade, tendo em vista que o tema desta pesquisa, que também é um exercício de falar sobre linguagem portanto pleno de escolhas, *é como e o que falamos sobre linguagem nomeia (verbo performativo) quem somos no mundo*. Por que lingüistas deveriam se posicionar fora dessa nomeação?

**Ante-começo**  
**ou prólogo dedicado a**  
**algumas questões éti-**  
**cas**

3 .

## **A questão da neutralidade**

**U**ma questão está sempre presente em pelo menos um momento da vida de todos/as os/as lingüistas: por que a lingüística? por que não geografia, ou química, ou psicologia, ou qualquer outra? Nas nossas famílias, entre nossos amigos e amigas com carreiras nos campos das exatas ou biológicas, ou mesmo entre colegas de trabalho, sempre podemos ouvir perguntas deste tipo,

mesmo que despretensiosamente colocadas: estudar linguagem/língua para quê? para que existir enquanto lingüista?

Esse tipo de pergunta deve ter sempre uma resposta pronta pela garantia da sanidade daquele ou daquela que a responde: afinal, quem tem um emprego como lingüista, seja em sala de aula seja na pesquisa ou em ambos, deve ser capaz de se dizer apto, interessado, satisfeito (com o ambiente de trabalho, ou com o salário, ou com o prestígio), ou qualquer coisa que justifique sua dedicação àquele campo específico, e não a algum outro.

Mas esse tipo de resposta circula no ambiente das relações pessoais, e não aquieta a persistência da pergunta em sua fórmula mais pragmática: o que significa para as outras pessoas da comunidade o trabalho de lingüista? Para quem os/as lingüistas trabalham afinal?

Ao invés de apresentar uma resposta cabível à satisfação profissional individual, gostaria de evidenciar algumas inquietações sobre como e porque escolher determinado objeto para pesquisa, no caso, a metalinguagem ordinária; reflexões sobre o compromisso que assume uma pesquisa, no caso esta, pelo fato mesmo de existir. Inquietações sobre ética e responsabilidade social.

Para enveredarmos nesse caminho tumultuado do debate sobre o papel do/a pesquisador/a lingüista, gostaria de começar, e seguir

em frente, com a ajuda de um texto que fala sobre os estudos das línguas indígenas brasileiras. Esse texto se chama – aliás, muito apropriadamente – *As máscaras da conveniência*, de Luiz C. Borges (1990). Este autor procura, em suas próprias palavras, refletir “um pouco sobre a relação entre ação científica e ação política”. A primeira questão que Borges levanta para essa reflexão são os critérios de escolha das línguas indígenas como objeto de estudo de lingüistas. Vamos nos centrar nesta mesma questão, mas de forma mais abrangente: quais são os critérios de escolha dos objetos de estudos entre lingüistas? Ou melhor, o que está envolvido no processo de escolha de um determinado assunto para pesquisa lingüística? Por que pesquisar línguas ou linguagem? A serviço de que ou de quem estão os/as lingüistas?

Essas perguntas certamente remetem à relação bastante polêmica entre pesquisador/a e sociedade. Polêmica porque, entre tantos outros motivos, na maior parte dos meios acadêmicos a característica mais idolatrada da pesquisa científica é a neutralidade. Dessa forma, o pesquisador ou pesquisadora que inicia uma pesquisa é convencido/a a se prontificar a ser neutro/a, antes de qualquer outra coisa. Isso, dito de outro modo, significa estar pronto a pesquisar por pesquisar, “em nome da ciência”, geralmente um objeto de pesquisa “por excelência”, em contraposição ao estudo de “banalidades”, de assuntos não científi-

cos. Essa fórmula “em nome da ciência” pode incorrer em duas interpretações diferentes. De um lado, pode significar que tudo pode ser submetido à pesquisa científica, sendo tudo válido para a ciência, não importando a sua natureza ou eventual utilidade prática. Por outro lado, pode-se identificar que a ciência, enquanto instituição financiada, acaba por desenvolver critérios hierárquicos, distribuindo poderes na “busca de objetos de pesquisa válidos”. Em miúdos, mesmo que tenhamos uma idéia democrática includente sobre o que pesquisar, acabamos por aplicar políticas excludentes de seleção de pesquisas. Essa dupla face imbuída na expressão “em nome da ciência” se dissolve constantemente, e costumamos ver interesses políticos investidos de argumentos científicos idealizados.

Essa característica da escolha dos objetos de pesquisa – a de ser ao mesmo tempo científica *stricto sensu* e política – põe em dúvida o preceito científico da neutralidade, quer dizer, da idéia de que a ciência pode ser feita sem influência de outras instâncias sociais. Essa concepção é bastante mais acentuada nos casos das chamadas ‘ciências puras’, entendidas como espaço da pesquisa teórica mais desinteressada. Mas nem por isso deixa de ser ouvida entre pesquisadores/as das chamadas ‘ciências humanas’ ou das ‘ciências aplicadas’.

No texto *Tarefas da lingüística no Brasil*, de Rodrigues (1966), lemos:

Quem faz lingüística pura faz lingüística em si e para si, para descobrir como são as línguas, qual a natureza de cada idioma em particular, quais as características gerais das línguas e do fenômeno da linguagem. (Rodrigues, 1966, 4)

Assim, a “lingüística pura feita em si e para si” é o ícone do máximo de dedicação à neutralidade. Não tem qualquer interesse mundano, por assim dizer, empenhando-se, portanto, em compreender as línguas e a linguagem sem qualquer interesse pela realidade dos/as falantes. Vale observar aqui que eventualmente, em alguns tipos de estudos, podemos perceber um certo “interesse” do/a pesquisador/a pelos/as falantes, mas estes/as vistos/as como mais uma parte do objeto de estudo que é a linguagem ou língua. Dessa maneira, é de certa forma óbvio para um/a pesquisador/a que ele/a ouça falantes do Kaxinawá (ainda que realmente apenas os/as ouça via cassete, e nunca os/as veja)

para descrever com propriedade o Kaxinawá, ou mais exatamente, um aspecto desta língua. Mas nunca é totalmente óbvio, e muitas vezes contraditório (daí o caráter polêmico), que o/a pesquisador/a estabeleça uma relação de transformação com qualquer falante, de Kaxinawá ou de qualquer outra língua, para descrevê-la. Ao contrário, de maneira geral, pesquisar significa, em muitos meios, descrever e interpretar as coisas - ou as línguas - como elas estão (ou como elas estavam, para os diacronistas), o que acaba por significar “deixe-as como estão”.

No que se refere aos estudos da “língua enquanto sistema”, parece ficar mais fácil ainda praticar essa neutralidade, pois muitas vezes o/a falante estudado/a em questão somos nós mesmos/as pesquisadores/as. São as famosas frases retiradas<sup>1</sup> da intuição do/a pesquisador/a – enquanto falante nativo/a, claro. Nestes casos, os conflitos éticos impelidos pelo contato, em decorrência da pesquisa, com pessoas socialmente inseridas não será um problema para o/a pesquisador/a;

---

<sup>1</sup> O termo “retiradas” é bastante duvidoso neste caso. Mas qual outro utilizar? As frases descontextualizadas utilizadas em geral pelos estudos gerativistas são “o que” da intuição do/a falante? Reproduzidas? Realizadas por? Performativizadas? Validadas? Seleccionadas?

desse modo, ele/a não terá que lidar com eventuais interesses antagônicos e poderá exercer a sua “neutralidade” na mais autêntica paz.

Voltando ao texto de Borges (1990, 178), vemos que ele chama a atenção para a separação profundamente fecunda nos meios acadêmicos entre **conhecer** e **transformar**. Evidentemente, esse preceito da neutralidade fundado neste cisma dedica-se a se justificar e seu argumento mais popular é que “a proximidade interfere no resultado”. Digamos que este argumento seja verdadeiro, devemos concluir que o seu contrário é a solução para o impasse? Quer dizer, devemos imaginar que a distância garante o resultado? Quanto mais afastado/a do seu objeto de pesquisa, mais autorizado/a está o/a pesquisador/a a proferir sentenças válidas sobre tal objeto? Aqui devemos pensar um momento: seu objeto de pesquisa não é a língua/linguagem em si e para si? Se sim, seu objeto de pesquisa não são os/as falantes, que são apenas “informantes” da língua/linguagem estudada, portanto não é preciso se afastar deles/as; sendo assim, o envolvimento com a comunidade de fala pesquisada não deveria interferir no resultado da pesquisa.

Neste ponto, quero voltar à questão inicial: quais são os critérios de escolha de um objeto de pesquisa lingüístico? Afinal, o que ou quem é pesquisado? A língua/linguagem ou os/as falantes? Com o que devemos manter distância, com a comunidade, com a língua/linguagem?

Parece-me que um problema do objeto da Lingüística está exposto: onde começa e acaba a língua/linguagem? Quais são os limites do objeto de estudo, de maneira que nos fique claro como manter a tal neutralidade? Pesquisa-se Kaxinawá ou pessoas que falam Kaxinawá?

Aqui poderia caber uma distinção, já sugerida por Saussure (1995), entre quem pesquisa uma língua – lingüista – e quem pesquisa as pessoas – antropólogo, psicólogo, sociólogo, e por aí vai. Pensando assim o objeto da Lingüística – como um sistema devidamente abstraído das pessoas que o realizam – podemos concluir que o envolvimento com a comunidade de fala não interferiria na pretensa neutralidade. Ou seja, se pesquisamos língua/linguagem em si e por si, não há porque nos preocuparmos se estamos envolvidos com a comunidade, e podemos agir livremente para evidenciar questões políticas da situação lingüística estudada (ou social, ou cultural, ou educacional, etc.) de acordo com os interesses dos/as falantes pesquisados/as e dos/as pesquisadores/as. De fato, me parece um raciocínio devidamente sintonizado com as duas idéias, uma de que lingüista pesquisa língua/linguagem por si e em si, e outra que lingüista deve estar devidamente distante de seu objeto para analisá-lo com mais propriedade.

Entretanto, é uma falácia pensar dessa maneira. Nem linguagem/língua existem por si e para si para assim serem pesquisadas, nem

a “distância” que os/as pesquisadores/as tomam de seus objetos tem a ver com neutralidade. Ocorre que estas idéias de língua/linguagem e de neutralidade são máscaras para disfarçar a questão central: para que/quem serve a pesquisa científica?

Promovi até aqui um debate em torno da escolha do objeto de pesquisa em lingüística, expondo alguns pressupostos sobre pesquisa implícitos na delimitação do campo de atuação do/a pesquisador/a. Em função de se estar ou não de acordo com esses pressupostos, pode-se definir língua/linguagem de maneiras diferentes. Por exemplo, pode-se defini-las como objetos em si, ou como partes integrantes de um objeto mais amplo chamado ‘seres humanos’. Essa segunda definição seria fruto da idéia de que quem pesquisa língua/linguagem de fato pesquisa seres humanos que as falam.

Tenho utilizado uma barra na separação de língua e linguagem para evitar uma polêmica a mais: a distinção entre esses dois termos. No entanto, nesse momento não se pode fugir da evidência de que uma das respostas cabíveis ao problema do objeto da pesquisa lingüística é fundamentada nessa distinção, *grosso modo* traduzida da seguinte forma: a Lingüística estudaria a língua (sistema); enquanto a Semiótica ou Semiologia estudaria a linguagem (o uso das línguas e dos signos em geral na sociedade). No entanto, essa distinção, aparentemente pressuposta

na resposta “lingüistas estudam línguas em si”, é de fato o argumento para essa resposta. Isto é, podemos afirmar que numa formulação como “lingüistas estudam línguas em si” está pressuposta uma destinação política para a pesquisa lingüística, e não simples definições do que sejam língua e linguagem. Correntemente, trata-se o problema de forma inversa e defende-se que é a definição de língua/linguagem que define o papel político da pesquisa lingüística. O que vem primeiro? Decidir isso não será feito sem muita polêmica. Qualquer que seja o ponto final a que se chegue neste caso, o que nos interessa aqui é que no fim temos a imbricação dos conceitos de língua e linguagem com os poderes políticos da pesquisa lingüística. Falar sobre linguagem significa expor as relações de poder nela imbricadas, na medida em que, definindo o que pode ser usado, por quem, em qual momento<sup>2</sup>, lingüistas distribuem com autoridade de cientistas os valores do discurso entre falantes.

---

<sup>2</sup> Talvez seja possível argumentar que o melhor termo neste caso não seja “definindo”, pois lingüistas professam sua missão de “descrever a língua/linguagem como ela está”, sem definir regras para seu uso. No entanto, não seria ir muito longe se lembrássemos a discussão sobre “o ponto de vista faz o objeto” (e até que ponto o altera?), e fôssemos adiante debatendo se a Lingüística não seria também prescritiva. Para se aprofundar nesse problema, veja Cameron (1995).

Cameron et al (1993), ao retomarem Foucault, polemizam em torno do papel controlador e perpetuador que os/as pesquisadores/as têm no sistema de poderes da sociedade. Isso que chamamos de verdade em ciência organiza o que nós “sabemos” sobre os grupos sociais e fornece elementos para o controle social. As autoras vão adiante afirmando: “social science is a major contributor to oppressive regimes of truth” (Cameron et al, 1993, 89). Mas elas também defendem que esses regimes de verdade podem servir de base para discursos de resistência: “the classification of certain individuals as ‘homosexuals’ exposes those peoples to social control, but also gives them the definite identity which they may use to organize for ‘gay rights’” (*op. cit.*).

A elaboração de verdades sobre fenômenos lingüísticos expõe falantes ao controle social porque os separam em grupos hierárquicos e atribuem valores aos seus comportamentos lingüísticos. A noção de língua crioula, por exemplo, legitima o olhar europeu sobre ‘culturas primitivas’. De forma inversa, a atuação de pesquisadores/as, no momento em que colabora para organizar a situação cultural e histórica dispersa de um povo, fornece-lhe regras de verdade para a legitimação de sua cultura e a busca de seus direitos territoriais, civis, econômicos, culturais, etc. O limite entre uma posição e outra, entre colaborar com o

controle social de uma comunidade ou criar instrumentos para a luta pelos seus interesses, é uma tênue linha.

Cientistas sociais que abrem mão de uma posição política e social passiva no desenrolar de sua pesquisa estão condenados a produzir um conhecimento desacreditado? Estão inaptos para proferir verdades sobre seu objeto? Essas perguntas devem ser respondidas na sequência de uma reflexão sobre outra pergunta: a decisão sobre o que é uma pesquisa válida é tomada por quem?

As relações de poder que sustentam pesquisas sociais são também relações econômicas. Assim é que órgãos de fomento decidem diretamente o que é uma pesquisa válida, concedendo ou não financiamentos. No caso do Brasil, tais órgãos estão, em sua maioria avassaladora, vinculados ao poder do Estado, que é um poder institucionalmente público. Se um poder público decide diretamente o que é uma pesquisa válida, essa decisão deveria refletir os anseios da sociedade. No entanto, num conjunto social complexo como o nosso os “interesses da sociedade” são múltiplos e muitas vezes contraditórios. Decidir o que é uma pesquisa válida, então, é entrar num terreno difícil, onde objetivos conflituosos convivem. O aprendizado oferecido a pesquisadoras/es sobre a neutralidade e a passividade diante de questões de responsabilidade social é um dos instrumentos para fragilizar a ação re-

flexiva que essas/es pesquisadoras/es poderiam oferecer sobre validade de pesquisa, sobre financiamento, sobre interesses sociais diversos, sobre impacto social, e daí em diante. Fragilizar as possibilidades que o fazer de uma pesquisa oferece, na decisão mesmo sobre o que é uma pesquisa, é uma forma eficaz de evitar que interesses divergentes sejam colocados em evidência. Assim, essa fragilização permite que o interesse de poderes já hegemônicos monopolizem decisões, e mantenham pesquisadoras/es em “torres de marfim”, preparados para colaborar indiretamente, ou até diretamente, com o controle opressor de grupos sociais.

E voltamos às questões anteriores: transgredir essa prática vigente de neutralidade e passividade significaria abrir mão do “compromisso com a verdade”?

Existe, a meu ver, algo tão sério e importante quanto o compromisso com a verdade [...] Trata-se da responsabilidade do pesquisador para com a sociedade que lhe proporciona as condições necessárias para levar adiante as suas pesquisas. Trata-se da responsabilidade social do cientista (do lingüista, no

caso) num sentido muito mais profundo do que uma simples questão de “dívida moral” em relação aos informantes que tanto nos auxiliam em pesquisas de campo. (Rajagopalan, 2000b, 39)

Não se trata, deste modo, de “devolver” às/os informantes um produto desta pesquisa. Trata-se de ir além e abrir os olhos para as conseqüências do trabalho e dos seus resultados. Trata-se de estar disposta/o a aceitar que o trabalho científico sobre língua/linguagem não é uma descompromissada empreitada descritiva de “fatos” lingüísticos, mas uma atividade humana intrincada nas redes simbólicas, econômicas, sociais, culturais, que são todas redes de poder.

4 .

## **Dimensão ética**

**"D**elimitar-se e definir-se a si própria", já afirmou Saussure (1995), parece ser a atitude inaugural de qualquer ciência. Entretanto, muita história se desenrolou desde que a ciência da linguagem separou-se da Etnologia, da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia, da Filologia, da Literatura, e assim por diante. O que parece mais evidente nesse desenrolar é que, mesmo com o impacto causado pela popularidade e praticidade do método estruturalista, a delimitação e a definição da Lingüística nunca cessaram decidida e pacificamente. Um número razoável de "lingüísticas" se fazem presentes nas discussões sobre linguagem e língua nos artigos, livros, institutos, faculdades, departamentos. Como notamos na seção anterior, não há mesmo uma concordância de idéias e opiniões

nas mais diferentes teorias lingüísticas sobre os termos inaugurais 'linguagem' e 'língua'.

O procedimento inaugural de definir-se e distinguir-se de outras práticas consideradas não-científicas acarretou uma distinção bastante difícil de se manter no atual estado das razões que sustentam o meio científico, ainda que tal distinção se faça clivamente presente nas conversações acadêmicas e ideologicamente comprometida com determinado tipo de controle social. A distinção entre dois *tipos* de ciências: a ciência *natural* e a ciência *social*. Entre as ciências *naturais* estariam aquelas que possuem *fatos* para a análise, fatos estes que se mostram por eles mesmos e são auto-suficientes em relação à teoria. As ciências sociais por sua vez não disporiam de tais *fatos exatos* para análise, e teriam que assumir a parcialidade de seus trabalhos. Essa distinção é obviamente valorada positivamente para as ciências naturais e negativamente para as ciências sociais. O ideal da tradição científica impõe uma capa de imparcialidade, proferindo a *verdade* ou *falsidade* de seus enunciados através da *verificação dos fatos*, e conseqüentemente excluindo tudo aquilo que possa parecer estar apoiado em qualquer outra coisa que não seja um *fato científico*.

Em outubro de 1999, em conferência no auditório do Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, um membro importante do

quadro da CAPES debatia a distribuição de verba entre esses dois tipos de ciências – naturais (exatas e biológicas) e sociais (humanas); e justamente afirmava o quanto era relevante que as ciências naturais produzissem dividendos – dinheiro, mesmo! – com os resultados de suas pesquisas – já que produziam bens de consumo como uma máquina, um chipe, ou um novo medicamento. Por quê? Porque, com o “lucro” da verba destinada à pesquisa nas ciências naturais, “o cara que gosta de estudar a língua dos índios lá do Chile pode continuar estudando”. Nem é preciso ir muito longe para perceber que “verificar fatos” significa muito mais que delimitar ou apreender um objeto; significa antes de tudo produzir um saber sobre um objeto que tenha alto valor de mercado. O conhecimento sobre “a língua dos índios lá do Chile” possui também um valor, fundamentalmente simbólico – e por isso recebe também uma fatia de verba – mas no campo das distinções entre natural e social, o valor de troca do saber sobre objetos “naturais” é bem mais alto.

Diante dos altos valores econômico e simbólico que envolvem as ciências naturais, não por acaso a Linguística tem requerido inúmeras vezes seu lugar entre as ciências naturais, com os argumentos “científicos” de que a linguagem é natural ao ser humano e de que é possível delimitar seu objeto de estudo objetivamente. Esse lugar privilegi-

ado significa sem dúvida mais verba, mas também mais força nos embates de poderes no campo da produção de conhecimento. Sobre essa problemática, Rajagopalan (1997a) afirma:

[...] it seems reasonably clear that any discussion of the ethical dimension of linguistics crucially involves assumptions about the status of linguistics as a science (and, granted it is one, further assumptions as to what *sort* of a science it is - for instance, whether is a *natural* science or a *social* science). (Rajagopalan, 1997a, 4)

Pôr em xeque a distinção entre ciência natural e ciência social faz emergir a dimensão ética, não somente da Lingüística, mas também de qualquer outra ciência. No momento em que se propõe uma visão bipartida das teorias científicas, de um lado as que proferem a *verdade* e *objetividade* dos *fatos*, de outro as que se sustentam sobre pressupostos parciais, aceita-se também a idéia de que determinadas pesquisas, e não outras, estão isentas de responsabilidades éticas. A partir do momento

em que se aceita a dimensão ética como presente em qualquer trabalho científico, e antes dele em qualquer instituição ou órgão de fomento que o possa sustentar, torna-se dispensável a distinção entre ciências natural e social e o estatuto da Lingüística como ciência aética também é derrubado.

Rajagopalan (1997a) defende que as teorias lingüísticas, como todas as outras, nada mais são que uma tentativa de compreender e lidar com uma parte do que chamamos de “realidade”. Neste sentido, não há nenhuma diferença entre ciência e mito, pois ambos são narrativas para compreender e lidar com o mundo. Seguindo essa linha de defesa, este autor nos diz que os/as lingüistas, teóricos/as e aplicados/as, não podem fugir das conseqüências práticas e inseparavelmente da dimensão ética de sua empreitada. O fio da meada começa onde normalmente se espera que ele termine: o compromisso ético de uma pesquisa não é seu fim; mas nela está atravessado desde o ante-começo para além do seu final.

O que perguntar, então, sobre uma pesquisa sobre estilizações de gênero em discurso sobre linguagem? Para que/quem serve tal pesquisa? Que parte da “realidade” ela deseja explicar e para manuseá-la de que forma, com quais fins?

A apreensão do discurso sobre linguagem, conjunto de fenômenos heterogêneos, objeto de estudo pretendido, é passível de um aprofundamento. Neste atual ponto me basta, tomando-o de forma resumida, considerar *discurso sobre linguagem* como o conjunto de realizações de expressões que se referem à linguagem, de uma forma ampla ou específica, mas especialmente retomando definições para justificar atitudes lingüísticas no decorrer da conversação. Delineando nesses limites o objeto aqui pesquisado, é preciso assumir que

[... ] les relations linguistiques sont toujours des rapports de force symbolique à travers lesquels les rapports de force entre les locuteurs et leurs groupes respectifs s'actualisent sous une forme transfigurée.  
(Bourdieu, 1992a, 118)

O discurso sobre linguagem toma a própria linguagem como tema, e, tendo em vista as relações de força simbólica estabelecidas, pretende atualizar, controlar e renovar as relações de poder estabelecidas na própria linguagem. O discurso sobre linguagem opera valor per-

formativo marcante na sua distribuição das forças estabelecidas na própria linguagem – força aqui tomada tanto no sentido acima citado de Bourdieu, *poder*; quanto no sentido austiniano, *ação*.

Nessa imbricação simbólica, impossível ignorar a dimensão ética de uma pesquisa sobre o tema. Impossível se mascarar de neutralidade e pressupor uma pesquisa por ela mesma. E para quem pretende servir essa pesquisa? Para uma possibilidade futura de seu “uso”? Ou para o conhecimento do funcionamento da linguagem em si e por si?

Refletindo sobre as conseqüências práticas da nossa proposta e assim não se furtando de discutir o seu próprio sentido de ser enquanto pesquisa, este trabalho foi tomado por um conjunto de distribuições de forças presente no discurso sobre linguagem: *as estilizações de gênero*. Na linguagem está presente o quadro regulador dos corpos; e é a presença desse quadro, como um dos codificadores da auto-imagem de falante e do imaginário sobre linguagem, que será analisada no decorrer dos próximos capítulos.

Nossa missão ética pode ser definida, como fim e princípio, por um fazer revelar como o trabalho dos/as lingüistas, enquanto atividade metalingüística, pode produzir uma desconstrução das hierarquizações de gênero, permitindo e promovendo a equidade na distribuição do valor simbólico, e assim possibilitando a distribuição igualitária do

potencial performativo e da materialidade da linguagem entre corpos discursivamente diferenciados.

A meada então desenrola seu fio: o compromisso ético desta pesquisa não é seu fim; mas nela está atravessado desde este antecomeço para além do seu final.

Capítulo 1

**Atos de fala e  
identidades**

5 .

## **Performatividade e corpo**

*The body is the blindspot of speech.*

(J. Butler)

**A** linguagem é sem dúvida um objeto de ampla extensão, que não facilita em nada sua própria demarcação. Muitos aspectos de um problema lingüístico podem ser perdidos quando nos propomos a estudá-lo no conjunto dos fatos da linguagem, e não no campo mais restrito da língua. Por exemplo, podemos pensar

nos fenômenos metalingüísticos, que têm sido estudados no sistema da língua; as propriedades da reflexividade e da autonomia são reconhecidas como propriedades das línguas. Língua, no sentido saussureano, é um produto social da linguagem, um conjunto de convenções necessárias adotadas por uma comunidade para permitir a comunicação entre os indivíduos, sendo, ao contrário da linguagem multiforme e heterogênea, um todo em si. Essa atitude saussureana que marca os estudos lingüísticos deste século garante, é verdade, uma apreensão mais segura de seu objeto de estudo.

No entanto, estudos do discurso têm nos mostrado que os fenômenos lingüísticos não são puramente convencionais, mas sim compostos também por elementos criativos, inovadores, que se alteram e interagem durante o processo de realização da linguagem. Não é realmente possível prever o quadro final dos eventos lingüísticos.

Embora a ciência da linguagem esteja diante de tal complexidade dos fenômenos que ela se propõe analisar, não significa que devemos todos/as desistir do ofício de lingüista. Numa atitude ética bastante otimista, acredito que a amplitude do que analisamos e os limites dos nossos resultados não significam a inutilidade do nosso trabalho; ao contrário, podem clarear que não é produtivo descrever a linguagem como um sistema delimitável, mas sim que esta deve ser trabalhada a

partir da possibilidade de se juntar *grupos de indícios* sobre seu funcionamento, tendo como limite possível um recorte não justificado por qualquer fator dado como inerente à própria linguagem.

Tomando este ponto de vista, gostaria aqui de buscar refletir sobre os indícios do funcionamento da linguagem evidenciados pela teoria dos atos de fala. Inserido na tradição logicista de Oxford, Austin (1976; 1998) se propôs discutir sobre enunciados que não poderiam jamais ser nem verdadeiros nem falsos – os enunciados performativos. O problema da verdade foi sempre central na filosofia, portanto Austin preparou um campo polêmico de discussão: existiriam determinadas realizações lingüísticas que não permitiriam qualquer afirmação sobre seu valor veritativo. Ainda que pudesse implicar a verdade ou falsidade de outros enunciados, o enunciado performativo não existe senão para fazer.

Caracterizando o pensamento de Austin como “relativamente originale”, “analyse patiente, ouverte, aporétique, en constante transformation”, Derrida (1990) procura mostrar que a concepção de comunicação exposta na teoria dos atos de fala não se assimilaria em nada à concepção clássica de comunicação, como transporte – a *metáfora do tubo* de Reddy (1996) (cf. **Introdução**). Em suas palavras:

Communiquer, dans le cas du performatif [...] ce serait communiquer une force par l'impulsion d'une marque. (Derrida, 1990, 37)

Força, neste caso, seria uma das duas forças atribuídas por Austin ao enunciado performativo: força ilocucionária e força perlocucionária. Esses tipos diferentes de força são conseqüências da tripartição do ato de fala: ato locucionário – realização de um ato de dizer algo; ato ilocucionário – realização de um ato ao dizer algo; e ato perlocucionário – realização de um efeito sobre o interlocutor. Em torno dessa problemática da realização das forças performativas, na II conferência, Austin desenvolve as condições necessárias para esta realização, incluindo, na sexta regra final, o uso das outras cinco regras por pessoas com certos pensamentos ou sentimentos e uma certa intenção a partir destes.

A respeito da sustentação dessa argumentação na teoria de Austin, Derrida comenta que sua elaboração é derivada da idéia de um sujeito intencional consciente da totalidade do seu ato de fala; nada lhe escapa, e portanto há uma unidade de sentido na sua realização.

La communication performative redevient communication d'un sens intentionnel. [...] Cette présence consciente des locuteurs ou récepteurs participant à la effectuation d'un performatif, leur présence consciente et intentionnelle à totalité de l'opération implique téléologiquement qu'aucun *reste* n'échappe à la totalisation présente. (Derrida, 1990, 39)

De fato, a *intencionalidade* parece organizar as conferências iniciais de Austin, enquanto ele procura um fio condutor para o processo do ato de fala – ele se esforça em trazer elementos que cerquem o enunciado performativo e garantam seu sucesso. A oposição sucesso/fracasso, por exemplo, se sustenta pela intenção do/a falante, ou seja, pelo que o/a falante intenciona para o enunciado que ele/a produz, tratando portanto as convenções ritualizadas do enunciado como um contexto possível de ser saturado, de ser dado como totalmente determinável.

Essa crítica de Derrida a Austin procede, mas devo acrescentar que as conferências de Austin (1976) que deram origem a *How to do things with words* são reflexões, como observou Rajagopalan (1996a), repletas de reviravoltas, ou, como o próprio Derrida afirma, em constante transformação: a *intencionalidade* não deve restar como geradora e fundadora da teoria dos atos de fala.

Depois de um longo caminho reflexivo, Austin acaba por deixar de lado a distinção que ele mesmo forjou entre performativo e constativo para concluir que este último não existe senão sendo o primeiro (Austin, 1998) e que essa distinção inicial é frágil para dar conta do alcance operacional, da força mesmo dos atos de fala. Sua conclusão é alcançada através de uma argumentação complexa. Como é já popularizado, Austin demonstrou que uma seqüência como “Eu prometo que volto”, quando proferida sob determinadas condições, pode ser considerada um enunciado performativo, ou seja, opera, no caso uma promessa. Essa primeira parte da sua discussão em torno do performativo deu margem a interpretações – especialmente no campo dos estudos lingüísticos – de que, para um enunciado ser performativo, ele deveria conter uma fórmula lingüística preestabelecida. O exemplo mais conhecido dessa interpretação é o de Benveniste (1991), que procurou resumir a fórmula do performativo:

[...] os enunciados performativos são enunciados nos quais um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente se constrói com um dictum. Assim, *j'ordonne* (ou *je commande, je décrète*, etc.) *que la population soit mobilisée* em que o dictum é representado por *la population soit mobilisée*. (Benveniste, 1991, 300)

No entanto, Austin não se detém numa tipologia verbal para os enunciados performativos, e mesmo sua classificação apresentada na conferência final XII é baseada em “more general *families* of related and overlapping speech-acts” (Austin, 1976, 150), e ele afirma “I am far from equally happy about of them [general classes]” (*op. cit.*, 151). Ele cria uma polêmica a mais do que essa classificatória: ele observa que a seqüência “Eu prometo que volto” pode eqüivaler à seqüência “Eu volto”, desde que ambas obedeçam às condições de uma promessa. Assim, as estruturas lingüísticas características dos enunciados performativos não operam de maneira autônoma; elas necessitam de um contexto, de convenções ritualizadas para realizarem seu efeito. É num

contexto determinado que um/a falante emite o enunciado cujo significado repousa na ação que ele produz. Isso significa que são as condições do ato de fala, e não sua fórmula em palavras, que operam o performativo; o que quer dizer que qualquer seqüência, mesmo sem a fórmula explícita com verbos declarativos-jussivos, como queria Benveniste, é um enunciado performativo. Daí a conclusão de Austin ser:

Até aqui observei duas coisas: que não existe nenhum critério verbal para distinguir o enunciado performativo do enunciado constativo, e que o constativo está sujeito às mesmas infelicidades que o performativo. [...] a fórmula 'afirmo que' é inteiramente parecida com a fórmula 'te previno que', fórmula a qual, como dissemos, serve para tornar explícito o ato de fala que efetuamos; e, além disso, que não se pode nunca emitir um enunciado qualquer sem realizar um ato de fala deste gênero. Temos talvez necessidade de uma teoria mais geral dos atos de fala e nesta teoria nossa antítese constativo-

performativo terá dificuldade para sobreviver. (Austin, 1998, 119)

No momento em que se descarta a dupla constativo-performativo, pode-se partir para uma teoria mais geral dos atos de fala. Mas que teoria seria essa? Sem dúvida, seria uma teoria radical dos atos de fala, uma teoria que levasse em conta não somente fórmulas lingüísticas ou condições de fala. Uma visão performativa da linguagem deve integrar a complexidade das condições do sujeito que fala, e levar às últimas conseqüências a identidade entre dizer e fazer, insistindo na presença do ato na linguagem; ato que transforma – opera.

Essas duas posições para o trabalho radical com a performatividade têm conseqüências importantes a serem frisadas. Se levamos em conta a complexidade das condições do sujeito, temos, como primeiro passo, de nos basear em uma noção de sujeito. Mas que sujeito seria esse que age na linguagem? Então a segunda afirmação – da identidade entre dizer e fazer – também deve ser levada em conta.

Como procurei mostrar, Austin argumentou que são as condições do ato de fala que operam o performativo, o que leva à necessidade premente de conhecer tais condições de fala de forma completa para

poder analisar qualquer ato de fala. No entanto, desejar *conhecer completamente* as condições do ato de fala é pressupor que tais condições são saturáveis, determináveis, e portanto seu significado está retido em algum componente de sua realização. Qual componente seria capaz de ancorar o ato de fala? Elementos diversos foram tomados, nas diversas interpretações críticas ao trabalho de Austin, como lugar dessa âncora totalizadora do ato de fala; aqui devo me ater a dois: a intencionalidade e a convenção ritualizada.

Na leitura crítica de Derrida, vimos que Austin parecia relacionar as forças do ato de fala à intenção do/a falante: é deste/a último/a que parece transbordar a ação da força ilocucionária – que se **quer** fazer – e força perlocucionária – o que se **quer** fazer fazer. Mas, como bem notou Ottoni (1998), Austin não se engana sobre a posição frágil que ocupa a intencionalidade. De uma reviravolta fundamental na tentativa de distinção entre o ilocucionário e o perlocucionário, ele se ergue, na IX conferência, com a noção de *uptake*. Esse termo, traduzível como *apreensão*, pode ser melhor entendido como a relação de intersignificação, quando as forças envolvidas no ato de fala estão sendo negociadas pelos/as falantes. O *uptake* é:

o reconhecimento entre os interlocutores de que *algo está assegurado*, de que o “objetivo ilocucionário” foi realizado através de sua força. O *uptake*, enquanto uma relação entre interlocutores por meio da linguagem, está próximo do jogo, já que não há regras nem critérios formais definitivos que possam descrevê-lo. (Ottoni, 1998, 81)

Neste momento, não se pode mais afirmar que a intenção do/a falante determina as forças do ato, mas ao contrário, o/a falante permanece como integrante das forças que operam. O *uptake* desfaz a possibilidade de “falante consciente da totalidade do ato” porque exige alteridade, descentraliza o falante, fragmenta assim os sentidos e os efeitos, deixando portanto escapar “restos”, produzindo uma “polissemia irreduzível” (Derrida, 1990, 39) própria à performatividade.

Seguindo alguns argumentos de Austin, Butler (1997) discute como ele aplicava as idéias de convenção e de ritual para definir as condições do ato de fala. Supondo que sejam as condições do ato de fala definidas por convenções ritualizadas, como delimitar a extensão das convenções que está sendo pressuposta na realização do ato? Sendo

momento ritualizado – repetido no tempo – o enunciado performativo mantém a sua esfera de operação para além do momento da enunciação em si. Derrida (1990, 41) argumenta no mesmo sentido, na sua crítica à *Segunda Conferência* de Austin, afirmando que “le ‘rite’ n’est pas une éventualité, c’est, en tant qu’itérabilité, un trait structurel de toute marque”.

Ambos, autor e autora, estão preocupados com o fato de que a iterabilidade – a propriedade que torna o rito o que ele é, um momento repetido, repetível, e submetido à alteridade – é a possibilidade estrutural do todo signo: possibilidade de ser repetido na ausência não somente de seu referente, mas também na ausência do seu significado ou intenção determinada. Cada momento único, presente e singular, de realização do ato é um momento já acontecido, em acontecimento, a acontecer – é essa imbricação que lhe permite a performatividade. Butler argumenta:

If the temporality of linguistic convention, considered as ritual, exceeds the instance of its utterance, and that excess is not fully capturable or identifiable (the past and the future of the utterance cannot be

narrated with any certainty), then it seems that part of what constitutes the 'total speech situation' is a failure to achieve a totalized form in any of its given instances. (Butler, 1997, 3)

A autora expõe a impossibilidade de lidar com as condições do ato de fala como uma espécie simples de contexto, que pode ter facilmente definidos seus limites de tempo e espaço. Butler explora essa impossibilidade nos termos da constituição do sujeito: podemos pensar que o sujeito age *através* da linguagem, e que agir tem sua origem no sujeito – neste caso, um sujeito intencional, e não na linguagem. Mas devemos perguntar se o agir da linguagem é o mesmo agir do sujeito, ou se é possível distinguir entre os dois. De fato, podemos dizer que nós fazemos coisas *com* a linguagem (*to do things with words*), produzimos efeitos com linguagem e também fazemos coisas *para* a linguagem, mas, seguindo a argumentação de Butler, linguagem é também *a coisa que nós fazemos*. Linguagem é, assim, irreduzível à sua instrumentalidade, irreduzível ao seu contexto simples, e inapreensível em sua totalidade. Essa polissemia irreduzível – que fortalece o conceito de ato de fala, onde

todos os enunciados são performativos, e portanto agem, operam – nos obriga a perguntar como esse dizer-ação se relaciona com o sujeito.

Austin ensaiou uma discussão a respeito da relação entre ação e efeito, baseado numa separação entre ação real mínima e suas consequências. O exemplo que ele coloca – também analisado por Ottoni (1998, 82) para argumentar sobre o papel mínimo da intenção do/a falante nos efeitos do ato de fala – nos chama para a diferenciação possível entre ações mínimas e seus resultados: dobrar um dedo, que acionará o gatilho, que resultará na morte do burro. A ação mínima aqui designada é o dobrar o dedo. Num ato de fala simples, qual a ação que fazemos? Austin afirma que a ação que fazemos é uma ilocução, admitindo uma distinção entre a ação que consiste em dizer algo e a ação física não-convencional, o que leva à conclusão de que o ato de fala é uma ação não-física convencional. Mas já admitimos que o descarte da oposição constativo-performativo deve nos levar a uma teoria mais geral dos atos de fala, que seja radical e portanto leve em conta o sujeito de fala como parte integrante da performatividade. Numa teoria mais geral dos atos de fala, devemos nos perguntar se podemos, sem prejudicar a análise da performatividade, considerar tais atos como ação não-física convencional. Início deslocando as perguntas: o ato de fala é um ato físico? Existe ato físico não-convencional? Se o ato de fala é um ato

convencional, portanto ritualizado, ele pode escapar de alguma forma às convenções e ritos que governam o corpo físico que realiza a ação mínima do ato de fala – a emissão de sons?

Se quiséssemos separar em etapas as condições do ato de fala, poderíamos acabar por preparar um terreno para a separação, sempre fértil e bastante derivada, entre o físico e o mental, resultando num apelo à ação da linguagem como efeito mental – num exemplo banal, dizer uma promessa e resultar no efeito mental de promessa. Mas as condições do ato de fala não são redutíveis ao seu efeito mental produzido por uma suposta intenção do/a falante. Se a iterabilidade própria ao rito acarreta a impossibilidade do controle dos limites de contexto, portanto de espaço e tempo (e já falamos sobre a repetição no tempo que marca a força performativa da linguagem), a impossibilidade do controle intencional das forças do ato de fala exclui a unicidade própria à idéia de “efeito mental” e desloca os limites da ação do ato de fala para além da ilocução – para o campo controverso do corpo que fala.

O sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo. A respeito do ato de fala cujo efeito é uma ameaça, Butler observa:

the body is the blindspot of speech, that which acts in excess of what is said, but which also acts in and through what is said. That the speech act is a bodily act means that act is redoubled in the moment of speech: there is what is said, and then there is a kind of saying that the bodily “instrument” of the utterance performs. Thus a statement may be made that, on the basis of a grammatical analysis alone, appears to be no threat. But the threat emerges precisely through the act that body performs in the speaking the act. (Butler, 1997, 11)

O que faz do ato de fala uma ação está redobrado pela força da ilocução e pela força do movimento, do agir do corpo que executa a ilocução. Assim, a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito lingüístico. Uma ameaça se materializa pelo enunciado performativo que a opera, mas também pelo efeito do movimento do corpo que executa o enunciado. Essa afirmação não cria, como se poderia esperar, uma dicotomia cor-

po/linguagem, mas, ao contrário, mostra que o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, pelo quem diz e pelo como é dito – como o corpo diz, como o enunciado diz. Os elementos que impulsionam sua marca no ato de fala operam numa imbricação irreduzível. O corpo diz mais que o enunciado? O enunciado diz mais que o corpo? Ambos dizem sempre o mesmo? Ambos nunca dizem o mesmo? Essas perguntas podem ser respondidas integralmente? Para respondê-las temos que definir um limite intencional para o ato de fala: o que queria ser dito foi dito pelo corpo, pelo enunciado, por ambos?

Mas o dizer do corpo não é um acidente, uma casualidade psicofísico-motora do momento da enunciação ligada à intenção do/a falante. O corpo é também ritualizado. Sua ação não é um ato físico não-convencional, como queria Austin. Suas estilizações fazem parte dos processos de marcação social; a convencionalidade e a repetição definem sua legitimidade e traçam o domínio do possível, do pensável, do executável. O que é significado pelo corpo excede os limites do tempo do seu agir, exigindo simultaneamente a sua repetição. Para ser legível, o corpo precisa da sua história e também da possibilidade futura de sua repetição. Como Butler afirma, o momento presente, contexto necessário a ser compreendido, não dissolve o passado; ao contrário, sua legi-

bilidade depende do passado, elaborando já um futuro contexto para sua repetição.

Devemos pensar no movimento do dedo que ativa o gatilho como um ato não-convencional somente se o pensamos como um ato simples, convertido em leis físicas e biológicas do breve momento de sua execução. Mas uma análise da materialidade do ato simples do movimento do dedo que ativa o gatilho pode reduzir seu contexto ao ato breve em si? Deverá expandi-lo às suas conseqüências diretas (saída da bala)? Ou indiretas (matar o burro)? Ou à sua causalidade momentânea (o burro doente)? À sua causalidade “histórica” (não conhecimento de cura para a doença do burro)? São questões que problematizam a ação através do tempo, mas evidenciam também a controvérsia do espaço, especialmente no que diz respeito a “o que” realiza a ação (um dedo? uma pessoa? um grupo de pessoas?).

O fato é que qualquer teoria da ação problematiza o corpo, expande ou reduz seus limites acordada a uma *praxis*. Para a teoria dos atos de fala, tal qual a entendo aqui, o corpo tem seus limites irredutíveis porque nele estão inscritos as regulações sociais, não como representações das estruturas de poder, mas como parte dessas estruturas.

O corpo, não como elemento físico não-convencional mas como elemento regulado pelas convenções ritualizadas nele inscritas, e

performativizado pelo ato que postula sua significação prévia<sup>3</sup>, impede a redução da análise do ato de fala à análise das convenções lingüísticas. A performatividade não é a capacidade de ação efetuada pelo enunciado; a performatividade é a capacidade de ação operada pelo ato de fala na sua materialidade plena – sonora e corporal. No entanto, é bastante arriscada, neste caso, a separação entre uma materialidade sonora e uma corporal, parecendo pressupor assim uma instância do corpo – o aparelho vocal – como ausente do aparato simbólico. Aebischer & Forel (1991) afirmam:

o conhecimento dos sons é o que mais escapa ao controle consciente, porque é o que está mais fortemente institucionalizado para permitir o exercício da palavra. (Aebischer & Forel, 1991, 15)

---

<sup>3</sup> Na seção seguinte, a partir de uma abordagem feminista do problema da identidade, discuto um pouco melhor os mecanismos de postulação do corpo como anterior ao ato de fala que o significa.

Neste caso, o aparelho vocal participa tanto quanto qualquer outra parte do corpo das relações simbólicas, e opera igualmente os efeitos do ato de fala, não como “instrumento” desses efeitos (realizador neutro dos enunciados), mas como parte integrante deles. A exemplo, voltamos ao problema da ameaça e podemos pensar que modificações de vozeamento podem ser responsáveis diretas pelo efeito, tanto que podemos afirmar que um determinado enunciado “soou como uma ameaça”.

O que temos, então, é uma integralidade da materialidade do corpo na execução do ato de fala produzindo uma polissemia irreduzível, escapando à intenção do/a falante. A performatividade é o que permite e obriga o sujeito a se constituir enquanto tal.

6 .

## **Identidade performativa**

**A** partir deste ponto, o debate sobre o ato de fala como um ato corporal me leva aos problemas da identidade.

Em que termos a identidade de falante deve ser tratada tendo em vista que o corpo tanto quanto a linguagem são inseparavelmente partes do ato de fala? Em que medida a identidade lingüística

pode ser estrategicamente separada da identidade corporal para uma análise lingüística como a que pretendo fazer?

O uso do termo 'identidade' para definir parâmetros culturais e lingüísticos firmou-se nos últimos dois séculos como um parâmetro de definição do sujeito. Em um certo estágio avançado de sua vida psíquica e social, o sujeito poderia ser visto como estabilizado e portanto seria uma unidade representativa do conjunto de certo tipo de vida psíquica e social. Essa unidade representativa é sempre referida através de um sintagma nominal definido de acordo com o recorte de quem refere. Assim, existiria o conjunto de sujeitos que representariam, por exemplo, 'os professores', ou 'os professores da rede pública estadual', ou 'os professores da rede pública estadual na cidade de Campinas', e assim por diante. A principal característica dessa visão é que o conjunto referido pelo sintagma nominal é pressuposto por aquele/a que o utiliza. Isto é, quem profere sentenças sobre 'os professores da rede pública estadual na cidade de Campinas' pressupõe que este conjunto de pessoas tenham **uma** vida psíquica e/ou social em comum, podendo assim definir a sua **identidade**.

A pressuposição sobre a existência de grupos de pessoas coesos e estáveis como representantes de uma determinada identidade é possível basicamente porque o conceito tradicional de identidade tem

uma relação estreita com 1) uma certa visão representacionista e essencialista das redes de relações sociais – as pessoas representariam, pois as teriam incorporadas em essência, suas classes, suas raças, suas religiões, etc.; 2) o conceito de indivíduo como “um eu individual e indivisível” (Rajagopalan, 1998a, 29).

Supondo que seja real que pessoas representam essencialmente grupos sociais definidos (por sintagmas nominais), devemos perguntar em que momento esse indivíduo individual e indivisível estaria na plenitude do seu ser e poderia assim ser designado como representante de um grupo qualquer. A discussão em lingüística sobre o conceito de ‘falante nativa/o’ pode ilustrar a colocação desse problema. Vamos reconsiderar a noção pressuposta por esse conceito de ‘sujeito que fala uma língua’: é impossível lidar com esse conceito tradicional sem ter que assumir como sujeito um ser completo e ideal, como nos trabalhos chomskyanos – o falante nativo ideal – ou nos trabalhos labovianos – o falante socialmente delimitado. Ambos são falantes conscientes e/ou conscientizáveis de sua situação lingüística, cujos limites são claros e definidos *a priori*. Pode-se assim falar de ‘falante do inglês’, ‘falante do inglês dos negros americanos de Nova Iorque’, ‘falante do italiano’, ‘falante do dialeto napolitano’.

O projeto NURC, por exemplo, buscou informantes para sua proposta de descrição do “dialeto social praticado pela classe de prestígio” da cidade de São Paulo (Castilho & Preti, 1987, 3). Seus critérios para seleção desses/as informantes tinham que garantir a “autenticidade” das informações, então foram selecionados/as falantes nascidos/as em São Paulo, filhos/as de pessoas nascidas em São Paulo, com um certo grau mínimo de escolaridade – a formação universitária – e certa faixa etária. Este perfil pressuposto definiria “falante do português culto de São Paulo”, num movimento que vai da definição de um sujeito homogêneo e completo para a definição de um dialeto também homogêneo e completo – como se fosse possível 1) controlar todos os elementos envolvidos nas constituições de sujeito e de língua; 2) “encontrar” a manifestação de um dialeto “puro” num sujeito “puro”, incólume às inúmeras experiências lingüísticas – e sociais – possíveis fora de seu “perfil ideal”.

Nessa idéia monolítica de língua, linguagem e sociedade, a delimitação entre língua e dialeto, o tratamento de *pidgins* e línguas crioulas, a abordagem da fala da criança ou a discussão sobre a afasia, definem a identidade lingüística *a priori*, como um estágio final de completo domínio, por um falante “nativo autêntico”, de uma língua dentro de suas fronteiras bem delimitadas. Não haveria lugar para graus de na-

tividade, de domínio ou de fronteira de língua, deixando de fora as produções lingüísticas de milhões de pessoas reais – de todas as idades, sexos, raças, religiões – falantes em contextos lingüísticos complexos – como na Índia, na Itália, no Paraguai, na Argélia, na Polinésia, para citar um exemplo em cada um dos continentes. O fato de que é possível facilmente se lembrar de cinco países no mundo que vivem o multilingüismo como regra já seria sozinho um bom argumento para se optar por um conceito no mínimo mais abrangente de identidade lingüística.

Os problemas oferecidos por essa noção de sujeito de fala chocam com a defesa de uma linguagem performativa, porque quer controlar e prever elementos imprevisíveis nas condições insaturáveis de produção dos atos de fala. Implicações éticas sérias estão presentes nessa espécie de controle social que pretende saturar o indivíduo numa identidade de modo a garantir uma política social apropriada às ideologias dominantes. Esse controle funciona bem a partir de pressuposições de identidades porque carrega elementos de “universalidade”. Essa universalidade, sempre essencialista, traduz o permanente no plano do inegociável. A respeito da teorização sobre essa universalidade, Butler (1998) discute como a proposta de declarar universais a serem garantidos de acordo com identidades pré-definidas soa excludente e contraditória:

As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas. (Butler, 1998, 36)

Desse modo, identidade, tal qual é entendida no modelo tradicional, normatiza sujeitos através do ato que se propõe a descrevê-los, controlando, pela exclusão e pré-definição, comportamentos lingüísticos e sociais em geral.

Meu interesse aqui é suspender todos os compromissos com aquilo a que o termo 'identidade' se refere, procurando uma reutilização não autorizada<sup>4</sup>. Pode o termo 'identidade' ser adjunto ao termo 'performativo' sem o efeito de uma contradição? A unidade em torno do idêntico é a única possibilidade para o uso do termo 'identidade'? É evidente que pretendo apresentar uma reutilização de 'identidade' pois insisto em criticar 'o conceito tradicional de identidade'; e essa possi-

---

<sup>4</sup> Parafraseando Butler (1998) a respeito do termo 'sujeito'.

bilidade de reutilização é decorrente do próprio funcionamento dos atos de fala.

No seu debate sobre o conceito de identidade utilizado pela sociolingüística, Cameron (1995) combate fortemente a posição que defende que falantes agem de acordo com o que são, assumindo em sua crítica que o que falantes são depende de como agem. O sujeito é então um ser performativizado, repetindo as ações para marcar sua identidade no tempo, de maneira que ela se apresente muitas vezes como “a fixed and integral part” da sua natureza (Cameron, 1995, 16).

From a critical perspective, then, the norms that regulate linguistic performance are not simply reflections of an existing structure but elements in the creation and recreation of that structure. (Cameron, 1995, 17)

Nesta observação, Cameron procura abordar a identidade como um problema de performatividade. Assim, ela defende que a linguagem não pode mais ser abordada como reflexo do sujeito, como

instrumento que expõe a “natureza” desse sujeito. Ao contrário, ela afirma que a “natureza” desse sujeito, sua identidade, é constituída pelo ato que afirma sua preexistência

O que são identidades, se identidades não podem ser “encontradas” na linguagem, se não são o que define o sujeito por antecipação? Do ponto de vista dos atos de fala, identidades são performativas, ou seja, são efeitos de atos que impulsionam marcações em quadros de comportamentos (fala, escrita, vestimentas, alimentação, cultos, elos parentais, filiações, etc.). Identidades são construções exigidas pelos ritos convencionais que postulam o sujeito de maneira a garantir a possibilidade do ‘nós’ a partir da significação da existência prévia do ‘eu’. Não por acaso é possível nomear grupos de pessoas a partir de definições de identidades, mesmo sem evidências “empíricas” da sua existência: sendo possível dizer “Vou estudar falantes da norma urbana culta da cidade de São Paulo”, e procurar buscar indícios da existência desse grupo definido *a priori*. Mas esse grupo não existe senão no ato que o postula, e em suas infindáveis repetições – que precisam sempre ocorrer para que a ausência do referente e a ausência de sentido se dissipem

na relação ilusória entre a marca e referente, ou sentido que lhe são atribuídos<sup>5</sup>.

No conjunto de ações que garantem identidades, a linguagem é sem dúvida elemento fundamental, porque as ações não lingüísticas que postulam o sujeito, quando descritas, são ao mesmo tempo repetidas nos atos de fala que as descrevem. A linguagem não reflete o lugar social de quem fala, mas faz parte desse lugar. Assim, identidade não preexiste à linguagem; falantes têm que marcar suas identidades assídua e repetidamente, sustentando o 'eu' e o 'nós'. A repetição é necessária para sustentar a identidade precisamente porque esta não existe fora dos atos de fala que a sustentam.

Isso desloca o próprio conceito de identidade lingüística. Se assumimos a performatividade como o que obriga o sujeito a se constituir em processo, a identidade de falante é também performativizada,

---

<sup>5</sup> Sobre a extensão da noção de iterabilidade para todo tipo de marca, não só de linguagem: "Cette possibilité structurelle d'être sevrée du référent ou du signifié (donc de la communication et de son contexte) me paraît faire de toute marque, fût-elle orale, un graphème en général, c'est-à-dire, comme nous l'avons vu, la *restance* non présente d'une marque différentielle coupée de sa prétendue 'production' ou origine. Et j'étendrai même cette loi à toute 'expérience' en général s'il est acquis qu'il n'y a pas d'expérience de *pure* présence mais seulement des chaînes de marques différentielles." (Derrida, 1990, 32).

ou seja, não existe senão na prática e na história de sua própria exibição – e é por isso mesmo sempre múltipla, fragmentada e repetível.

Uma identidade pré-discursiva e essencial só seria cogitável num esquema de linguagem apreensível e redutível. Mas e o conceito de língua, pode manter ileso o conceito de identidade lingüística? Parece haver uma certa noção de língua compartilhada por boa parte das/os lingüistas, uma certa noção que toma língua como sistema à maneira saussureana, com elementos de uma estrutura relativamente estável que se relacionam a partir de regras elementares e produtivas (e nesse sentido pode-se afirmar que os campos que chamamos Lingüística Antropológica, Gramática Gerativa, a Sintaxe geral, boa parte da Sociolingüística, Fonética, Fonologia, Morfologia, estão todos pesquisando sobre regras elementares e produtivas da estrutura da língua). Esse conceito saussureano de língua é bastante razoável, mas se mostra frágil quando se pensa em fronteiras lingüísticas.

Boa parte dos argumentos para situações-limite pressupõe, antes de tudo, a idéia principal de “língua delimitável”, por isso não abrem mão de polarizar entre “uma língua” e as “outras situações”. No caso específico desse trabalho, é bastante improdutivo argumentar em torno de identidade lingüística, se este termo pressupõe aquela noção de língua, porque satura a produção da língua nas seqüências de enun-

ciado produzidos por falantes e por conseguinte exclui a performatividade da linguagem, do corpo, do sujeito. Sendo assim, quero desconsiderar 'identidade lingüística' como um termo possível para as identidades aqui em questão, pois identidade não é postulada apenas pela língua, se esse fenômeno existe por si só, mas pelo conjunto das marcações do corpo que significa o sujeito previamente.

7 .

## Identidades de gênero

*Il sait l'incalculable. La différence sexuelle, nous nous demanderons toujours... Mais c'est ça, la différence sexuelle, si elle a quelque chose à voir dans cette situation: se demander.*

(J. Derrida)

Um aspecto fundamental da marcação de identidades, porque fundamental na constituição dos corpos, tem sido profundamente discutido por estudiosas feministas: o gênero. Este termo, conhecido entre lingüistas como uma categoria

morfológica de classificação, tem uma origem teórica (se se pode falar estrategicamente em “origem” de teoria!) na cultura anglo-saxã, mais precisamente americana, e seu profundo diálogo com o chamado pós-modernismo francês.

Para a defesa do uso da categoria gênero como ferramenta para o entendimento dos mecanismos de regulação dos corpos, as feministas anglo-saxãs percorreram um longo caminho, todo imbricado pela influência européia. Scott (1991) apresenta um excelente panorama crítico da constituição da categoria gênero nos estudos feministas, descrevendo claramente três posições teóricas diversas, que ela nomeou como “teóricas do patriarcado”, “teóricas marxistas” e “teóricas pós-estruturalistas”.

Num resumo bem geral, posso apresentar os estudos de gênero da seguinte forma: inicialmente, os estudos feministas procuravam compreender como a diferença entre os sexos está articulada aos diversos atos de nossas vidas e como, para que fins e em que momento da nossa história, ela adquire a aparência de natural e o estatuto de uma hierarquia. Ou seja, estava pressuposto que era preciso entender para combater as desigualdades sexuais. ‘Sexo’ foi designado, então, criticamente, como uma categoria de organização social, não mais como um desígnio biológico.

No entanto, essa primeira formulação resultaria em um par já conhecido: homem/mulher. Ambos no singular porque a percepção imediata do problema deu-se nos moldes essencialistas de uma diferença fundada e fundamentada no aparelho reprodutor, portanto numa heterossexualidade compulsória. Então haveria o homem que fecunda e a mulher que gera e dá a luz, e toda a organização em torno desses atributos (representações do feminino e do masculino, relações estabelecidas a partir dessas representações, etc.). E está instalada a armadilha de se pensar previamente os corpos, porque um dos efeitos do discurso hegemônico sobre os corpos é justamente o de tomar sua existência como um fundamento real incontestável do sujeito. “É menino ou menina?”: o primeiro efeito de constituição do sujeito é a sua ordenação sexual.

Assim, a categoria ‘gênero’ vem para analisar a organização social imposta aos corpos sexuados nos paradigmas históricos existentes. Mas o gênero, tal qual ele se constitui atualmente nos estudos feministas, não pode ser confundido com uma distinção simples entre ‘feminino/masculino’ porque

Até um pensamento que se livra da inscrição biológico-morfológica dos sexos, para pensar o feminino e o masculino apenas como categorias – independentes de sua inscrição empírica (os homens, as mulheres) – continua sofrendo a contaminação deste dualismo que seria preciso apagar. O indefinido continua definido, de um certo modo, ao articular-se com o definido. (Collin, 1992a, 5)

Para abordar o que seria o resultado atual deste conceito, ‘gênero’, nos termos da análise que a seguir efetuo, quero me ater a duas questões principais no entrecruzamento da obra de Butler e Derrida: 1) como o corpo articula a diferença sexual, e como essa articulação está implicada na categoria gênero?; 2) como essa categoria, tal qual ela foi desenvolvida, se relaciona com o conceito de identidade?

Butler afirma:

O corpo postulado como prévio ao signo é sempre postulado ou significado como prévio. Essa signi-

ficação funciona mediante a produção de um efeito de seu próprio procedimento, o corpo que ela toda-  
via e simultaneamente afirma descobrir como aquilo que precede a significação. Se o corpo significado como prévio à significação é um efeito da significação, então o estatuto mimético ou representativo da linguagem, que afirma que o signo segue os corpos como seus espelhos necessários, não é de forma alguma mimético; ao contrário, é produtivo, constitutivo, pode-se até dizer **performativo**, visto que esse ato de significação produz o corpo que então afirma encontrar antes de qualquer significação. (Butler, 1998, nota de rodapé 14)

O estatuto mimético que sustenta as representações do masculino e do feminino deve ser contestado, justamente porque a ilusão da representação é ela mesma força impulsionadora da significação do corpo. Quer dizer, vamos pôr em suspenso a idéia de que existem representações sociais do masculino e do feminino, e poderemos ver que estas “representações” são uma das estilizações obrigadas ao corpo, um

conjunto de atos de fala que impulsionam uma marca ao corpo: a marca de gênero.

Nesse quadro, o que pensar das noções de feminino e de masculino? Onde começa o feminino? Onde começa o masculino? Existiria uma identidade feminina? Ou uma identidade masculina?

Para argumentar desconstruindo essas noções, voltemos à idéia inicial de que existem representações de gênero. O que é o masculino? O que é o feminino? As respostas dadas a essas perguntas constituiriam as chamadas representações de gênero. Mas não existe nenhuma ligação natural entre a expressão e o referente, e por isso mesmo a possibilidade de um representar a realidade (por inteiro, em parte, em aspecto, etc.) é um pressuposto que devemos descartar.

O primeiro problema para se pensar é a pluralidade que se oferece nos objetos que procuramos “representar” nas idéias homogêneas de masculino e de feminino. Derrida (1978)<sup>6</sup> procura criticar firmemente a idéia do conceito singular de ‘mulher’. Sua argumentação se

---

<sup>6</sup> Sobre o caráter histórico da crítica de Derrida em *Éperons* (1978), vale a pena ler Gallop (1997). A autora procura mostrar como Derrida, ao desconstruir um certo “fetiche essencialista” pelo conceito singular ‘mulher’, se dirige especificamente ao feminismo dos anos 70.

baseia nas diversas metáforas da mulher nos textos de Nietzsche: comparada à verdade, a mulher se une a tantos atributos diferentes quanto diferentes são os “tipos de verdade”:

Il n’y a pas une femme, une vérité en soi de la femme en soi, cela du moins, il [Nietzsche] l’a dit, et la typologie si variée, la foule des mères, filles, sœurs, vieilles filles, épouses, gouvernantes, prostituées, vierges, grand-mères, petites et grandes filles de son œuvre. Pour cette raison même, il n’y a pas une vérité de Nietzsche ou du texte de Nietzsche.  
(Derrida, 1978, 83)

Seu argumento principal é que, tanto quanto com a verdade, temos que nos despir do essencialismo se quisermos trabalhar com ‘mulher’, um termo sempre fluido e plural. ‘Mulheres’: vários tipos, cujas diferenciações não são feitas a partir do aparato reprodutor e sua presumida essência; sexualidade (vierges, mères), idade (vieilles filles), classe (gouvernantes) operam como diferenças sexuais. Em *Éperons*, a

'mulher', assim como a 'verdade', é algo que não se deixa nomear; nada pode conceituá-la, apreendê-la. Ambas estariam no limbo de tudo que é misterioso? Duas décadas depois, Derrida reafirma sua postura diante da problemática da diferença sexual:

La différence sexuelle reste à interpréter, à déchiffrer, à désencrypter, à lire et non à voir. Lisible, donc invisible, objet de témoignage et non de preuve – et du même coup problématique, mobile, non assurée. (Derrida, 1994, 75)

Ainda misteriosa, a diferença sexual não é demonstrável; ela está submetida a interpretações, a leituras, a testemunhos sempre sexuais – o processo de constante deciframento da diferença sexual nunca é assexuado, assexual ou metassexual, está engajado no mecanismo que lê e é lido pela diferença sexual. Isso tudo implica que estamos todos e todas comprometidos/as com a diferença sexual? Não há como ler a diferença sexual sem ser lido por ela? As leituras derridianas (1978/1994) problematizam a diferença sexual a partir 1) da pluralidade

produzida pelo mecanismo polissêmico de significação – sexualidade, classe, idade, e pode-se incluir raça, religião; 2) da sua textualidade “intrínseca”.

Tenho dúvidas e receio quanto ao que está implicado na idéia de “intrínseco” utilizada por Derrida para se referir – aparentemente – ao que não se pode negar sobre o signo. Não se pode negar que a diferença sexual só existe na sua textualidade, nas suas leituras possíveis? Tenho dúvidas e receio porque me parece difícil submeter a um segundo plano o corpo implicado na diferença sexual, o corpo significado, não pela leitura propriamente da diferença sexual, mas pela sua significação prévia, pelo seu estatuto definido *a priori*, justamente o corpo *previamente significado* que lê a diferença sexual. O corpo seria o que é lido na diferença sexual? Quando ele afirma que “a diferença sexual lê e é lida” pode ser interpretado como analisando da mesma forma que Butler na sua afirmação de que “o corpo significado como prévio à significação é um efeito da significação”? A postulação da diferença sexual para Derrida ou do corpo para Butler são “a mesma coisa”? Essas perguntas são bastante difíceis, não só porque “a mesma coisa” é um conceito representacionalista, mas principalmente porque filósofo e filósofa (lendo e lidos pela diferença sexual aqui previamente postulada pelo morfema que instala o masculino e o feminino em português) partem de

preocupações distintas. Parece-me que Derrida está preocupado em afirmar a pluralidade da diferença sexual, desfazendo-se do “fetiche essencialista” que postula a dupla homem/mulher, mas de certo modo sua insistência nesse caráter “invisível” da diferença sexual parece desconsiderar a inscrição que as leituras da diferença sexual impelem ao corpo. O corpo é o que é visível na diferença sexual, não porque ele não é igualmente lido e leitor dessa diferença (não existe leitura assexual, assexuada ou metassexual), mas porque, justamente por causa do efeito de apagamento de sua significação prévia, o corpo é o lugar da violência culturalmente organizada em torno da diferença sexual.

Butler, dedicada a traçar uma categoria explicativa para os mecanismos que postulam o corpo, define ‘gênero’ como o efeito dessa marca impulsionada ao corpo:

Gender is repeated stylization of the body, a set of repeated acts within a highly rigid regulatory frame that congeal over time to produce the appearance of substance, of a natural sort of being. (Butler, 1999, 43-44)

A formulação da categoria 'gênero' parece ser testemunha de preocupações distintas entre Derrida e Butler<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Derrida insiste no termo 'diferença sexual' provavelmente por um motivo a mais: ele está inserido numa cultura filosófica que resiste à cunhagem anglo-saxã 'gender'. Sobre essa resistência, Varikas (1999, 18-26) afirma: "Na França percebi que a problemática de *gênero* estava longe de ser algo previsto nas pesquisas, particularmente na história das mulheres. As objeções a esse quadro conceitual diziam respeito menos à sua validade teórica geral, que quase não era discutida, do que ao seu caráter "intransferível" no contexto da pesquisa francesa. O próprio termo parecia abstrato e obscuro, percebido como uma noção especificamente "anglo-saxã" que semeava mais confusão do que permitia repensar as relações entre os sexos. Ora, para quem aprendeu inglês e francês como línguas estrangeiras, e que por muito tempo contrariou os acordos caprichosos do masculino e do feminino para deixar de observar sua onipresença na língua francesa, o gênero, como metáfora do sexo social, parecia de uma limpidez bem maior em francês do que em inglês. O que leva a pensar que talvez não seja o caráter "intransferível" da metáfora, mas, ao contrário, o fato de que ela se torna mais viva em francês o que criaria esse efeito de confusão [...] Seguindo os argumentos desenvolvidos contra o uso do conceito, que na França ainda é teimosamente designado sob a forma exótica de *gender*, temos a impressão de que a língua é, ainda uma vez, erigida como testemunha irrecusável das possibilidades e impossibilidades do pensamento".

Por outro lado, a performatividade se mantém em ambos como a propriedade que permite e obriga as estilizações de gênero.

Tout cela *semble* instituer la différence sexuelle dans l'*acte* de lecture/écriture le plus pragmatique, le plus performatif, ici l'expérience d'une apostrophe originaire rappelant aussi l'origine de l'apostrophe, le "tu" qui, interrompant le silence de ce qui est tu, fait naître, engendre et provoque, convoque, appelle mais en vérité *rappelle* le "il" à l'être. Car cet acte n'est pas seulement une apparence qui *semble se donner* la différence sexuelle, il n'est pas simplement actif ou décisive, créateur ou productif. Lisant autant qu'il écrit, déchiffrant ou citant autant qu'il inscrit, cet acte est aussi un acte de mémoire (l'autre est déjà là, irréductiblement), cet acte prend acte. En te rappelant, il se rappelle. (Derrida, 1994, 89)

Num ato performativo entendido radicalmente, o sujeito instala um efeito de gênero, não como quem apenas o descreve (escreve, inscreve) para o outro, mas ao mesmo tempo e principalmente como quem o interpreta para/no outro e lembra o outro/para o outro/para si: marca e opera sua posição na alteridade, apresentando um efeito que excede a intenção do sujeito. Esse excesso produzido é redobrado pelo corpo que fala: corpo previamente significado, e significado nas suas estilizações de gênero.

Essas estilizações operam com itens além da anatomia, como Derrida nos mostra na sua análise de Nietzsche, mas especialmente a sexualidade, pois, criando a ilusão binária homem/mulher, o discurso sobre o corpo se organiza para garantir uma heterossexualidade compulsória e reprodutora. De tal modo que o próprio anatômico é dado como prévio: num movimento que começa na visada a olho nu, chegando até um mapa genético se necessário, o binário deve ser garantido. Se a visada a olho nu não garante o significado binário do corpo (“é menino ou menina?”), como no caso dos vários tipos de hermafroditismo, tecnologias são utilizadas para garantir essa situação binária, porque qualquer subversão no significado previamente definido para o corpo converte-se na impossibilidade do sujeito. Apoiada no debate de Fou-

cault em *Herculine Barbin, being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century hermaphrodite*<sup>8</sup>, Butler afirma:

Herculine is not an “identity”, but the sexual impossibility of an identity. Although male and female anatomical elements are jointly distributed in and on this body, that is not the true source of scandal. The linguistic conventions that produce intelligible gendered selves find their limit in Herculine precisely because she/he occasions a convergence and disorganization of the rules that govern sex/ gender/ desire. (Butler, 1999, 31)

Se gênero é um efeito do ato de fala, ele deve ser entendido no conjunto do ato corporal porque o sujeito está totalmente implicado

---

<sup>8</sup> Butler (1999, 31-32, 120, 123-135) analisa FOUCAULT, Michel (ed.). *Herculine Barbin, being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century hermaphrodite*. New York : Colophon, 1980.

nas regras discursivas que possibilitam o corpo. Como ser se não ou ‘homem’ ou ‘mulher’? Essa primeira regra opera a heterossexualidade compulsória, e postula a única possibilidade do sujeito.

Do ponto de vista da identidade de gênero, a sexualidade opera de maneira destacada, e articula expressões variadas de acordo com o tipo de práticas sexuais, ‘esposa’, ‘padre’, ‘prostituta’, ‘*gay*’, ‘moça’, ‘velha’. Todas as expressões de identidade de gênero parecem poder operar sobre sexualidade, ainda que nem todas operem idade, como é o caso de ‘padre’, ou operem classe social, como ‘menino’. É bom deixar claro que as identidades de gênero não são operadas exclusivamente pela diversidade lexical. É evidente que expressões comuns podem ser exemplares na memória da nossa discussão, porque a repetição a que são submetidas é uma realidade material que nos impele a uma interpretação prioritária. No entanto, se quero sustentar a radicalidade da teoria dos atos de fala, tenho que retomar seu caráter irreduzível e seu contexto insaturável. Atos de fala operam efeitos de identidades de gênero sem que haja necessariamente troca lexical, e articulam os elementos que citei (classe, raça, idade, prática sexual) nas relações em torno do corpo, socialmente postulado e inserido, porque as expressões de identidades de gênero estão sempre privadas de referente ou significado, esperando serem “lembradas”. Assim é que

Por exemplo, um indivíduo que é um capitalista local, que lidera as atividades locais e que capitaliza esse trabalho para a sua masculinidade e, ao mesmo tempo, usa a metáfora da masculinidade como elemento que constrói, que ajuda a reforçar essas suas atividades... Compare-se esse indivíduo e outro, no extremo oposto, para dicotomizar as coisas, e que (usando um pouco uma expressão do Bourdieu) só tem como capital a masculinidade, no seu sentido mais estrito, usado localmente. Então, quando estes indivíduos se auto-definem como homens, estão falando ou não da mesma coisa? (Almeida, Corrêa & Piscitelli, 1998, 222)

Se estes dois indivíduos estão falando a mesma coisa é, como já apontei anteriormente, uma questão para uma visão representacionista da linguagem. O problema, para mim interessante, é que efeitos e ações eles operam quando dizem 'Eu sou homem'? Se é "a mesma coi-

sa”, no sentido referencial estrito, deve ser deslocado para se faz “a mesma coisa”. Que relações de poder a expressão ‘Eu sou homem’ instaura numa conversação? Que ações ela obriga ou embarga? Quero que essas perguntas sejam entendidas, não no sentido intencional do falante, do que ele “quer” dizer e/ou fazer, mas sim no sentido mais amplo das repetições que são conferidas a essa expressão: história de referências materiais, de relações de poder, de ações obrigadas e/ou embargadas. Que estilizações são permitidas e obrigadas aos corpos que estão autorizados a repetir ‘Eu sou homem’?

Essa abordagem performativa da identidade de gênero deve ser marcada como divergente de uma visão estável, como é o caso do trabalho de Walters (1999), por exemplo. Essa autora, refletindo sobre os condicionamentos imputados ao corpo e à linguagem das mulheres na Tunísia, aponta, por um lado, para a complexa rede de estilizações de gênero, descrevendo detalhadamente sua “informante”, seu “informante” e sua relação, de tal modo a considerar suas estilizações linguísticas como fruto, não de cada sexo biológico, mas de relações sociais organizadas arbitrariamente em torno do sexo, relações estas que incluem sexualidade, classe, religião, entre outras. Essa maneira de abordar “mulheres tunisianas escolarizadas” é uma discussão do processo de marcação de identidade. Por outro lado, ela escreve:

In other words, between bilingual peers, the expected behavior is to codeswitch intrasententially, with the extent and nature of switching indexing degree of education, degree of urbanity, and individual choice, as well as other sociodemographic variables as gender. (Walters, 1999, 204)

Tenho sérias indagações sobre o que está implicado no estatuto de gênero como uma variável sociodemográfica. Seria mais justo pensar que gênero, como discurso pré-significador dos corpos, implica variáveis sociodemográficas – o que não quer dizer que pode ser reduzido a elas. Mas, antes de tudo, gênero está implicado no poder, no plano do controle, das dominações e da violência. Assim não podemos fugir de que a diferença entre ‘homem público’ e ‘mulher pública’ não é uma diferença morfológica – ou não é, como aprendemos na escola, um propriamente o “feminino” do outro. São os atos repetidos dentro de um quadro rígido que constituem gênero – atos ritualizados através de um corpo que fala. E ainda a rigidez e a repetitividade desse quadro é o

que o tornam ao mesmo tempo, e mais facilmente perceptível, com uma aparência de natural, e por isso mesmo possibilidade única inteligível do sujeito:

This frame defines what acts are required to produce an intelligible, acceptable or normal identity; its definitions cannot simply be ignored, but they can be negotiated, resisted and in some circumstances deliberately modified. (Cameron, 1995, 17)

Essa observação de Cameron não quer ser uma defesa da hipótese de que os atos de fala têm seus valores facilmente negociáveis. Ao contrário, a autora bem observa que o quadro social no qual nos encontramos requer diariamente uma identidade, no seu sentido de maior unicidade e estabilidade. A pluralidade, a instabilidade, a indecisão, a mudança mesmo são relegadas ao plano das exceções e tratadas como elementos estranhos elimináveis, sujeito a todo tipo de violência. Mas continuam existindo. O quanto as consideramos ou não como parte do sistema, depende do quanto estamos dispostas/os a acompa-

nhar e aprofundar todas as implicações teóricas do fato de que as manifestações e empregos da linguagem são paradoxalmente dependentes e resistentes às usuárias e usuários, e que, portanto, o controle intencional das identidades inteligíveis escapa ao sujeito, ao mesmo tempo em que implica suas possibilidades ritualizadas de existência.

Capítulo 2

**Discurso sobre  
linguagem**

8.

## **A problemática da metalinguagem**

O uso do termo 'metalinguagem' é freqüentemente associado ao campo científico, em especial à Matemática e à Lógica. A metalinguagem é definida nestes campos como a linguagem utilizada para descrever outra linguagem. Esta definição faz acompanhar a metalinguagem de uma série de outras características.

No campo da Lógica, foi Tarski (*apud* Kneale & Kneale, 1991) quem se consagrou por seu empenho em definir metalinguagem. No ensaio *The concept of truth in formalized languages*, Tarski, procurando definir o conceito de verdade, defende a distinção, segundo ele fundamental, entre língua-objeto e metalíngua, afirmando que

nenhuma linguagem consistente pode conter dentro de si própria as maneiras de falar acerca do sentido e da verdade das suas próprias expressões (Tarski *apud* Kneale & Kneale, 1991, 672).

Para Tarski, é fundamental que seja distinguido o objeto de seu instrumento de descrição porque seu conceito de verdade depende da idéia de que a metalinguagem que cumpre o seu papel com eficiência apresenta caracteres e estrutura capazes de explicar outro sistema de significado distinto do seu, o que resumidamente quer dizer que não seria possível que uma linguagem descrevesse a si própria com êxito. Seu famoso exemplo

‘A neve é branca’ se, e apenas se, a neve é branca.

faz uso das aspas para mostrar que a possibilidade de atribuir valor de verdade a uma sentença depende da possibilidade formal de distinguir a seqüência analisada da seqüência que descreve o estado de coisas exterior à linguagem analisada. Esta abordagem de Tarski está, assim, voltada para o cálculo do valor de verdade das sentenças de uma dada língua, desde que se estabeleçam condições formais para esse cálculo num dado mundo possível.

Ainda que não tenha sido Tarski o primeiro a se preocupar com a questão da metalinguagem<sup>1</sup>, de fato, como os gramáticos mantiveram-se silenciosos sobre o tema (cf. Rey-Debove, 1978), a noção de

---

<sup>1</sup> Rey-Debove (1978) nos apresenta uma pequena lista das clássicas discussões, em diferentes épocas e locais, sobre metalinguagem: Panini (século IV a.C.) e seus comentadores; a introdução do *Organum*, de Aristóteles, feita por Porfírio (séc. III d.C.); durante a Idade Média, o *Metalogicon* de Abelardo e J. de Salisbury (1159); Hobbes e Leibniz (séc. XIV); e assim por diante, em Hilbert e em Russell, chegando finalmente ao Círculo de Viena.

metalinguagem entrou nos meios lingüísticos em grande parte herdada dos debates filosóficos do Círculo de Viena. No seu texto *Lingüística e poética*, é à “Lógica moderna” que remete Jakobson (1974, 127) quando se dispõe a definir a função metalingüística. Ele faz menção, por exemplo, à distinção entre linguagem-objeto, capaz de remeter a objetos; e a metalinguagem, que remeteria a uma linguagem. Jakobson chama atenção também para uma outra dicotomia, de certo modo decorrente da primeira: a distinção entre metalinguagem científica e metalinguagem ordinária. Ele segue

A metalinguagem não é apenas um instrumento científico necessário, utilizado pelos lógicos e pelos lingüistas; desempenha também papel importante em nossa linguagem cotidiana [...] praticamos a metalinguagem sem nos dar conta do caráter metalingüístico de nossas operações. (Jakobson, 1974, 127).

Assim, haveria um uso “necessário” da metalinguagem, e um uso “sem nos dar conta”. Quanto essa bipartição da metalinguagem se

justificaria na mesma linha da idéia de Tarski de que nenhuma linguagem pode descrever a si própria com o benefício da verdade, necessitando de um uso formalizado, ou científico? Não seria de todo falso uma leitura desse trecho de Jakobson como uma aceitação simples desse preceito lógico que distingue objeto e “meta”, e sua descrição da função metalingüística a partir de uma transferência direta do raciocínio da Lógica para a análise das operações chamadas metalingüísticas. No entanto, a seqüência final de sua explicação sobre a função metalingüística nos dá algumas outras pistas:

Todas essas sentenças equacionais fornecem informação apenas a respeito do código lexical do idioma: sua função é estritamente metalingüística. Todo o processo de aprendizagem da linguagem, particularmente a aquisição, pela criança, da língua materna, faz largo uso de tais operações metalingüísticas; e a afasia pode ser definida, amiúde, como uma perda da capacidade de realizar operações metalingüísticas. (Jakobson, 1974, 127)

O que Jakobson chama de “estritamente metalingüístico” nos dá uma idéia de que sua compreensão da metalinguagem vai além da função metalingüística assim definida, reduzida no caso a perguntas e respostas de interesse lexical, baseadas na reflexividade da língua, da qual falaremos adiante. Quando Jakobson se remete à aquisição da linguagem e à afasia como dois momentos importantes para o entendimento de práticas de operações metalingüísticas, ele parece mostrar que a metalinguagem está presente na nossa linguagem como um componente ordinário, ou seja, cotidiano e freqüente. Aliás, a relação da afasia como processo invertido da aquisição da linguagem afirmada pelo autor no seu texto *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia* (Jakobson, 1974, 36) nos mostra como ele observa a presença de operações metalingüísticas como fundamentais no desenvolvimento geral da linguagem. Aprender a linguagem é aprender a falar sobre linguagem? Guardemos essa questão para mais tarde.

No momento, voltemos ao fato de que o trabalho dos lógicos sobre componentes “meta” da linguagem acarretaram uma obrigação, no mínimo histórica, para com o conceito lógico de metalinguagem. Dessa forma, os estudos lingüísticos sobre metalinguagem ficaram comprometidos em se posicionar diante das afirmações lógicas sobre o

tema. Esse compromisso acarretou a influência do desenvolvimento lógico sobre grande parte dos trabalhos, estes adotando noções logicistas de análise que podem levar a conclusões como

[le métalangage] il reproduit celui [le langage] de la langue naturelle avec ses imprécisions, ses ambiguïtés. (Rey-Debove, 1978, 7)

O parâmetro logicista para a metalinguagem, no entanto, funciona de forma biunívoca somente nos casos das metalinguagens lógicas, no domínio da Matemática e da Lógica, com seus conceitos de mundo intensional e extensional, pois cada símbolo corresponde ao objeto que ele representa. No entanto, esse foi o modelo de metalinguagem disponível para lingüistas em meados desse século. E é a partir desse modelo que foram procurados os argumentos para se defender que a metalinguagem lingüística, em comparação e oposição à metalinguagem lógica, se mostraria ambígua e inepta. Essa metalinguagem lingüística é parte integrante da linguagem natural, e, por isso, de acordo com o conceito tarskiano de metalinguagem, não cumpriria a função de

“descrição com verdade” da sua linguagem-objeto (cf. Authier-Revuz, 1995, 4 ss.).

Ainda que se apresente esta “falha”, é apropriado afirmar que a linguagem natural é utilizada para descrever linguagens, inclusive e principalmente ela mesma. O impasse entre a função “original” da metalinguagem, descrever outra linguagem com êxito, não impediu, dessa maneira, que lingüistas proferissem sentenças a respeito da metalinguagem em linguagem natural. Saiu-se em busca de outras especificidades que caracterizassem essa metalinguagem, de forma que não se perdesse de vista as diretrizes apontadas pelas metalinguagens lógicas. No entanto, veremos, uma análise dessas especificidades nos mostra justamente o que muitos/as lingüistas foram percebendo ao longo de seus estudos, especialmente nos estudos do discurso: que é preciso abandonar tais diretrizes logicistas e compreender essas especificidades deslocando o próprio conceito lógico de metalinguagem.

A primeira especificidade que serviu para caracterizar a metalinguagem natural foi a capacidade que as línguas possuem de se referirem a si próprias, ou seja, a sua reflexividade. Um enunciado como:

(1.) O que significa ‘trombone’?

é uma frase do português que fala do português<sup>2</sup>. Diariamente, a todo momento, estamos ouvindo ou pronunciando enunciados que exprimem essa propriedade reflexiva da linguagem, não somente para sanar dúvidas lexicais, como em (1.), mas também para atribuir propriedades aos elementos e à estrutura da língua.

Um outro exemplo típico é 'A palavra Sócrates tem oito letras', em que a palavra Sócrates não é usada, como habitualmente, para se referir a uma pessoa

---

<sup>2</sup> Alguns estudiosos, procurando descrever essa questão sem sair dos parâmetros logicistas, chegam a afirmar que, neste caso (1.), não se trata do português descrevendo o português, mas de uma metalinguagem do português que descreve o português (cf. Lyons, 1980). A nuance dessa distinção está em realçar a separação entre a linguagem-objeto e a metalinguagem, como em conjuntos onde o conjunto M corresponderia à metalinguagem do português e o conjunto P ao português. Não haveria como afirmar que M descreveria sem êxito P, já que M não está contido em P, mas o contrário. Como queria a Lógica, tratar-se-ia de uma linguagem externa descrevendo outra linguagem.

particular, mas para, em certo sentido, se referir a si própria. (Lyons, 1980, 14)

Repare que os exemplos utilizados para descrever a reflexividade da linguagem remetem a uma delicada questão lingüística: o fato de que uma mesma palavra refere a várias entidades diferentes. Aliás, definir essa questão já é em si difícil, tendo em vista que vários estudiosos e estudiosas a descrevem de outro modo, não como sendo a mesma palavra com vários referentes, mas palavras diferentes com seus respectivos referentes diferentes. Mas descrita dessa forma essa questão pode ser confundida com a homonímia,

propriedade de duas ou mais formas, inteiramente distintas pela significação ou função, terem a mesma estrutura fonológica. (Câmara Jr., 1992, 139).

A homonímia não se apresentaria como um problema metalingüístico; ela teria origem em aproximações de palavras como 'são', nos exemplos que se seguem:

(2.) Um homem são

(3.) São seis horas.

(4.) São Sebastião

De fato a homonímia nos coloca diante de uma problemática embaraçosa. Se a homonímia é a propriedade de duas ou mais formas terem uma mesma seqüência de sons como única coisa em comum, então essa definição pode alcançar também as palavras em uso metalingüístico, como 'trombone' em (1.). O que fazer com a possibilidade de ser obrigada/o a considerar todas as palavras como tendo no mínimo uma homonímia com seu uso metalingüístico (pois afinal ambas 'trombone' e trombone são inteiramente distintas de significado e função)?

Colocada desta forma, essa pergunta interroga o próprio conceito de homonímia, e anteriormente o de palavra. As seqüências que comparamos quando definimos a homonímia são baseadas em convenções bastante antigas, que têm sua origem na escrita e nos estudos for-

mais de gramática. Desse modo, parece redundante dizer que a palavra ‘trombone’ – e palavra aqui é um limite tradicional dos dicionários e gramáticas – é homonímia da seqüência falada [trõbõni] ou da seqüência escrita ‘trombone’, se estas estão sendo usadas e aquela está sendo mencionada – tendo portanto cada uma função e significado distinto, mas a mesma estrutura fonológica.

Toda essa problemática remete à distinção entre uso e menção e à dificuldade de se manter essa dupla em alguns exemplos. O fato é que a reflexividade como propriedade da linguagem, como uma regra geral aplicável a qualquer seqüência de qualquer língua, confunde determinados conceitos lingüísticos dicotômicos porque torna a comparação, que é a base de toda dicotomia, difícil de ser mantida.

Mas os estudos que têm tratado das especificidades da metalinguagem ordinária defendem uma separação necessária, mas como se vê não tão óbvia assim, dos usos homonímicos de outros usos como ‘trombone’, ou melhor ainda, ‘Sócrates’ (Lyons, *op. cit.*). Rey-Debove (1978), por exemplo, apresenta uma classificação do léxico das línguas de acordo com a relação que estas estabelecem com o que significam, procurando assim distinguir casos de homonímias e casos de metalin-

guagem. São três grupos: um grupo de expressões “mundanas”<sup>3</sup>, que se destinam a falar do que não é linguagem – onde se poderiam incluir os casos de “verdadeiras” homonímias; um outro grupo de expressões “metalingüísticas”, estas sim destinadas a falar de linguagem; e um último grupo “neutro”, que são expressões “de haute fréquence, à contenu pauvre” (Rey-Debove, 1978, 26).

Essa partição é baseada na oposição mundo/linguagem, segundo a autora “des domaines sémantiques en opposition complémentaire”, dicotomia esta fruto da visão representacionista da referência portanto de linguagem. As categorias mundo e linguagem, neste caso, remetem à noção de referência como “uma construção ilusória entre as expressões e os objetos, considerando estáveis os elementos da ligação entre os dois.” (Pinto, 1998, 53). A dicotomia mundo/linguagem se sustenta sobre a possibilidade de linguagem representar mundo, aqui ‘representar’ no sentido de estabelecer correspondência.

Entre o conceito lógico de metalinguagem e suas repercussões na Lingüística, está uma hierarquia entre o que representa “melhor” e o

---

<sup>3</sup> “mots mondains”, Rey-Debove (1978, 26). De acordo com a autora, termo emprestado neste sentido de BARTHES, Roland. *Le système de la mode*. Paris : Ed. du Seuil, 1967. p. 32. (cf. Rey-Debove, 1978, 22).

que representa “pior”. Assim, sistemas lógicos “representariam melhor” linguagem justamente porque estariam “fora” do que é representado; enquanto, linguagem “representaria pior” ela mesma porque estaria “dentro” do que pretende representar. Esse mesmo esquema de valor apoia duas separações bastante fecundas: uma entre linguagem e metalinguagem; outra entre científico e ordinário. Numa espécie de progressão, a atribuição de valor se dá: metalinguagem lógica representando melhor que metalinguagem natural; dentro da metalinguagem natural, metalinguagem científica representando melhor que metalinguagem ordinária; dentro da metalinguagem ordinária, esta representando melhor do que linguagem. Todas oposições hierárquicas relacionadas a uma “ética da neutralidade”, pois quanto mais a linguagem pode ser considerada neutra em relação ao objeto – na perspectiva de que a separação mundo/linguagem é fecunda – mais ela pode ser considerada confiável.

No que diz respeito ao tema da metalinguagem ordinária, “a linguagem como representação” é um pressuposto que acarreta uma série de hierarquias dicotômicas que dificultam o trabalho com a postulação de identidades tal qual pretendo aqui. Deste modo, o conceito tradicional de metalinguagem, envolvido com a teorização lógica, deve ser suspenso. Mas antes de apresentar uma versão da metalinguagem com-

patível com a linguagem performativa, uma outra expressão encontrada inúmeras vezes neste texto também deve ser analisada: 'ordinária'.

Estou utilizando os termos 'ordinário' e 'cotidiano' com frequência, alternando-os indiscriminadamente. Mas o que quero apreender nesse 'ordinário', ou 'cotidiano'? É possível sustentar ou articular essa tipologia do discurso com o problema da postulação de identidades?

Esse termo 'ordinário' tem sido empregado no discurso sobre a história do saber metalingüístico, em sentido "complementar" ao termo 'científico'. É preciso refletir e procurar entender a relação entre esses dois saberes e as conseqüências teóricas da sustensão dessa dicotomia.

O discurso sobre linguagem tem como ferramenta de descrição de seu objeto o próprio objeto linguagem, o que coloca em debate a oposição entre metalingüístico científico e metalingüístico ordinário. No que diz respeito ao objeto linguagem, a metalinguagem utilizada para descrevê-lo e explicá-lo, pelo espelhamento característico entre instrumento e objeto – portanto a dificuldade de sustentação desse recorte – acaba por evidenciar a problemática de sua própria existência. Essa identidade entre os signos que constituem o saber metalingüístico e seu objeto revela, entre outras coisas, impasses teóricos das discipli-

nas lingüísticas em superar uma continuidade entre o saber científico e o saber “popular” sobre linguagem. De acordo com a argumentação dos historiadores lingüísticos contemporâneos (Auroux, 198?, 1992), a relação entre o saber científico e o saber ordinário apresenta uma descontinuidade forjada institucionalmente, tendo em vista que aquele se origina neste, controlando-o. O fluxo entre esses saberes é fundamental na constituição do saber científico, em especial na história da gramática, e apresenta seu afastamento como consequência do desenvolvimento de uma política de controle de nações através da formalização autorizada de suas línguas.

O que está claro na história da constituição do saber metalingüístico científico é que o saber metalingüístico ele mesmo é um saber “intrínseco” à linguagem. Aprender a linguagem é aprender a falar sobre linguagem, ou seja, a própria linguagem é metalinguagem. A análise do discurso ordinário utiliza o termo ‘ordinário’ como uma menção ao lugar discursivo institucional, e não ao estatuto veritativo de suas asserções. A linguagem investigada contém inseparavelmente elementos de sua metalinguagem. Concretamente, num levantamento de dados de língua qualquer, a pessoa entrevistada terá sempre como parte integrante de seu discurso uma metalinguagem, que deve incluir tanto opi-

niões sobre os conceitos lingüísticos (uma noção de língua, por exemplo), quanto comentários sobre a própria língua ou seu uso.

Um/a lingüista, em presença de um/a falante de língua ainda não descrita, pode perguntar: “o que é aquilo?” apontando para um animal, escutando uma resposta. Essa resposta é lingüística ou metalingüística? Ou nos termos tradicionais, é uso ou é menção? Essa pergunta é possível porque o/a falante pode responder: “o nome daquilo é coelho”, ou “ ‘coelho’ é o nome daquilo”. Esse tipo de estrutura, que se refere a alguma coisa no mundo, fala ao mesmo tempo da propriedade de língua de nomear.

Lyons (1980) coloca o seguinte exemplo para menção: “Ele detesta ‘João’ ”, sendo usadas as aspas simples para indicar que o termo ‘João’ é objeto de detestar, e não alguém chamado João. Assim, quando o/a falante diz “ ‘coelho’ é o nome daquilo”, ele/a está usando a expressão ‘coelho’ para nomear um objeto, e ao mesmo tempo falando sobre a expressão ‘coelho’.

Essa possibilidade de análise para este exemplo nos serve aqui para mostrar que é bastante intrincada a definição do lugar do uso e do lugar da menção na linguagem. Mas a polêmica se instala em função da própria necessidade de divisão entre uso e menção, ou entre linguagem e metalinguagem. Se deixamos de procurar a metalinguagem como um

elemento à parte na linguagem, mas ao contrário como um dos efeitos de sentido possíveis, temos a possibilidade de interpretar o problema da distinção entre uso e menção, entre lingüístico e metalingüístico, como distinções funcionais, didáticas – sustentadas por pressupostos políticos (quem está mais autorizado a falar sobre linguagem?).

9.

**Metalingüístico:  
um efeito dos atos  
de fala**

**A** incursão do conceito de 'metalinguagem' nos trabalhos lingüísticos pela via da Lógica, e a naturalização da dicotomia funcional metalinguagem-linguagem, acarretou o isolamento da metalinguagem em relação à linguagem e a insistência numa teorização que mantivese esses conceitos separados. Procurei até aqui argumentar sobre a impropriedade dessa separação. Nesta seção

apresento uma abordagem performativa para a metalinguagem, de modo a entendê-la como um dos efeitos possíveis para os atos de fala.

Conforme procurei mostrar anteriormente, a representação como princípio definidor da linguagem foi fundamental na construção do discurso dicotômico sobre metalinguagem. Mas neste trabalho procuro defender que devemos sempre

Desconfiar da palavra 'representação'. Pelo menos se deve reconhecer que não há nenhuma ligação natural de semelhança entre significante e referente, e com maior razão entre significante e significado.  
(Bennington & Derrida, 1996, 27-32)

Essa ligação entre significante e referente, e extensivamente entre mundo e linguagem, é postulada no ato do discurso que a fundamenta como prévia, ainda que essa ligação não possa existir senão nele. Não há nenhuma ligação natural entre o que se diz e os seres, estados ou outros referentes que nos são chamados pelo uso das expressões. Se nos aprofundarmos no problema das expressões metalingüísticas, dife-

rentemente da estabilidade ilusória das expressões “mundanas”, temos a chance de trazer à tona a fragilidade da máscara representacional.

Não se trata certamente de termos como ‘substantivo’ ou ‘frase’, que, ao contrário, querem garantir a oposição mundo/linguagem pois marcam uma distância entre sujeito e objeto. É em outra manifestação metalingüística que o problema da representação é colocado. Trata-se da *autonímia*, ou seja, da menção que um termo efetiva a si próprio numa determinada estrutura enunciativa. Essa definição de autonímia pode tornar-se a resposta à pergunta que coloquei em seção anterior sobre a possibilidade de o fenômeno homonímico ser uma recorrência para todas as expressões de linguagem, sem nenhuma exceção. Ao que indicam estudiosos e estudiosas (cf. Lyons (1980); Rey-Debove (1978)), a melhor maneira de caracterizar o impasse causado pela autonímia é um silogismo do tipo:

(5.) O muro rodeia a casa.

(6.) ‘Muro’ é uma palavra.

(7.) Uma palavra rodeia a casa.

Veja que esse tipo de raciocínio pode provocar risos e apresenta uma imediata afirmação da sua falaciosidade. Se examinarmos os verbetes dos dicionários, não encontraremos uma definição de 'muro' que comporte seu uso em (6.). Isso poderia ser explicado:

[...] la règle autonymique est une règle semantique générale (la même pour tous les mots), et le phénomène autonymique outrepassé de beaucoup, même lexicalement, ce qui peut être décrit comme constituant le lexique d'une langue. [...] [celui] met en valeur le conflit fondamental entre le monde et le langage qui l'exprime, l'opposition de l'être et du signifier, qui est toute la problématique du signe. (Rey-Debove, 1978, 58)

Essa situação de autonímia garante portanto que a metalinguagem esteja corriqueiramente no discurso cotidiano, de tal maneira

que não se deixa apreender como um fenômeno delimitado. Ao contrário, eventos metalingüísticos estão intrincados em eventos lingüísticos de forma que muitas vezes tratá-los separadamente mostra-se uma análise infértil. Qualquer que seja a questão abordada (forma de escrever, classificação gramatical, significado “mundano”), é possível que qualquer elemento da língua torne-se uma palavra autonímica. Todos os eventos lingüísticos estão assim aptos a se tornarem eventos metalingüísticos – com conseqüências.

A onipresença da atividade metalingüística na linguagem, em decorrência da reflexividade da linguagem e do fenômeno autonímico, desloca sem dúvida a noção de metalinguagem para outro lugar que não o originado no campo lógico-matemático. Culioli (1990), por exemplo, defende um afastamento necessário da noção de metalinguagem

On pourrait soutenir qu'il y a du métalinguistique, mais pas de métalangage, au sens d'un langage extérieur à la langue-objet. (Culioli, 1990, 41)

A defesa de Culioli é sustentada pela existência, neste caso não apenas da autonomia ou das classificações fornecidas pela tradição gramatical, mas principalmente por uma atenção que os/as falantes dis-

pensam aos atos de fala, próprios ou alheios. Essa reflexão sobre os atos de fala é presença marcante em todas as formas de diálogos ordinários. Ao que indica essa recorrência, o fenômeno metalingüístico está estruturalmente presente no discurso, freqüentemente diluindo os pretensos limites entre o discurso “sobre o mundo” e o discurso “sobre a linguagem”.

Vista dessa forma, a metalinguagem perde o lugar de superioridade que lhe é atribuído pela tradição lógica na hierarquia da representacionalidade. Ao contrário, é possível mesmo subverter esta ordem que dominou a definição de metalinguagem, a ordem da dicotomia mundo/linguagem, para expô-la em meio à complexidade dos fenômenos que chamamos lingüísticos. A análise interminável – a desconstrução – da noção de metalinguagem expõe a fragilidade da idéia “meta”.

O conjunto teórico para o tratamento da linguagem como performativa – implicando suas noções de sujeito e identidade, como será útil para o tratamento do discurso ordinário sobre linguagem, tendo em vista o recorte de gênero? Já debati sobre o fato de que o próprio conceito usado para descrever as experiências lingüísticas aqui analisadas – metalinguagem – deve sofrer um deslocamento. Os fenômenos agrupados como metalingüísticos são atos de fala cujos temas digam respeito ao próprio ato de falar; pensá-los como um conjunto a parte, um fe-

nômeno descritível em termos gerais num sistema de língua, levaria à redução de suas conseqüências para a constituição do sujeito e sua identidade. Lembremos aqui do exemplo de quando o/a falante diz “ ‘coelho’ é o nome daquilo”, usando a expressão ‘coelho’ ao mesmo tempo para nomear um objeto e falar sobre a expressão lingüística que nomeia. São as condições e a história do ato de fala que vão levar a uma e/ou outra interpretação, e não a fórmula do enunciado em si. Sendo assim, o metalingüístico é um efeito do ato de fala, e a separação conceitual entre lingüístico e metalingüístico também é um efeito, do qual é preciso se afastar para produzir uma análise austiniana do problema.

Nesse caminho de reutilização do conceito de metalinguagem, acabei por delimitar os fenômenos aqui analisados como discurso sobre linguagem, no sentido mais genérico e ordinário, em que a expressão ‘sobre’ tem como função apenas nos lembrar que os temas imediatamente apreendidos do ato de fala em questão sejam atos de fala. Trata-se então de uma metalinguagem constitutiva, uma metalinguagem que se nega a própria condição “meta” para desaparecer numa linguagem que é não representacional – performativa.

Capítulo 3

**Dinâmica das  
estilizações de  
gênero**

10.

**Pesquisando dis-  
curso  
sobre linguagem:  
decisões metodoló-  
gicas**

O quadro teórico que apresentei até aqui sustenta considerações sobre a relação entre sujeito, identidade de gênero e performatividade, e considerações sobre o lugar do discurso chamado metalingüístico nos fenômenos da linguagem. A

relação entre essas duas considerações resultou para mim numa reflexão sobre a postulação da identidade de gênero no discurso sobre linguagem.

Neste capítulo procuro analisar alguns mecanismos de postulação de identidade de gênero através da análise de trechos de entrevistas de longa duração com falantes. Ao discorrer sobre esses mecanismos, pretendo mostrar como o discurso sobre linguagem postula o lugar de gênero do sujeito, ao mesmo tempo em que nos mostra como o rito de falar sobre o ato de fala é um momento crucial, porque mascarado pela “autoridade ao dizer sobre”, de repetição desse lugar.

Butler defines what the codes prescribe as ‘repeated stylizations of the body’ [...] I assume her argument could also apply to language-using, and especially to speech: that there are ‘stylizations’ of the voice, of lexical, grammatical and interactional choices [...] Speaking is a classic example of an act that is constantly repeated over time; it is also a classic example of an activity done within a ‘rigid regulatory frame’.  
(Cameron, 1995, 17)

Na atividade lingüística ordinária, essas estilizações têm sido já estudadas – mesmo que não partindo de uma teoria de gênero<sup>1</sup>. Não poderia ser diferente para o discurso sobre a linguagem, havendo também estilizações que constituem o gênero nos atos de fala de efeito metalingüístico. É o caso do seguinte trecho:

(1.)

L1 [Homem]: Você vai num... fazer compra... tem deve ter alguma função aí sei lá... acho que você só comprar coisa e não fizer mais nada...

L2 [Mulher]: está se comunicando quando você compra né?

L1 [Homem]: fala... faz uma fofoquinha... ou vai com fulano né?

(Castilho & Preti, 1987, 34)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Veja pequena compilação apontada por Aebischer & Forel (1991).

<sup>2</sup> As designações 'Homem' e 'Mulher' para os falantes citados, ainda que entre colchetes porque não constam dessa parte supracitada, integra, como primeiro item de identificação, o cabeçalho da transcrição desta entrevista do NURC (cf. Castilho & Preti, 1987, 17).

No trecho acima, o que é comunicação? Ou ainda, como uma determinada noção de comunicação é inserida e confrontada por outra no diálogo? Qual o imaginário sobre esta noção inserida? Veja que estas perguntas dirigem a análise para uma conclusão fundamental: as respostas cabíveis a essas perguntas nos chamam para o que seriam comportamentos **femininos**, em relação à imagem **masculina** desses comportamentos: a saber, “fazer compras” e “fofocar”. Assim é que a associação entre “comunicação” e “fazer compras” na fala de um corpo nomeado ‘mulher’ é pejorativamente interpretada por um corpo nomeado ‘homem’, pelo uso do diminutivo, como uma noção de comunicação como *fala feminina* – neste caso, “fofoquinha”.

Para levantar problemas do estudo do discurso sobre linguagem na atividade lingüística ordinária, o mais importante é não deixar ocorrer o que Bourdieu assim descreveu:

[Ao distinguirem] entre o ato propriamente lingüístico, como, por exemplo, declarar aberta a sessão, e o ato extra-lingüístico que consiste em abrir a sessão pelo fato de declará-la aberta, os lingüistas se permitem recusar a análise das condições sociais de

funcionamento dos enunciados performativos.

(Bourdieu, 1996, 61)

A separação entre lingüístico e extra-lingüístico é uma abordagem improdutiva do problema da linguagem porque seus limites se fundam na idéia de que tudo que é arbitrário e ritualizado na língua funciona de maneira autônoma em relação ao que é arbitrário e ritualizado nas relações sociais. Esse tipo de abordagem busca uma separação entre tipos de estudos, que é por fim uma separação institucional.

Na perspectiva de evitar, no momento de levantamento dos dados, uma distorção da noção de ato de fala, e conseqüentemente de linguagem, que estou utilizando, realizei entrevistas longas, de acordo com metodologia qualitativa (McCracken, 1988). Metodologia qualitativa é aqui entendida como aquela investigação que se concentra mais no processo de significação do que nos resultados finais dessa significação, assumindo eticamente a influência da presença do/a coordenador/a da conversação na negociação dos significados, mas procurando não fugir dessa realidade, ao contrário, tratando-a como um dos elementos a se considerar na análise dos dados.

As entrevistas longas fornecem elementos para aprofundar a discussão que estou desenvolvendo sobre a condição do sujeito de fala,

sobre os atos de fala e sua relação com os efeitos das estilizações de gênero. Promovi, assim, entrevistas longas entre três pares de falantes, propondo como temas **comunicação, linguagem e língua**.

Foram quatro entrevistas de 1 hora e 30 minutos a 2 horas: duas com o par Ana-Maria (A-M I e A-M II); uma terceira como par João-José (J-J); e uma última com o par Ana-João (A-J). A primeira a ser convidada foi Ana. Ela foi escolhida por ser uma jovem ativa em ambientes diversos: estudante universitária atuante, na ocasião em busca de uma bolsa de iniciação científica; freqüentava oficinas para adolescentes com temáticas variadas oferecidas pelo Grupo Transas do Corpo<sup>3</sup>; membro atuante do movimento *hardcore*<sup>4</sup> de Goiânia; organizadora de um *fanzine* feminista para jovens. Como seriam as estilizações do discurso sobre linguagem desta jovem nada convencional? Seu par, Maria, foi escolhido para estabelecer ao mesmo tempo relação de semelhança (colega de faculdade) e de diferença (não atuava nos outros espaços – movimento *hardcore*, Grupo Transas do Corpo, produção de *fanzines*). No par ‘homens’, o primeiro escolhido foi João: monitor em grupos de trabalhos com meninos e meninas de rua; jogador de capoei-

---

<sup>3</sup> O Grupo Transas do Corpo é uma ONG feminista sediada em Goiânia (GO) que, desde sua fundação em 1987, desenvolve ações educativas em gênero, saúde e sexualidade, através de formação, articulação, pesquisas e publicações.

<sup>4</sup> *Hardcore* é um movimento urbano de música e idéias derivado do *punk*.

ra Angola; freqüentou esporadicamente as oficinas para adolescentes oferecidas pelo Grupo Transas do Corpo. Seu par, José, tinha relações de semelhanças (colega de faculdade) e de diferenças (nunca foi às oficinas no Grupo Transas do Corpo, mas passou a freqüentar o trabalho com meninos e meninas de rua a convite de João).

A *Ficha de inscrição para entrevista* (em anexo) é constituída por campos que dão um perfil pré-significado de cada entrevistada/o: sexo, idade, escolaridade, profissão, sexo da parceria sexual, religião, relações familiares diretas (com quem mora, com quem foi criado/a). No momento da entrevista: jovens entre 18 e 20 anos; solteiros/as; estudantes de universidades públicas; classe média; heterossexuais; 3 sem religião e 1 católico (João); relações de parentesco basicamente convencionais (filhos/as biológicos/as; pai-mãe-irmãos/ãs; um divórcio entre os pais de Ana). No momento da confecção da ficha de inscrição, o item 'cor' não foi considerado, o que procurei corrigir fazendo a pergunta "Qual a sua cor?" na última entrevista, somente com Ana e João, obtendo o resultado "branco/a" para ambos.

De acordo com acordo prévio entre entrevistadora e entrevistadas/os, nomes de pessoas citadas no decorrer das entrevistas foram substituídos por iniciais.

Na primeira entrevista, o tema foi colocado e discutido livremente, aprofundando os pontos enfatizados e de interesse na proble-

mática da identidade, de maneira que eu pudesse ter uma visão geral do discurso sobre o tema e pudesse traçar uma estratégia de entrevistas consequentes de maneira a possibilitar a comparação entre elas.

A escolha de fazer as entrevistas com pares, e não com falantes isolados como costumam ser as entrevistas longas, teve o objetivo de explorar a identidade de gênero como estilizações relacionadas a outras estilizações, isto é, como conjunto de marcações em quadros de comportamentos comparados, procurando criar situações de encontro/confrontação entre sujeitos nomeados por sintagmas nominais diferentes, 'homens' e 'mulheres'. Em que medida a presença de corpos previamente marcados como iguais produz um discurso diferente da presença de corpos previamente marcados como diferentes?

É necessário ainda esclarecer dois pontos da metodologia, pois se relacionam de fato a problemas teóricos importantes. O primeiro pode ser colocado através da seguinte pergunta: tendo em vista a complexidade das identidades de gênero e a sua irredutibilidade à empiria anatômica, por que a análise se centra no contraste machos/fêmeas? Não é simples argumentar pela exclusão de faixas etárias, sexualidades ou classes sociais diferentes numa análise de gênero. Mas para efetuar a análise, elementos de confrontação foram necessários: desde a primeira entrevista com duas mulheres, o foco das postulações de identidade de gênero no discurso sobre linguagem foram 'homens'

(com incursões eventuais dos termos ‘namorado’ e ‘pai’) – pelo menos neste caso de entrevistadas heterossexuais. Para explorar então determinadas marcações evidenciadas na primeira entrevista, optei pelo recorte do sexo biológico, explorando então esse discurso heterossexual de posicionamento em relação à bipolaridade homem-mulher.

O segundo ponto pode ser também colocado através de uma pergunta: quais atitudes éticas seriam coerentes com esse quadro metodológico? Vou defender aqui uma metodologia de pesquisa **sobre e para** os sujeitos entrevistados; um quadro metodológico que me permitiu interagir integralmente com as pessoas que me permitiram analisar sua atividade lingüística, discutir com elas também seus interesses e avaliar a repercussão de nossas – da estudiosa e das/os falantes – afirmações (Cameron et al, 1992; 1993).

Procedimentos foram tomados para tornar as entrevistas um processo ético, de defesa e empoderamento das pessoas envolvidas. Evidentemente, atitudes simples também estão envolvidas, como a não coerção ou negligência de informações às entrevistadas; e a não exploração, não abuso, a inviolabilidade de privacidade, enfim, atitudes largamente aceitas entre pesquisadoras/es de campo. Para o cumprimento dessas atitudes simples, buscamos as normas organizadas pelo Conselho Nacional de Saúde (1996), Resolução 196/1996, tendo em vista que a área da bioética tem sido a mais empenhada em normatizar procedi-

mentos de maneira a garantir uma padronização de atitudes entre pesquisadores/as<sup>5</sup>. Utilizamos as seguintes exigências mínimas: a) consentimento livre e esclarecido; b) tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade; c) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais quanto potenciais; d) relevância

---

<sup>5</sup> Veja que a normatização e regulamentação de procedimentos éticos não são encontradas para estudos lingüísticos, mesmo existindo tantas associações de lingüística que poderiam promover reflexões e compilar numa resolução os procedimentos éticos mínimos necessários ao andamento de uma pesquisa lingüística. A falta desse instrumento numa área em que grande parte dos dados requisitam envolver seres humanos pode ser interpretada como uma postura supra-ética, um tanto corporativista, como se pudéssemos garantir o comportamento confiável de todas/os as/os colegas baseado no simples fato de serem colegas. Tal resolução poderia, no mínimo, nos ajudar a refletir sobre o fazer pesquisa em lingüística, e ao mesmo tempo, orientar tantas/os pesquisadoras/es em todo o Brasil ávidas/os por um rumo digno e responsável nas suas relações com falantes de todos os tipos. Como bons ventos que sopram, a Resolução nº 304 de 2000 (Conselho Nacional de Saúde, 2001), regulamentação complementar da Resolução nº 196/96 no que diz respeito à área temática especial “populações indígenas”, e a própria Resolução nº 196/1996 foram debatidas recentemente, em outubro de 2001, no *I Encontro Internacional do GT de Línguas Indígenas da ANPOLL*, apontando os primeiros sinais para uma discussão ampliada sobre ética e responsabilidade entre estudiosos/as da Lingüística.

social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa (Conselho Nacional de Saúde, 1996, 16-17).

Essas exigências procuraram ser cumpridas através de algumas atitudes padronizadas: tivemos uma conversa esclarecedora com as/os potenciais entrevistadas/os, informando-lhes sobre seu direito a autorizar ou não o uso de suas falas gravadas para a pesquisa; seu direito à privacidade; seu direito a tirar todas as dúvidas tanto sobre os procedimentos da entrevista quanto sobre o tema e interesse; seu direito a questionar tais procedimentos; seu direito a conhecer os resultados integrais da pesquisa; seu direito a retirar sua autorização em qualquer momento do desenvolvimento da pesquisa. A partir desses esclarecimentos, os/as entrevistados/as expressaram suas dúvidas e aceitaram fazer parte dessa pesquisa, assinando o *Termo de consentimento* (em anexo).

Mas o que pretendemos com uma postura ética de defesa e empoderamento inclui outros itens, que não somente o respeito à individualidade e integridade física e psicológica da/o entrevistada/o; explora os direitos supracitados de tirar dúvidas quanto ao tema e interesse da pesquisa, e de questionar os procedimentos. O exercício desse direito procura diminuir a assimetria de poder e de conhecimento estabelecida em pesquisas com falantes, para procurar encaminhá-las/os

para uma posição em que seus interesses como sujeitos sociais, tanto quanto os interesses da pesquisadora, serão ouvidos e respeitados.

Uma confrontação bastante comum diante dessa postura é: essa atitude de clareza e eqüidade em relação aos sujeitos pesquisados invalidaria os dados da entrevista? Já que lingüistas estão preocupados/as com a linguagem em uso, não deveriam evitar que falantes tenham conhecimento exato do que está sendo pesquisado para que esse conhecimento não “atrapalhe” a integridade de seu discurso? E mais, falantes pesquisados/as estariam aptos a subir na “balança de poder do conhecimento” para expressar suas opiniões sobre o tema e o interesse da pesquisa? As respostas a essas perguntas vão depender bastante dos conceitos de ética e de responsabilidade social que a/o pesquisador/a tem em mente. Não vou fugir destas questões, que são também problemas teóricos que podem ser duramente colocados, mas vou procurar respondê-las do ponto de vista desta pesquisa.

Para analisar como o discurso sobre linguagem articula as identidades de gênero, operando a relação dessas identidades com a imagem de falante e de atividade lingüística, posso prever teoricamente que, de acordo com a defesa de uma visão performativa da linguagem, é o acontecimento do discurso que opera essa relação, e que esse acontecimento não possui um estágio de “pureza” ou “integridade” que possa ser “violado” pela consciência do falante.

De fato, a consciência do falante de que está sendo observado e gravado no momento em que fala, e que sua fala será repetidamente ouvida em outros momentos para ser analisada, tem efeito sobre esta mesma fala tanto quanto saber que o tema observado na fala é seu discurso sobre linguagem. Enfim, não existe nenhuma garantia de que o “paradoxo do observador” será maior ou menor porque o/a falante, além de saber que está sendo observado, sabe o que está sendo observado. Se ele/a o sabe e pode discuti-lo, a única garantia que temos do que será menor é a assimetria de poder entre observador/a e observado/a.

No caso desta pesquisa, pressuponho que o discurso sobre linguagem continua sendo discurso sobre linguagem – conforme a definição para esta pesquisa, qualquer seqüência lingüística cujos temas digam respeito ao ato de falar – mesmo que as falantes estejam conscientes do que está sendo avaliado (e quando não estão?).

11.

**Como fazer identi-  
dades de gênero  
com palavras**

**C**omo descrever conversas entre homens e mulheres, entre cinco jovens universitárias/os, entre cinco heterossexuais? Assim inicio: colocando na definição do perfil dos dados que analiso a problemática de sua pré-significação (mas qual entrevista não se inicia assim?). Como delimitar o campo de significação no momento de interpretar suas falas? Como afirmar sobre suas

postulações de identidade sem me emaranhar nas pré-significações de nossos corpos? Essa é uma promessa possível para meu discurso?

Conforme apontei anteriormente, desde a primeira entrevista, procurei deixar o mais livre possível o correr do assunto, propondo a temática comunicação/língua/linguagem. Uma visada geral nas entrevistas mostra que a comunicação é o centro do discurso geral sobre linguagem. Ficou evidente uma grande dificuldade de falar sobre língua e linguagem tanto de maneira organizada, respondendo a perguntas específicas, quanto de maneira geral, usando os termos livremente no decorrer das narrativas de experiências. Assim, o discurso é organizado em torno do termo 'comunicação': "comunica bem/mal"; "consegue/não consegue comunicar o que fala"; "não tem comunicação sem palavras". Vou deixar essa observação geral em suspenso por enquanto para retomá-la adiante após a investigação de especificidades nas entrevistas.

Para começar a entender estas especificidades, podemos organizar os trechos das entrevistas em dois conjuntos não excludentes de afirmações de acordo com alguns critérios semântico-pragmáticos. Um primeiro conjunto compreende os campos temáticos sobre linguagem – *tematização sobre linguagem em geral*; são afirmações retiradas especialmente de narrativas de experiências no decorrer das entrevistas e opiniões gerais relacionadas a essas experiências, sempre marcando as re-

lações identitárias estabelecidas pelo/a falante – ou seja, afirmações sobre linguagem ocorridas em seqüências de marcação de identidade. Um outro conjunto compreende as marcações de identidade explicitadas lingüisticamente – *explicitação de identidade*; sempre estabelecendo a postulação do ‘eu’ e sua relação com termos pré-significadores de gênero, que é o centro do problema da identidade de gênero.

Caminhando adiante, vamos dividir a *tematização sobre linguagem em geral* de acordo com os três campos temáticos recorrentes: 1) tematização sobre **quantidade**, marcada por quantificadores ou comparativos (mais, menos, muito, pouco, demais)<sup>6</sup>:

---

<sup>6</sup> Normas utilizadas nas transcrições:

OCORRÊNCIAS	SINAIS
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )
Interrogação	?
Qualquer pausa	...
Citação de fala	“ ”
Comentários sobre a transcrição ou sobre coesão de trecho citado	((minúsculas))

(2.)

*A-M I 82, Maria:* Geralmente quem fala mais na mesa sou eu ((risos)).<sup>7</sup>

(3.)

*J-J 190, José:* Não sei, tem dia que eu não quero falar e não me sinto bem falando e também tem grupos que eu num... que eu não falo muito.

2) tematização sobre **auto-afirmação**, proposições a respeito da capacidade ou incapacidade de sustentar conversações, marcadas na maior parte dos casos por modalizadores (adjetivos, proposições modais) que incidem sobre verbos de fala ('falar', 'conversar', 'dizer').

(4.)

*A-J 262, Ana:* às vezes uma coisa que eu falava, se eu era mais agressiva e, por ser agressiva acho que a pessoa já vai, né, já não aceita muito bem.

---

<sup>7</sup> Em itálico *código da entrevista, número da entrada*, em negrito **Codônimo do/a entrevistado/a**. Número da entrada = numeração de cada intervenção de falante indistintamente.

(5.)

*J-J 147, José:* tipo assim, eu converso o que eu acho o que eu tenho que conversar, que, tipo assim, o que vem na cabeça eu tenho que falar aí eu falo.

3) tematização sobre **efeito**, aí inclusos termos relacionados a *êxito, alcance, consecução*, evidenciando valorações de efeitos, intencionais ou não, marcadas por proposições conclusivas, consecutivas, etc., todas relacionadas a uma proposição principal com verbo de fala.

(6.)

*A-J 250, João:* Ah, eu acho que você pode ( ) acho que, você falou, uma coisa que cê falou, de repente alguém te chama a atenção, tá errado tal, ou às vezes cê lembra de alguma coisa e você percebe, sei lá, você aprende, aí você muda de opinião.

(7.)

*A-M I 299, Ana:* O que ela quer é não deixar eu sair, independente do que eu fale. Então, aí eu acho que não tá tendo uma comunicação boa.

Paralelo à divisão das *tematizações*, podemos dividir as *explicitações de identidade* de acordo com marcas lingüísticas que postulam o/a falante e estabelecem sua relação com outros/as falantes: 1) explicitações de **auto-imagem**, marcadas pelo pronome 'eu' ou qualquer verbo na primeira pessoa do singular.

(8.)

*A-M I 64, Ana:* De repente eu tô num lugar onde não conheço ninguém e... falar o quê.

(9.)

*J-J 6, João:* eu acho que é uma das formas que eu uso para me aproximar das pessoas, é você utilizar as coisas que você tem mais facilidade.

2) explicitações de **imagem de falante**, marcadas por pronomes de terceira pessoa, ‘você’ indefinido, ‘a gente’, ‘a pessoa’, etc.

(10.)

*A-M I 309, Maria:* Eu acho que comunicação... comunicação não parte de você concordar ou não, mas de você entender.

(11.)

*J-J 129, João:* Muitas vezes você pode montar uma outra maneira de falar pra pessoa para não, sei lá, para não...acho que piorar a situação...

Essa tipologia não se mostra estanque. Um exemplo disso é a seqüência anterior (9.). Veja que **João** inicia utilizando o pronome ‘eu’ e passa ao ‘você’ indefinido. O critério geral para separar **auto-imagem** e **imagem de falante** está baseado nas diferenças de uso entre primeira e terceira pessoas. Ora, nesta seqüência, e em várias outras seqüências da fala de **João**, dois pronomes pessoais se alternam, e produzem o efeito da coincidência entre auto-imagem e imagem de falante geral. Esse fenômeno aponta para uma auto-imagem de **João** estrutura-

da como falante regular, comum, “como todo mundo”? Pode significar um mecanismo de identificação com o ‘nós’, ou seja, do ‘eu’ ao ‘você’ (mesmo sendo genérico) não é difícil chegar ao ‘nós’, não é difícil então estabelecer uma identidade comum como ‘falante’.

3) explicitações de **auto-imagem relacionada a gênero**, o ‘eu’ estabelecendo relação com termos pré-significadores de identidades de gênero (‘homem’, ‘mulher’, ‘bicha’, ‘menina’).

(12.)

*J-J 151, José:* eu tenho mais facilidade de conversar ((com homens)) do que estar conversando com mulheres que eu tenho mais intimidade ou que seja minha amiga mesmo, aí eu tenho... mas não tem necessidade de falar com elas.

(13.)

*A-J 13, Ana:* Eu acho que eu tenho mais facilidade com mulheres, eu acho que porque eu tenho mais contato com mulheres, é, mais abertura talvez, eu tenho contato com homens e mulheres, mas eu tenho mais abertura de falar melhor, eu acho que são com mulheres.

4) explicitações de imagem de falante relacionada a gênero, o 'você' indefinido, 'a gente', 'a pessoa', estabelecendo relação com termos pré-significadores de identidades de gênero ('homem', 'mulher', 'menina', 'ele', 'ela', 'amiga', etc.).

(14.)

*A-J 24, João:* ( ) eu acho, que às vezes é mais assim, fala por exemplo de sexo, de droga, sei lá, homem geralmente se sente mais solto ( ).

(15.)

*A-M I 47, Maria:* no caso do F. que é meu ex-namorado, ele se achava muito aberto ao diálogo, sabe? Só que no fundo ele não era. Tinha que ser do jeito dele. Eu concordando pra ele tava bom, se um dia eu discordasse aí dava pano pra manga porque brigava muito.

Para o que interessa a este estudo, é necessário entrecruzar esses dois conjuntos de afirmações levantadas nas entrevistas, relacionando a *tematização sobre linguagem geral* com a *explicitação de identidade* para então compreendermos a dinâmica das estilizações de gênero nos discursos sobre linguagem. Vamos fazer esse entrecruzamento inicial a partir da comparação de trechos exemplares das falas, para adiante levantarmos as estilizações de gênero dos corpos auto-declarados 'homem' e os auto-declarados 'mulher'. Vejamos os trechos a seguir:

(16.)

*A-M I 86, Ana:* ( ) de cara assim eu não falo muito não. Só com pessoas bem íntimas.

(17.)

*A-M I 83, Maria:* Eu costumo falar muito mesmo.

(18.)

*J-J 191, João:* ( ) eu não converso muito quando eu tô, quando eu não tenho muita intimidade com a pessoa eu converso pouco, sabe? Ao invés de ser ao contrário, eu estou conhecendo e tem muita coisa

para perguntar e tal; eu sou meio, eu acho que eu tenho dificuldade para perguntar, eu gosto de responder...

(19.)

*J-J 188, José:* Ah! Depende. Tem momentos que eu falo muito e tem momentos que eu, iche, calo a boca...

Comparando **auto-imagem** quanto a **quantidade**, podemos ver que tanto **Ana**, (16.) e (8.), quanto **João**, (18.), associam quantidade com 'intimidade', a quantidade de suas falas aumentariam ou diminuiriam de acordo com a relação que estabelecem com interlocutores/as; assim sua distinção é estruturada em torno da interlocução. Por outro lado, **Maria**, (17.) e (2.), recorrentemente apresenta o seu 'eu' como quem fala muito e comparativamente mais, sem distinguir situação, interlocução ou tempo. **José**, (19.) e (3.), distingue graus de quantidade de acordo com situação ("momentos"), interlocução ("tem grupos") e tempo ("tem dias"). Veremos a seguir que, quando os termos pré-significadores de gênero compõem a seqüência de auto-imagem quanto a quantidade, a postulação se altera.

Comparando **auto-imagem** quanto a **auto-afirmação**, vejamos os trechos representativos:

(20.)

*A-M I 10, Ana:* Eu procuro não deixar as coisas passarem também. Quando passa logo eu dou um jeito de falar de novo, assim se passou e continua incomodando, eu falo mesmo.

**Ana**, em (20.), coloca seu 'eu' como capaz de manter ou promover conversações, mesmo conflituosas, ainda que tenha uma opinião negativa da influência da sua postura afirmativa na manutenção de conversações conflituosas, como mostra o trecho (4.). Por outro lado, **Maria** se posiciona em diversas ocasiões como um 'eu' em dificuldades para promover conversações em geral e manter conversações conflituosas em particular; segue trecho exemplar de sua auto-imagem:

(21.)

*A-M I 6, Maria:* É aquela coisa, tem que ficar me cutucando, sabe? Me espremendo para poder falar

senão... Para mim chegar e falar às vezes só se acontecer alguma coisa mesmo, só se tiver uma coisa muito marcada assim para poder falar porque senão, se for uma coisa que incomode só a mim, é mais difícil falar.

No trecho a seguir vemos João reformular o problema da intimidade como organizador da sua auto-imagem: ele se postula sem dificuldades de manter ou promover conversações, mas sempre graduando de acordo com a idéia de “intimidade”.

(22.)

*J-J 27, João:* Olha, eu não faço questão de...de impor meu pensamento não, sabe? Eu gosto é claro de expressar o que eu acho, mas não faço questão... É claro que a gente, com algumas pessoas, de início eu falo assim com quem eu tenho mais intimidade já e eu tenho mais intimidade eu argumento mais ainda que o normal, não com pessoas...

A seqüência a seguir mostra a auto-imagem de José:

(23.)

*J-J 65, José:* qualquer coisa que você tiver conversando ele ((um colega de sala de aula)) quer entrar no meio e ele quer falar sobre o assunto, sabe? E aí eu corto, não dou liberdade não... Corto mesmo "Não! Tchau!", mesmo que ele saiba que ele possa chegar lá e a conversa ficar melhor mas, eu... sei lá, não me dou bem com ele, aí eu já corto, mesmo que seja sobre um tema que eu goste de falar, eu deixo de falar, não concluo, não insisto nas minhas... em impor as minhas teorias, mas, paro de falar e pronto e depois eu volto, retorno a conversa tudo de novo.

*J-J 66, Entrevistadora:* e a insistência... quando é que você insiste... continua a fala?

*J-J 67, José:* quando eu começo a falar alguma coisa, nossa... torce... quando eu começo a falar, aí eu pego, aí enquanto eu não terminar, se não deu tempo... de puxar pra tentar terminar a conversa, se-

não... e na hora que começa a discutir também eu gosto de insistir; tá querendo fugir lá, eu falo “sei lá o que lá é laranja”, ele fala que é verde e pronto e quer sair, não eu corro atrás. ( ) Aí, vem cá! Enquanto você não falar que é....aí eu corro atrás!

José, tanto neste trecho (23.) quanto (5.), expressa sua auto-imagem como dominando as situações de conversação, determinando as situações a serem mantidas ou não, indiferente ao desejo/necessidade do/a interlocutor/a: “eu converso o que eu acho que eu tenho que conversar”; “paro de falar e pronto e depois eu volto”; “eu gosto de insistir”.

Comparando **auto-imagem** quanto a efeito, Ana define os efeitos de sua fala como sem êxito ou consecução garantidos, (24.), e mostra adiante, (25.), que ela prefere que efeitos de consecução não sejam atribuídos a ela mesma, “eu acho que eu não tenho esse direito”, já que “não tem ninguém que deve ter essa liberdade de você falar alguma coisa a ponto de causar alguma coisa”.

(24.)

*A-M I 8, Ana:* Eu falo mas nem sempre entra em acordo ((risadas)).

(25.)

*A-J 217, Ana:* Ah! Porque eu acho que eu não tenho esse direito, não tem ninguém que deve ter essa liberdade de você falar alguma coisa a ponto de causar alguma coisa, algum constrangimento ou qualquer coisa ruim, né?

Por outro lado, **Maria** mostra em (26.) como os efeitos da sua fala, alcance, êxito, consecução, influenciam sua auto-afirmação: ela desiste da conversa por que “sabe que não vai dar em nada”. Ela apresenta uma auto-imagem de quem não consegue produzir efeito afirmativamente, e não se atribui êxito ou consecução em fala.

(26.)

*A-M 280, Maria:* quando não... não concordam comigo... é... acho que... fica até uma idéia meio dife-

rente da maioria, sabe? ... em alguns pontos. Então geralmente quando eles não têm a mesma idéia que eu, não que eu não aceite, sabe. Eles não aceitam a minha idéia. É mais ou menos assim. Aí chega num ponto que eu prefiro não discutir, não falar que eu concordo...

*A-M 280, Entrevistadora:* Você... não continua a conversa, é isso?

*A-M 280, Maria:* Não, não continuo... Em alguns casos não. É aquela história que você sabe que não vai dar em nada, vai continuar tudo do mesmo jeito, então eu prefiro... prefiro ficar quieta.

João tem, em primeira análise de (27.), a mesma auto-imagem de Maria, de quem não consegue produzir efeito afirmativamente; no entanto, ele retoma à idéia de intimidade em (28.) e narra afirmativamente sua capacidade de consecução em conversas com um amigo.

(27.)

*J-J 33, João:* Em algumas coisas que você poderia estar conversando com a pessoa, você não conversa

porque você sabe que vai discutir e aí eu prefiro deixar de discutir, eu acho pelas amizades, eu acho...

(28.)

*J-J 68, João:* eu acho que o M., um amigo meu, eu converso muito com ele e tudo que a gente vai falar a gente concorda então a gente vai sempre só avançando, a gente não fica preso em alguma coisa, vai logo...

Como mostra o exemplo sobre auto-imagem quanto a auto-afirmação, (23.), José narra capacidade de insistência em conversação para fins de produção de efeito, “Enquanto você não falar que é...aí eu corro atrás!”. De modo similar, ele narra a produção de efeito de sua fala, “falar só para os outros rirem”, enfocando o efeito de postulação negativa que sua fala deve causar em outros sujeitos presentes, “as vítimas”, em (29.). Sua auto-imagem se articula em torno da idéia de sentir de alguma forma o domínio da situação.

(29.)

J-J 55, José: sempre tem aquele trem que cê tá conversando sobre coisas que aconteceram né, coisas que aconteceram e aí você não fala às vezes, é tipo assim como se você quer falar só para os outros rirem e ninguém, alguns não pegarem, né! Aí você pega e fala só alguma coisa só para perceber, aí vocês dois começam a rir e outro não percebe, então aí, tipo assim, é uma forma de comunicar e eu acho que está comunicando bem...e eu tenho muitos, muitas... eu estou aqui na sala, lá, tem muita gente, o João lá, às vezes a gente tá, tá conversando lá assim e vê a atitude de alguém assim, olhamos um pra o outro e nós dois começamos a rir lá na sala, e ninguém sabe porque que está rindo, mas tá lá, as vítimas...

Comparando a **imagem de falante**, vemos que nenhum/a dos/as entrevistados/as proferiu qualquer sentença sobre **quantidade**. A pergunta geral “5) que tipo de pessoas falam muito? Que tipo falam pouco?” chamou para respostas envolvendo o pronome ‘eu’ ou termos pré-significadores de identidades de gênero. **Quantidade** é uma variá-

vel exclusiva de identidades de gênero no discurso sobre linguagem?

Veja a seqüência abaixo:

(30.)

*A-J 127, João:* Eu acho que mulher fala muito dos outros, não sei, é normal, eu falo.

*A-J 128, Ana:* Eu não fico falando de ninguém.

*A-J 129, João:* Pois é, por isso que eu falo que é individual.

Apesar de repetir o discurso “mulher fala muito dos outros” (relacionado sem dúvida à idéia de que discurso feminino é igual a falar muito dos outros, isto é, fofocar), **João** se identifica com essa estilização (falar muito dos outros), mas não para criar uma identidade de gênero ‘mulher’, mas para criar uma identidade de falante comum para todos os gêneros – “é normal, eu falo”. No momento em que **Ana** resiste a esse discurso e nega essa estilização para seu corpo ‘mulher’ (“Eu (leia-se ‘eu, mulher’) não falo”), **João** refaz o termo e organiza essa estilização de tal modo que o corpo pré-significado ‘mulher’ se mantém como tal e a estilização é deslocada para um recorte sem iden-

tidade definida (“individual”, neste caso, leia-se ‘sem marcação de identidade’).

Comparando **imagem de falante** quanto a **auto-afirmação**, nota-se que não foram comuns afirmações sobre auto-afirmação que tivessem como sujeito a terceira pessoa, salvo nos casos de variação entre ‘eu’ e ‘você’, no movimento já notado anteriormente. De maneira geral, auto-afirmação foi tema freqüente da auto-imagem e das asserções com termos pré-significadores de identidades de gênero.

Comparando **imagem de falante** quanto a **efeito**, vemos que também encontramos poucas ocorrências, mas todas produzem afirmações centradas em termos a respeito da idéia de sucesso/fracasso de efeito: (31.) “você (entende?) uma coisa errada”; “usa inconvenientemente o que você falou”; (32.) “a pessoa entende uma coisa, assim que não quis falar”; (33.) “alguém te chama a atenção, tá errado tal”.

(31.)

*A-M I 320, Ana:* quando surge aquelas coisas que eu já tinha falado antes. Você (entende?) uma coisa errada... ou então usa inconvenientemente o que você falou... aí... mas continua tendo, mas não uma comunicação boa né?

(32.)

*A-J 251, Ana:* ( ) não entende bem, também, a pessoa entende uma coisa, assim que não quis falar, aí depois você vai e fala “não, não foi bem isso”.

(33.)

*A-J 250, João:* Ah, eu acho que você pode ( ) acho que, você falou, uma coisa que cê falou, de repente alguém te chama a atenção, tá errado tal, ou às vezes cê lembra de alguma coisa e você percebe, sei lá, você aprende, aí você muda de opinião.

O fato de que as afirmações sobre falante genérico, sem marcação explícita de gênero, se organizam em termos de sucesso/fracasso de efeito diz mais sobre o discurso sobre linguagem em geral: quando generalizamos um pouco mais as postulações de identidade, percebemos que é o efeito que estrutura a identidade de falante em geral, sempre organizado entre sucesso/fracasso. Vimos até aqui, na análise da **auto-imagem**, que a **quantidade** é alterada de acordo com a **auto-afirmação**, que por sua vez se organiza conforme o efeito que produz.

Desse modo, **Maria**, por exemplo, afirma enfaticamente que (17.) “fala muito mesmo”, mas que, contraditoriamente, (21.) “tem que ficar me cutucando, sabe? me espremendo para poder falar” pois (26.) “sabe que não vai dar em nada”.

Sigamos então entrecruzando as *tematizações sobre linguagem em geral* com *explicitações de identidades de gênero* para verificarmos em que medida essa superposição do efeito sobre as outras tematizações (vamos articular então **auto-afirmação e efeito**) se relaciona com a explicitação das identidades de gênero.

Comparando **auto-imagem relacionada a gênero** quanto a **auto-afirmação**, vemos que **Ana, João e José** postulam sua facilidade de manterem conversações com sua própria identidade de gênero, que, como mostram os trechos a seguir, são duas: ‘mulheres’ e ‘homens’, cada um deles, (35.) e (36.), e ela, (34.), se excluindo da outra.

(34.)

*A-J 13, Ana:* Eu acho que eu tenho mais facilidade com mulheres, eu acho que porque eu tenho mais contato com mulheres, é, mais abertura talvez, eu tenho contato com homens e mulheres, mas eu te-

nho mais abertura de falar melhor, eu acho que são com mulheres.

(35.)

*A-J 24, João:* eu tenho mais facilidades com homem porque eu acho que eu chegaria em assuntos que... eu teria que ter mais intimidade com a menina pra poder conversar com ela, quer dizer, o mesmo assunto que eu converso com homem e talvez da maneira... na verdade eu nem teria tanta intimidade com o cara para estar tratando aquilo, eu acho, que às vezes é mais assim, fala por exemplo de sexo, de droga, sei lá, homem geralmente se sente mais solto ( ) às vezes eu fico assim, não sei se é querer, não é ser imagem, mas às vezes a gente, eu me cuido mais pra falar com mulher.

(36.)

*J-J 151, José:* eu tenho mais facilidade de conversar ((com homens)) do que estar conversando com mulheres que eu tenho mais intimidade ou que seja mi-

nha amiga mesmo, aí eu tenho... mas não tem necessidade de falar com elas.

Mas note que, nestes casos, não se trata de 'qualquer homem' ou 'qualquer mulher'. Ana, por exemplo em (37.), exclui explicitamente a mãe do perfil de "mais facilidade, mais abertura". Assim, da mesma forma, nas narrativas de experiências específicas, João e José citam 'amigos' como interlocutores preferenciais – ou seja, as identidades de gênero 'homens' e 'mulheres' nestes trechos sobre auto-afirmação devem ser entendidas como corpos organizados também por faixa etária (e provavelmente classe, raça?). Nesse tipo de exclusão, a polissemia das identidades implicadas estão diluídas na ilusão provisória de duas identidades opostas e estáveis.

(37.)

*A-M I 294, Ana:* você vai tentar explicar, aí ela ((mãe)) não entende o que você quer. Nem você entende o que ela quer também. Então fica cada um querendo.. só se... sei lá... auto-ouvir, eu acho. ((risos)) Não tem...

**Maria**, por sua vez, nas suas diversas narrativas de experiência, marcou sua incapacidade de manter conversação de acordo com duas identidades de gênero: (38.) ‘namorado’ e (39.) ‘pai’. Aliás, como notei anteriormente, **Maria** marcou essa incapacidade em diversos momentos das entrevistas, mesmo sem estabelecer relação direta com uma identidade de gênero.

(38.)

*A-M I 12, Maria:* Então o que me incomodava mais é que a gente ((ela e o namorado)) ia conversar que ele ( ) no cansaço, sabe? Mesmo eu expondo minhas idéias, não havia comunicação mesmo porque quando ele começava a falar, ele me interrompia, eu ia falar e ele “não, não, perai, deixa eu acabar” ( ) “Acaba”. Aí ele falava, falava, falava, falava, aí ele nunca perguntava assim “que que cê acha?”, perguntava se eu concordava, que eu aí acho que tem uma diferença. Então quando eu ia expor alguma idéia minha, ele falava outra coisa por cima. Ele não

esperava eu falar, eu tinha que esperar, mas ele não esperava eu falar.

(39.)

*A-M I 259, Maria:* Com meu pai, por falta de liberdade ... ( ) Não tem jeito de conversar, não tem papo pra conversar com ele.

Comparando auto-imagem relacionada a gênero quanto a efeito, Ana e Maria se opõem na afirmação sobre consecução de uma suposta fala autoritária da identidade 'namorado'. Maria inicia narrando a sua postulação como submetida ao efeito do discurso alheio, no (40.), "ficava por exemplo que eu aceitava", e sua resistência apontada, "eu engolia... Mas não digeriria.", retoma sua auto-imagem em relação à auto-afirmação – incapacidade de manter ou promover conversação conflituosa. Adiante na mesma entrevista, em (41.), Ana marca sua diferenciação em relação à Maria e sua auto-afirmação em relação ao efeito do discurso alheio: "ele que não vai falar isso para mim nunca mais". Efeito e auto-afirmação estão dialeticamente ligados no discurso sobre linguagem.

(40.)

*A-M I 23, Maria:* Aceitava, para ele ((o namorado))  
ficava por exemplo que eu aceitava, mas no fundo  
meu eu não aceitava, eu engolia... Mas não digería.

(41.)

*A-M I 37, Ana:* ( ) Se tiver um namorado e ele fa-  
lar “faz isso”, ele que não vai falar isso para mim  
nunca mais, ele vai embora.

O discurso de José, em (42.), relaciona o efeito de seu discurso no comportamento alheio (e não na fala) à sua auto-imagem de auto-afirmação. E, ainda que este efeito seja considerado negativo, “ela me julgou mal e aí ficou errado...”, não altera sua valoração positiva para auto-afirmação, “não, porque eu falo mesmo”. Essa valoração do ‘eu’ como dominador da conversação, independente dos efeitos que produza, é diferente daquele ‘eu’ dominador da conversação que precisa produzir efeito, em (23.), “Enquanto você não falar que é....aí eu corro atrás!”. A diferença, como fica evidente notar, é que o ‘ele’ presente em (23.) não é um termo genérico, mas, ao contrário, tem corpo e este

corpo é pré-significado como necessariamente masculino. O corpo ‘menina não-namorada’ está submetido ao mesmo ‘eu’ dominador da conversação, mas, não é necessariamente submetida ao ‘eu’ que detém e regula os efeitos. O corpo ‘menina namorada’ seria diferente?

(42.)

*J-J 130, José:* ( ) intenção... eu já perdi muita coisa, assim, que eu tinha a intenção e tinha assim, de ficar com a menina e...aí de falar abobrinha mesmo, de ficar falando e falar demais, e falar coisa que talvez julgou.

*J-J 131, Entrevistadora:* Que você queria falar?

*J-J 132, José:* não, porque eu falo mesmo, aí eu falei e ela me julgou mal e aí ficou errado...

Em (43.), o discurso de João remete a efeitos sobre termos de gênero, estabelecendo efeito sobre corpos masculinos. Os corpos com que ele se identifica, falando junto, rindo junto, produzindo a tão desejada “intimidade”, são todos masculinos: ‘amigos’ com quem o ‘eu’ se une para proferir sentenças violentas sobre corpos femininos: “A gente

fala 'nossa, vamos pegar aquela piranha e vamos rasgar ela' e... fica falando só pra a raiva sair". Raiva cujo objeto é, entenda-se, um corpo feminino: "M. está grilado porque a ex-namorada dele ligou". São identidades de gênero sendo postuladas como opositivas, excludentes e em conflito. A raiva da 'ex-namorada' gera um discurso violento sobre a 'piranha' – uma substituição no eixo paradigmático? Se sim, que identidade homogênea é esta em que 'ex-namorada' e 'piranha' podem ser jogadas para serem então substituíveis?

(43.)

*J-J 330, João:* eu ia dar um exemplo. O exemplo é o seguinte, por exemplo, saiu eu e o M., a gente estava querendo meio que descarregar, sabe? Aí você quer descarregar, às vezes o M. está grilado porque a ex-namorada dele ligou para ele esses dias, aí ele está grilado pra caramba, e eu estou lá sozinho... Aí a gente começa a falar: nossa vamos... A gente começa a falar só de sacanagem mesmo e entre nós, sabe como é?... A gente fala "nossa, vamos pegar aquela piranha e vamos rasgar ela" e... fica falando só pra a raiva sair e... só que aí você fala tanto que... acos-

tuma e tem mais pessoas que eu tenho mais intimidade, com o R., aí você reproduz aquilo só para fazer piadas aí você acaba rindo...

Dando continuidade à análise da terminologia pré-significadora de gênero no discurso sobre linguagem, vamos comparar **imagem de falante relacionada a gênero quanto a quantidade**. Vejamos os trechos a seguir:

(44.)

*A-J 155, Ana:* Eu acho, eu acho tem muitas coisas que, o defeito é intrínseco mesmo porque é mais difícil de discutir, de, de... talvez de demonstrar o que que está acontecendo, né? Acho que, nossa cultura não é diferente disso, acho que a língua é um exemplo de uma coisa intrínseca, é uma visão intrínseca, porque é claro que todo mundo entende que são os homens e as mulheres quando fala 'os homens', mas, causa efeitos, é uma lição, sabe? eu acho que isso tem a ver com a questão das meninas falarem me-

nos, sabe? “Ah! eu nunca estou incluída em nada mesmo!”.

(45.)

*A-J 127, João:* Quando rola, rola de falar que a mulher fala demais por isso, por causa de fofoca. Por isso eu acho ( ) Eu acho que mulher fala mais com mulher também. Mas aí também é individual, né? Eu acho que mulher geralmente você vê, você vê mulher conversando mais, quando está, tipo assim, um turminha junto raramente uma está grilada com a outra, podem estar conversando... acho que são mais na delas, entre elas. Você vê muitas vezes dois homens andando juntos, tal, ninguém está conversando, ou então, sei lá, não fica falando...

(46.)

*J-J 227, João:* tem cara que eu conheço que fala, pô!  
Bicha, cara, bicha fala demais, cara!

(47.)

*A-J 133, João:* na minha sala de aula os homens também participam mais...não sei por que...

*A-J 134, Ana:* falam mais...

*A-J 135, João:* falam mais talvez nessa situação, né?

Acho que... não sei porque... sei lá, as mulheres são... falta de segurança talvez.

*A-J 136, Ana:* Eu acho que pode ser.

As estilizações foram distribuídas comparativamente em quatro identidades de gênero, explicitadas diferentemente no discurso de **Ana** e no discurso de **João**: 1) No discurso de **Ana**, só existem duas estilizações, e são opositivas e comparadas – (44.) “a questão das meninas falarem menos”; (47.) “((homens)) falam mais”; 2) No discurso de **João**, vemos três identidades, que são comparadas entre si: a) ‘mulher’ fala muito em situação inadequada ((45.) “a mulher fala demais por isso, por causa de fofoca”) X ‘homem’ fala muito em situação adequada ((47.) “na minha sala de aula os homens participam mais”); b) ‘mulher’ fala muito com seus pares ((45.) “mulher fala mais com mulher”) X ‘homem’ fala pouco com seus pares ((45.) “dois homens andando jun-

tos, tal, ninguém está conversando”); c) finalmente, ‘bicha’ fala demais ((46.) “bicha fala demais”).

Se comparamos **imagem de falante relacionada a gênero** quanto a **auto-afirmação**, vemos que, no trecho (48.) de **Ana**, a identidade ‘mulher’ mantém conversação com mais facilidade se o tema é “ela mesma”.

No discurso de **João** e **José**, as diferenças de capacidade ou incapacidade de manter conversações são fundamentadas na oposição de identidades de gênero, como no discurso de **Ana**, também a partir dos conteúdos de fala: conforme o que é dito, ‘homem’ mantém ou não conversação com ‘mulher’ (49.) e (51.); e ‘mulher’ mantém ou não conversação com ‘homem’ (50.). Esses dados nos mostram que a auto-afirmação está associada a conteúdo de fala nas estilizações de gênero, e, como já notado, essas estilizações postulam identidades sem dúvida recortados por idade (‘meninas’, ‘garotas’), pois tanto conteúdo quanto idade estão organizados em termos de interesses sexuais.

(48.)

*A-M I 84*, **Ana**: Eu acho que mulher talvez tem mais facilidade pra falar das coisas dela do que homem.

(49.)

*J-J 129, João:* Em relação às meninas, as garotas, tem uma questão de intenção. Vamos supor assim, você está, você chegou na menina e você vai conversar com ela, você não tem intenção nenhuma, por acaso, ela senta do seu lado, você está conversando, você vai falar de tudo, você não... de repente você nunca mais vai ver ela, ou se vai ver e tal vai ser diferente, agora se... vamos supor se você está com algum intenção com a menina, você está afim da menina, eu acho que você não vai falar tudo porque você não sabe, ela vai te julgar depois.

(50.)

*J-J 177, João:* eu acho que as meninas não querem, tipo, acho que tem aquela imagem da menina que fala muito de sexo, é a menina muito levada..., então eu acho que elas querem que, meio que manter a imagem delas, então elas não aprofundam mesmo, eu acho.

(51.)

*J-J 685, José:* Você num falar algumas coisas por ela ser mulher ou por ele ser homem você falar mais coisas.

Finalmente, no que diz respeito à **imagem de falante relacionada a gênero** quanto a efeito, podemos notar que algumas seqüências tematizam violência lingüística (“ele pegou aquilo ali pra tá te arrastando”; “sacanagem”; “grilam mesmo”; “tinha que ser do jeito dele”; “brigava muito”; “brincadeira ... de mal gosto”), e podemos separar as produções e reações a respeito desta violência entre dois grupos: a) produtores de violência/ reagem com naturalidade à violência ((52.) ‘namorado’; (53.) ‘eles’; (54.) ‘ex-namorado’; (55.) ‘a gente ((João e amigos em churrasco)))’); b) submetidas à violência/ reagem com desagrado à violência ((52.) ‘você, namorada’; (53.) ‘as meninas’; (54.) ‘eu, Maria’; (55.) ‘mulher’).

(52.)

*A-M I 31, Ana:* Eh ( ) se nós estamos discutindo alguma coisa do relacionamento mesmo, aquele esquema

de pegar qual que é conveniente assim, ou então usar o que você falou assim meio distorcido pra, pro lado dele ((do namorado)). Tem muito isso. Cê falou uma coisa, “então você disse isso, você está acabando de dizer isso”. Ele sabe, você sabe que não era esse o sentido que você queria dar à conversa, ele pegou aquilo ali pra tá te arrasando.

(53.)

*A-J 142, Ana:* Ah! Eu acho que elas são mais inibidas por mais pressão, talvez... Quanto a sensibilidade eu não sei, talvez futuramente eles possam demonstrar mais, mas eu ( ) nossa, ser sacaneado e às vezes por estar ali e é aceito esse tipo de comportamento existe, a sacanagem, mais que no fundo são pessoas super sensíveis, que... é... como que fala! inseguras que, sabe, não se sentem bem com esse tipo de situação e talvez as meninas possam demonstrar isso mais, que grilam mesmo e ponto final.

(54.)

*A-M I 47, Maria:* no caso do F. que é meu ex-namorado, ele se achava muito aberto ao diálogo, sabe? Só que no fundo ele não era. Tinha que ser do jeito dele. Eu concordando pra ele tava bom, se um dia eu discordasse aí dava pano pra manga porque brigava muito.

(55.)

*A-J 66, João:* Eu acho que rola às vezes brincadeira, assim, eu acho que talvez pode até ser assim uma situação às vezes de mal gosto, mas aí a gente ((João e amigos em churrasco)) comenta: “Não, não! É brincadeira”, a gente fala até brincando “lugar de mulher é na cozinha mesmo!”. Fala brincando, a gente fala muito, mas aí, não sei, rola... acho que não rola grandes discussões...

Por outro lado, uma outra parte das seqüências centralizam-se no problema do conteúdo sexual da conversação como produtor de diferentes estilizações de gênero. Assim é que João e José notam que

'homens' devem utilizar expressões sexualizadas ((56.) 'gostosa'; (57.) 'ó, o peitão daquela outra') e 'meninas' devem reagir com desagrado a esse tipo de conteúdo (cf. (50.) e (57.)).

(56.)

*J-J 294, João:* Acho que homem tem muito de mostrar, de falar “achei aquela gostosa e não sei o que”... Ah! Acho que tem muito mais de contar papo.

(57.)

*J-J 315, José:* Agora, você não tem contato com a menina, aí, quando chega perto dela vai falar “ó, o peitão daquela outra”... Aí talvez ela vai pensar “esse menino toda vez que chega perto de mim fala nisso”, né?

12.

**Corpo que fala:  
considerações fi-  
nais**

*Problematizar mesmo quando as coisas estão parecendo  
encaminharem para um desfecho satisfatório.*

(K. Rajagopalan)

**U**m pequeno livro, publicado pela primeira vez em 1978, numa coleção das edições Payot chamada “Langages et société”, é um ensaio valoroso sobre as principais per-

guntas sobre o que se convencional chamar 'sexismo lingüístico'.

O livro se chama *Les mots et les femmes*, e sua autora Yaguello, uma sociolingüista declarada, levanta as questões fundamentais que resistem ainda hoje no campo da pesquisa lingüística sobre gênero:

Quelle image de la femme nous renvoie la langue?  
Dans quelle mesure reflète-t-elle le statut de la femme dans la société? [...] Les femmes, qui, au travers des classes sociales, partagent en apparence avec les hommes le même code, parlent-elles réellement comme eux? [...] A-t-il une langue des femmes (c'est-à-dire, une pratique langagière spécifiquement féminine)? [...] Si parole=pouvoir, est-ce que prendre la parole, c'est prendre le pouvoir? [...] Si la langue est sexiste, peut-on y porter remède? La langue est-elle modelable à volonté de l'extérieur (action volontariste)? [...] suffit-il de supprimer les termes racistes ou sexistes pour supprimer les mentalités sexistes ou racistes? (Yaguello, 1987, 8-11)

Muitas dessas questões remetem sem dúvida a uma certa visão do que seja língua, prática linguajar ou linguagem. No final dos anos 70, o problema da linguagem era colocado pela Sociolinguística ainda como uma questão de representação. Ou seja, esse campo da Linguística defendia, e em grande parte ainda defende (cf. Cameron, 1995), de uma maneira geral, que a língua/linguagem espelha a situação social do/a falante. Os argumentos em torno dessa representacionalidade da linguagem caminham juntos com as idéias: a) a língua é um código que codifica (!) as relações sociais; b) uma remodelação eficaz da língua, de modo que esta deixasse de ser sexista ou racista, giraria principalmente em torno das palavras. Essas duas idéias só têm sentido se se defende também que: a) a oposição linguagem/mundo é pertinente – quando não óbvia!; b) que os termos “carregam” a realidade, ou seja, a transmitem de um/a falante a outro/a.

As dúvidas que direcionam o trabalho de Yaguello, e de muitas/os outras/os pesquisadoras/es lingüistas, malgrado sua visão representacionista da linguagem, são questões cruciais em torno dos papéis da identidade e do imaginário – no caso, de gênero – na atividade lingüística. E são justamente esses papéis que estão em jogo no discurso sobre a linguagem.

Já insisti aqui que a identidade de gênero é postulada nos atos de fala que aparentam descrevê-la, portanto não existem fora dele. As

afirmações gerais sobre linguagem que analisei na seção anterior são, como afirmei, seqüências de marcação de identidade, retiradas especialmente de narrativas de experiências no decorrer das entrevistas e opiniões gerais relacionadas a essas experiências, sempre marcando as relações identitárias estabelecidas pelo falante. Essas afirmações se mostram todas relacionadas, de uma forma ou de outra, ao tema 'comunicação'. O que centralizou o tema da comunicação nas estilizações de gênero? Por que as expressões 'língua' ou 'linguagem' não foram usadas em nenhum momento para definir dificuldades/facilidades, similaridades/diferenças?

A primeira resposta a essa última pergunta é que as entrevistadas e entrevistados postularam suas identidades também em relação à entrevistadora, e foi no campo das definições específicas 'língua' e 'linguagem' que essa postulação foi evidenciada. No que diz respeito ao discurso sobre língua e linguagem, eles e elas proferiram enunciados marcados por uma escolarização avançada, incluindo sentenças a respeito de 'símbolo' e 'sinal', um debate relativamente avançado sobre semiótica e signos.

Para o que aqui nos interessa, a marcação de identidades de gênero, toda a problemática da definição e papel da língua e da linguagem recebeu um tratamento de classe pressuposta. A identidade de todos/as como universitários/as não foi em nenhum momento explicita-

mente colocada em questão, porque não havia um sujeito não universitário na conversação. Neste sentido, esteve sendo marcada constantemente a oposição entre identidade de não-especialista, os/as entrevistados/as, em oposição à minha presença de “especialista”. No discurso sobre linguagem, a presença do saber metalingüístico científico, corporalizado na figura da entrevistadora, controla sobremaneira o posicionamento sobre língua e linguagem: entrevistadas/os procuram utilizar expressões que garantam uma inserção satisfatória no discurso científico (‘símbolo’, ‘sinal’, ‘gramática’, ‘palavras derivadas do latim’). Esse fato reforça a argumentação de que as identidades são performativas, existem no ato de fala que as produz, e portanto opositivas, comparativas, polissêmicas, postulando o sujeito sempre em relação ao outro e de acordo com interesses convencionais de postulação de um ‘nós’. Assim, o ‘nós’ entrevistado precisa ser garantido em contrapartida ao ‘eu’ que entrevista, e o rito da entrevista exige que essa postulação seja operada por uma assimetria de saberes: todos marcam constantemente sua desinformação “científica” em relação ao tema debatido.

Por outro lado, ‘comunicação’ se mostrou um conceito autorizado para identidade de não-especialista:

(58.)

*A-M I 134, Maria:* ( ) comunicação eu aprendi com todo mundo.

(59.)

*J-J 442, João:* Comunicação é uma forma de você está passando alguma coisa que você acha, algum tema que você acha que...

O que está em jogo quando você aprende com todo mundo uma forma de estar passando alguma coisa? É a própria postulação do falante como sujeito que está em jogo no conceito ordinário de comunicação. Quando você passa alguma coisa da forma como aprendeu com todo mundo, você postula sua identidade em relação ao 'todo mundo', excluindo e incluindo em processos de marcação de posições. E as expressões que dominam esse discurso sobre comunicação são todas organizadas em torno do problema do efeito: "sua estratégia de comunicação tá errada"; "eu posso tá comunicando e ele pode não tá entendendo"; "houve um erro de comunicação, não conseguiu entender não conseguir expressar"; "estabelecer uma comunicação". Se a comunicação é central no discurso sobre linguagem, como entendermos as identidades de gênero nessa relação entre comunicação-efeito?

No panorama das entrevistas que aponte na seção anterior, **quantidade** é uma variável da **auto-afirmação** e deve ser entendida em seu encadeamento com esta última, que por sua vez é organizada (sustentada ou não) em função do efeito. Ora, se é a própria postulação do falante que está em jogo no conceito ordinário de comunicação, então sua relação com efeito (o elemento organizador das *tematizações sobre linguagem em geral*) redobra a problemática da postulação de identidade: o efeito é o testemunho da identidade no discurso sobre linguagem porque ele “descreve” **quantidade** e **auto-afirmação** enquanto decifra suas (im)possibilidades nos seus atos de fala.

Para levar essas considerações para o campo das identidades de gênero, vamos delinear algumas generalizações possíveis:

‘**Eu, corpo feminino, jovem**’ *falam muito* em geral ou muito em situações de intimidade, no entanto possuem uma *incapacidade de manter conversações conflituosas* ou têm uma visão negativa desta capacidade, e acabam *não tendo garantias de êxito* dos efeitos da fala ou simplesmente não tendo êxito algum.

‘**Eu, corpo masculino, jovem**’ *falam muito* de acordo com situação, e possuem necessidade e *capacidade*

*de manter conversações, chegando ao ponto de determinar interrupções/continuidades, para atingir os efeitos desejados em situações específicas ou até dominar as possibilidades de efeitos gerais da conversação.*

**‘Mulher’** corpo feminino jovem fala muito em *situações inadequadas e mais entre si*, mantendo conversações mais facilmente *sobre si mesmas, submetendo-se ou recusando* violência lingüística e conversações sobre sexo.

**‘Homem’** corpo masculino jovem fala muito em *situações adequadas e pouco entre si*, necessitando manter *domínio* do conteúdo e da continuidade de discurso alheio, *produzindo e aceitando* violência lingüística e conversações sobre sexo.

Se formos examinar essas generalizações, veremos que o discurso do ‘eu’ não coincide totalmente com o discurso de ‘homem/mulher’, evidenciando, o que mostramos na seção anterior, que as identidades de gênero envolvidas nas entrevistas não eram apenas duas (homem/mulher), mas várias – incalculáveis? – (‘pai’, ‘mãe’, ‘professo-

ra', 'coordenadora', 'eu-filho', 'eu-filha', 'amigo', 'amiga', 'namorado', 'ex-namorada', 'bicha', 'menina'). Destas várias, podemos notar que há destaques: as oposições etárias (de um lado: 'pai', 'mãe', 'professora', 'coordenadora'; de outro lado: 'eu-filho', 'eu-filha', 'amigo', 'menina', 'namorado', 'ex-namorada') e as oposições sexualizadas<sup>8</sup> são a base para a variação nestas identidades de gênero. Além disto, orientação sexual é colocada pontualmente em evidência nas entrevistas, postulando a heterossexualidade dos sujeitos envolvidos. Demais variáveis, como raça e classe, foram apagadas nas significações prévias dos corpos relacionais dos/as entrevistados/as. Essas variações são importantes de serem entendidas porque elas operam as distribuições de poder de gênero: no melhor exemplo, **Ana** afirma sua facilidade para conversar com 'mulher', mas sua dificuldade em conversar com 'mãe'.

Essa observação relaciona-se sem dúvida com o fato de que, na postulação das identidades, de gênero ou não, nossos corpos estão submetidos aos rituais de produção do discurso, obrigando a repetir discursos fragmentados envolvidos na postulação como sujeito de fala. No entanto, o corpo é o elemento organizador e o argumento naturali-

---

<sup>8</sup> As oposições sexualizadas são mais difíceis de exemplificar em termos pré-significadores porque são evidenciadas por uma certa predicação, sobretudo nos discursos de **João** e **José**: 'bicha' é oposto a 'cara'; e 'menina' também varia como 'amiga' ou 'pretendente'.

zante das estilizações, e assim, se nos focamos na tematização sobre efeito, essas generalizações nos dizem também das coincidências entre os discursos sobre ‘eu, mulher’ e ‘mulher’, e sobre ‘eu, homem’ e ‘homem’: a capacidade de manter/dominar a conversação produzindo assertividade e até violência é positiva para corpos identificados como ‘homens’; e negativa ou inexistente em corpos identificados como ‘mulheres’ – além destes últimos estarem indistintamente expostos a essa violência, como na relação paradigmática que João estabelece entre ‘ex-namorada’ e ‘piranha’.

Os atos de fala que postulam as identidades de gênero em questão operam sobre a violência produzida/imposta para o corpo que fala na sombra de seu significado prévio, num espaço em que a pluralidade é embargada, e, ao contrário, o efeito é uma oposição binária naturalizada. Elas/es se lembraram e foram lembradas/os de que seus corpos devem se organizar nesta bipolaridade.

Interpretando para/no outro e lembrando o outro/para o outro/para si, marcando e operando sua posição na alteridade, os corpos ofereceram um contexto para que atos de fala produzissem temporariamente identidades de gênero binárias e relacionais. Nessa produção, identidades de gênero masculinas produzem e adequam-se à violência na situação de fala, postulando um sujeito afirmativo e dominador. De forma opositiva e relacional, identidades de gênero femininas submete-

ram-se ou recusaram violência em situação de fala, postulando sujeitos silenciados ou violentados pela própria tentativa de auto-afirmação.

O corpo, lido e leitor das “diferenças sexuais”, ficou visível como lugar da violência culturalmente organizada em torno dessas diferenças. A expressão ‘Eu sou homem’ instaura a predicação “sacana-gem”, “brincadeira... de mau gosto”, “insistir”; enquanto a expressão ‘eu sou mulher’ parece embargar todas essas predicações – a predicação “agressiva” na fala de **Ana**, por exemplo, é valorada negativamente e lida como não produtora de efeito.

O discurso sobre linguagem evidencia, então, ao mesmo tempo uma pluralidade de gênero levada para bem além do biológico, ajustada nestas entrevistas especialmente em termos de relações convencionalmente etárias e sexualizadas, e, contrariamente, identidades de gênero como um sistema bipolar hierarquizado e naturalizado, obrigando e embargando uma prática da violência lingüística a partir da empiria dos corpos. Se a postulação das identidades de gênero produz, como prevemos numa teoria da identidade performativa, uma pluralidade, por que resta ainda, por que resiste ainda uma estruturação em torno da dupla binária ‘homem/mulher’? Apesar da ausência do referente e do significado que permitem e impulsionam as marcas, há ainda um mecanismo que não produz outra coisa senão em torno do referente anatômico e do significado da violência.

Nesse ponto, temos que retomar a centralidade do efeito no discurso sobre linguagem: por que ele resta como organizador da memória dos/as falantes? O efeito é o momento em que o ato de fala é redobrado no que nunca deixou de ser, mas que estava escondido pela disposição ilusória do controle intencional: um agir. Esse agir nos diz que a relação entre linguagem e corpo não é uma produção unívoca, em que o corpo é mais um dos elementos na produção do ato de fala. Os efeitos retóricos do corpo no discurso (sobre linguagem ou não) excedem e confundem no ato de fala porque expandem o próprio espaço do corpo aparentemente unitário em sua concretude: não se tratam lá de cinco corpos que se relacionam em entrevistas. O corpo, como marca iterável, tem limites num encadeamento que excede a marca do “corpo presente”. E é justamente nesse excesso que a pluralidade se constrange em bipolaridade porque o corpo feminino (ausente?) ainda é o significante que marca a repetição da violência encadeada pelo corpo masculino (ausente?).

## Résumé

À partir des interprétations de la théorie des actes de discours d'Austin (1976; 1998) faites par Derrida (1990) et Rajagopalan (1989; 1990; 1992a; 1996a; 1996b; 2000a; 2000c), et, d'autre part, de la théorie de *genre* de Butler (1998; 1997; 1998), cette thèse analyse, pendant le process performatif de la signification, les stylizations des identités de *genre* en relation avec le discours sur le langage. D'abord, cet étude réfléchit théoriquement sur la problématique de l'identité, en la mettant en rapport avec les concepts de l'acte de discours, du métalangage et du *genre*. Ensuite, on fait l'analyse qualitative des interviews longues avec deux femmes et deux hommes, jeunes universitaires, en soulignant comment les stylizations du *genre* organisent des identités plurielles, et, au même temps, elles organisent aussi des identités en dualité et en opposition par l'imposition/l'interdiction de la pratique de la violence linguistique.

## Referências bibliográficas

- AEBISCHER, Verena; FOREL, Claire (org.). *Falas masculinas, falas femininas?* São Paulo : Brasiliense, 1991.
- ALMEIDA, Miguel Vale de; CORRÊA, Mariza; PISCITELI, Adriana. “Flores do Colonialismo” : masculinidades numa perspectiva antropológica. Entrevista com Miguel Vale de Almeida. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 201-229, 1998.
- AUROUX, S. (org.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métallan-gages en Orient et en Occident*. Liège-Bruxelles : Pierre Mardaga, [198?]. v. I.

- \_\_\_\_\_. *A revolução tecnológica da gramaticalização*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1992. (Repertórios).
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2ª ed. Oxford : Oxford University Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. Performativo-constativo. In: OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1998. (Viagens da Voz). (Apêndice). p. 107-144.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Ces mots qui ne vont pas de soi : boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris : Larousse, 1995. Tomos I e II.
- BENNINGTON, G; DERRIDA, J. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1996.
- BENVENISTE, Emile. A filosofia analítica e a linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral*. 3ª ed. Campinas : Pontes, 1991. (Linguagem crítica). p. 81-90.
- BORGES, Luiz C. As máscaras da conveniência. *ABRALIN*, [s.l.], n. 10, p. 175-186, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. La violence symbolique. In: *Réponses : pour une anthropologie réflexive*. Paris : Éditions du Seuil, 1992a. p. 116-149.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas : o que falar quer dizer*. São Paulo : USP, 1996. (Clássicos, 4).

- BUCHOLTZ, Mary. Bad examples : transgression and progress in language and gender studies. In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C.; SUTTON, Laurel A. (ed.). *Reinventing identities : the gendered self in discourse*. New York : Oxford University, 1999. p. 3-24.
- BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C.; SUTTON, Laurel A. (ed.). *Reinventing identities : the gendered self in discourse*. New York : Oxford University, 1999.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech : a politics of the performative*. New York : Routledge, 1997.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos contingentes : o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Gender trouble : feminism and the subversion of identity*. 2<sup>a</sup> ed. New York : Routledge, 1999.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática : referente à língua portuguesa*. 16<sup>a</sup> ed. Petrópolis : Vozes, 1992.
- CAMERON, D. Verbal hygiene for women : linguistics misapplied? *Applied linguistics*, Oxford, v. 15, n. 4, p. 382-398, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Verbal hygiene*. London : Routledge, 1995.
- \_\_\_\_\_. ‘Is there any ketchup, Vera?’ : gender, power and pragmatics. *Discourse & society*, London, v. 9, n. 4, p. 437-455, 1998.

- CAMERON, D. et al. Ethics, advocacy and empowerment : issues of method in researching language. *Language and communication*, Oxford, v. 13, n. 2, p. 81-94, 1993.
- CAMERON, D. et al. *Researching language : issues of power and method*. Londres : Routledge, 1992.
- CASTILHO, Ataliba T.; PRETI, D. (org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo : materiais para seu estudo*. São Paulo : T. A. Queiroz/ FAPESP, 1987. v. II.
- COATES, Jennifer. Changing femininities : the talk of teenage girls. In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C.; SUTTON, Laurel A. (ed.). *Reinventing identities : the gendered self in discourse*. New York : Oxford University, 1999. p. 123-144.
- COLLIN, Françoise. Práxis da diferença : notas sobre o trágico do sujeito. Recife : SOS Corpo, 1992a.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 196 de 1996. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Bioética*, Brasília, n. 4, p. 15-26, 1996.
- \_\_\_\_\_. Resolução nº 304 de 2000. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos – área de povos indígenas. [Copiado na página eletrônica do CNS, endereço: [www.conselho.saude.gov.br/deliberacoes/resolucoes.htm](http://www.conselho.saude.gov.br/deliberacoes/resolucoes.htm), 2001].

- COSTA, Cláudia de Lima. O leito de procusto : gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 2, p. 141-174, 1994.
- CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation* : opérations et représentations. Paris : Ophrys, 1990. Tomo 1.
- DERRIDA, Jacques. *Eperons* : les styles de Nietzsche. Paris : Flammarion, 1978. (Champs, 41).
- \_\_\_\_\_. *Limited Inc*. Paris : Éditions Galilée, 1990.
- \_\_\_\_\_. Fourmis. In: NEGRON, Mara (org.). *Lectures de la différence sexuelle*. Paris : Des Femmes, 1994. p. 69-102.
- GALLOP, Jane. "Women" in *Spurs* and nineties feminism. In: FEDER, Ellen K. et al (ed.). *Derrida and feminism* : recasting the question of woman. New York : Routledge, 1997. p. 7-19.
- HABERMAS, Jürgen. La raison communicationnelle : une autre voie pour sortie de la philosophie du sujet. In: \_\_\_\_\_. *Le discours philosophique de la modernité* : douze conférences. Paris : Gallimard, 1988. p. 348-386.
- KNEALE, William; KNEALE, Marta. *O desenvolvimento da lógica*. 3ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: \_\_\_\_\_. *Linguística e comunicação*. 7ª ed. São Paulo : Cultrix, 1974. p. 34-62.

- \_\_\_\_\_. Lingüística e poética. In: \_\_\_\_\_. *Lingüística e comunicação*. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo : Cultrix, 1974. p. 118-162.
- LAKOFF, Robin Tolmach. *The language war*. Berkeley : University of California, 2000.
- LIVIA, Anna. "She sired six children" : feminist experiments with linguistic gender. In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C.; SUTTON, Laurel A. (ed.). *Reinventing identities : the gendered self in discourse*. New York : Oxford University, 1999. p. 332-347.
- LYONS, John. *Semântica*. Porto : Presença/ Martins Fontes, 1980. v. I.
- McCRACKEN, Grant. *The long interview*. Newsbury Park : Sage, 1988. (Qualitative research methods, 13).
- OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1998. (Viagens da Voz).
- PINTO, Joana Plaza. *As armadilhas da referência e o mal-entendido : problemas de alguns pressupostos teóricos*. Campinas : [s.n.], 1998. (Dissertação de Mestrado em Lingüística apresentada ao IEL/UNICAMP).
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Atos ilocucionários como jogos de linguagem. *Estudos lingüísticos*, Lorena, n. 18, p. 523-530, 1989.
- \_\_\_\_\_. Dos dizeres diversos em torno do fazer. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 223-254, 1990.

\_\_\_\_\_. A irreduzibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 91-133, 1992a.

\_\_\_\_\_. O Austin do qual a Lingüística tomou conhecimento e a Lingüística com a qual Austin sonhou. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 30, p. 105-116, 1996a.

\_\_\_\_\_. A questão da referência e interpretação na teoria dos atos de fala. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de (org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas : Ed. da UNICAMP, 1996b.

\_\_\_\_\_. Linguistics, ideology and the ethical questions. [Campinas, 1997a] [mimeo].

\_\_\_\_\_. O conceito de identidade em lingüística : é chegada a hora de uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade : elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas : Mercado das Letras, 1998a. (Letramento, educação e sociedade). p. 21-45.

\_\_\_\_\_. A relevância social da lingüística. *Estudos lingüísticos*, São Paulo, n. 29, p. 33-42, 2000b.

\_\_\_\_\_. Austin's humorous style of philosophical discourse in light of Schrempp's interpretation of Oring's "incongruity theory" of humour. *Humor*, v. 13, n. 3, p. 287-311, 2000c.

\_\_\_\_\_. On Searle [on Austin] on language. *Language & communication*, n. 20, p. 347-391, 2000a.

REDDY, Michael F. A metáfora do tubo : um caso de conflito conceitual na nossa linguagem sobre a linguagem. *Linguagem e biologia*, Belo Horizonte, p. 1-22, 1996 [Mimeo].

REY-DEBOVE, Josette. *Le métalangage : étude linguistique du discours sur le langage*. Paris : Le Robert, 1978.

RODRIGUES, Aryon D.. Tarefas da lingüística no Brasil. *Estudos lingüísticos*, São Paulo, v. I, n. 1, p. 4-15, jul. 1966.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. 4<sup>a</sup> ed. Paris : Payot, 1995.

SCOTT, Joan W. Gênero : uma categoria útil de análise histórica. Recife : SOS Corpo, 1991.

TANNEN, Deborah. *That's not what I meant!* How conversational style makes or breaks relationships. 7<sup>a</sup> ed. New York : Ballantine Books, 1988.

VARIKAS, Eleni. Do bom uso do mau gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 11-36, 1999.

WALTERS, Keith. "Opening the door of paradise a cubit" : educated tunisian women, embodied linguistic practice, and theories of language and gender. In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C.; SUTTON, Laurel

A. (ed.). *Reinventing identities* : the gendered self in discourse. New York : Oxford University, 1999. p. 200-217.

WOOD, Kathleen M. Coherent identities amid heterosexist ideologies: deaf and hearing lesbian coming-out stories. In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C.; SUTTON, Laurel A. (ed.). *Reinventing identities* : the gendered self in discourse. New York : Oxford University, 1999. p. 46-63.

YAGUELLO, Marina. *Les mots et les femmes* : essai d'approche sociolinguistique de la condition féminine. 3<sup>a</sup> ed. Paris : Payot, 1987.

## **Bibliografia consultada**

- AEBISCHER, Verena. *Les femmes et le langage : représentations sociales d'une différence*. Paris : PUF, 1985.
- AZERÊDO, Sandra. Notas sobre a "subversão da identidade". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 121-143, 1999.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação : uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto : Porto Ed., [1994]. (Ciências da Educação, 12).
- BONDI, Liz. Localizar as políticas da identidade. *Debate feminista*, São Paulo, edição especial, p. 245-265, 1999.

- BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris : Éditions du Seuil, 1998.
- CAMERON, D. *Feminism & linguistic theory*. 2<sup>a</sup> ed. New York : St. Martin, 1992.
- CAPUTO, John D. Dreaming of innumerable : Derrida, Drucilla Cornell, and the dance of gender. In: FEDER, Ellen K. et al (ed.). *Derrida and feminism : recasting the question of woman*. New York : Routledge, 1997. p. 141-160.
- CHANTER, Tina. On not reading Derrida's texts. In: FEDER, Ellen K. et al (ed.). *Derrida and feminism : recasting the question of woman*. New York : Routledge, 1997. p. 87-113.
- COATES, Jennifer; CAMERON, Deborah. Some problems in the socio-linguistic explanation of sex differences. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (ed.). *Women in their speech communities : new perspectives on language and sex*. New York : Longman, 1988. p. 13-26.
- COLLIN, Françoise. A mesma e as diferenças. Recife : SOS Corpo, 1992b.
- CORRÊA, Sônia. Corpo e heteronomia. Recife : SOS Corpo, 1994. p. 4-14.
- COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998.

- DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris : Éditions du Seuil, 1979.
- FEDER, Ellen K.; ZAKIN, Emily. Flirting with the truth : Derrida's discourse with 'woman' and wenches. In: FEDER, Ellen K. et al (ed.). *Derrida and feminism : recasting the question of woman*. New York : Routledge, 1997. p. 21-51.
- FELMAN, Shoshana. *Le scandale du corps parlant : Don Juan avec Austin ou La séduction en deux langues*. Paris : Éditions du Seuil, 1980.
- IRIGARAY, Luce. *Ce sexe qui n'en est pas un*. Paris : Éditions de Minuit, 1977.
- LEITE, Nina Virgínia de Araújo. Ato e dizer. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 30, p. 85-92, 1996.
- MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 107-125, 1998.
- MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. *Debate feminista*, São Paulo, edição especial, p. 266-275, 1999.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro : Record/Rosa dos Tempos, 1995.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 141-155, 1998.

- PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson (org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* : materiais para seu estudo. São Paulo : T. A. Queiroz/ FAPESP, 1988. v. III.
- PROMUJER. *Hacia un currículo no sexista*. Cayey : UPR, 1992.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. A teoria combativa da linguagem. *Estudos lingüísticos*, Jaú, n. 21, p. 1139-1145, 1992b.
- \_\_\_\_\_. A interdisciplinaridade : um imperativo desde sempre. *ABRALIN*, Maceió, n. 19, p. 93-103, dez. 1996c.
- \_\_\_\_\_. Sobre a dimensão ética das teorias lingüísticas. *Estudos lingüísticos*, Campinas, n. 26, p. 340-346, 1997b.
- \_\_\_\_\_. Between Marx and Derrida : an exercise in literary semantics. *Journal of literary semantics*, Canterbury, v. XXVII, n. 2, p. 72-95, 1998b.
- \_\_\_\_\_. Ideologia do suprimido; ou como não teorizar a respeito da ideologia. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-139, fev. 1998c.
- \_\_\_\_\_. Lingüística e a política da representação. *Estudos lingüísticos*, São José do Rio Preto, n. 27, p. 342-347, 1998d.
- SAWIN, Patricia E. Gender, context, and the narrative construction of identity: rethinking models of “women’s narrative”. In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C.; SUTTON, Laurel A. (ed.). *Reinventing identities : the gendered self in discourse*. New York : Oxford University, 1999. p. 241-258.

- SCOTT, Joan W. Igualdade *versus* diferença : os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate feminista*, São Paulo, edição especial, p. 203-222, 1999.
- SIGNORINI, Inês. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Língua(gem) e identidade* : elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas : Mercado das Letras, 1998. (Letramento, Educação e Sociedade). p. 333-380.
- TANNEN, Deborah. *Gender & discourse*. New York : Oxford University, 1996.
- VALCÁRCEL, Amelia. O feminismo é uma teoria política ou uma ética? *Debate feminista*, São Paulo, edição especial, p. 223-241, 1999.
- VERAS, Viviane. *Our word is our bond*: o compromisso de Austin. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 30, p. 93-97, 1996.
- ZIAREK, Ewa Plonowska. From euthanasia to other reason : performativity and the desconstruction of sexual difference. In: FEDER, Ellen K. et al (ed.). *Derrida and feminism* : recasting the question of woman. New York : Routledge, 1997. p. 115-140.

## **ANEXOS**

Ficha de inscrição para entrevista

Termo de consentimento

**Projeto:** A linguagem sobre a linguagem na atividade lingüística ordinária

**Orientador:** Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

**Pesquisadora:** Joana Plaza Pinto

**Instituição:** Instituto de Estudos da Linguagem/ UNICAMP

**Órgão financiador:** FAPESP, Bolsa de DR-II, **Processo:** 97/12132-4

### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ENTREVISTA

NI:

CODINOME: \_\_\_\_\_

Data de preenchimento da ficha: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

SEXO: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_

ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

SEXO DA PARCERIA SEXUAL: \_\_\_\_\_

RELIGIÃO: \_\_\_\_\_

HISTÓRICO FAMILIAR:

criada(o) por: \_\_\_\_\_

Morando atualmente com: \_\_\_\_\_

NÚMERO DE FILHOS(AS): \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

**Projeto:** A linguagem sobre a linguagem na atividade lingüística ordinária

**Orientador:** Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

**Pesquisadora:** Joana Plaza Pinto

**Instituição:** Instituto de Estudos da Linguagem/ UNICAMP

**Órgão financiador:** FAPESP, Bolsa de DR-II, **Processo:** 97/12132-4

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2000.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_,  
consinto livremente, tendo sido informada(o) e esclarecida(o) em todas as minhas dúvidas, em participar da pesquisa *A linguagem sobre a linguagem na atividade lingüística ordinária*, desenvolvida pela pesquisadora responsável Joana Plaza Pinto, sob orientação do Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan, com financiamento de bolsa de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº 97/12132-4.

Fui devidamente informada(o) que esta pesquisa consiste de uma análise das representações de gênero no discurso sobre a linguagem presente na atividade lingüística cotidiana. Seus objetivos são analisar e discutir as marcas das representações de gênero nas hipóteses levantadas no saber cotidiano sobre linguagem, e, desse modo, buscar também entender a condição do sujeito que fala, sua relação com sua própria linguagem e com o imaginário sobre gênero.

Fui igualmente informada(o) de que tenho toda liberdade de me recusar a participar ou mesmo retirar meu consentimento, em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo. A pesquisa garante total sigilo para assegurar minha privacidade, sendo todos os dados sobre mim confidenciais.

Fui também informada(o) de que os resultados desta pesquisa serão apresentados em relatórios científicos à FAPESP, e em tese de doutorado a ser defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Fui informada(o) de que, depois que os resultados forem apresentados na defesa de tese, serei comunicada(o) e receberei um resumo dos resultados da pesquisa via correio. Na mesma correspondência, serei notificada(o) do local em que um exemplar completo da tese defendida estará disponível para minha consulta ou para ser fotocopiado.

Tendo recebido todas essas informações, concordo em participar como entrevistada(o) da pesquisa. Participarei de duas entrevistas de duas horas em média cada uma, sempre acompanhada(o) de outra(o) entrevistada(o) e da pesquisadora responsável.

Sendo verdade, firmo o presente.

---